

Mestrado em História da Arte Portuguesa

# Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto

Silvana Raquel Vieira de Sousa

**M**

2017



**Silvana Raquel Vieira de Sousa**

**Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto**

Projecto de Estágio realizado na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa.

Orientação científica: Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

Orientação do estágio: Dra. Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto Osório.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Julho de 2017



# Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto

Silvana Raquel Vieira de Sousa

Projecto de Estágio realizado na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da  
Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa.

Orientação científica: Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas.

Orientação do estágio: Dra. Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto Osório.

## Membros do Júri

Professora Doutora Maria Leonor Barbosa Soares

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Maria Leonor César Machado de Sousa Botelho

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas

Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 19 valores



## Sumário

Agradecimentos .....	7
Resumo .....	9
Abstract.....	9
Abreviaturas e Siglas .....	10
Introdução .....	11
Capítulo I: Caracterização do estágio curricular na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto .....	15
1.1. Desenvolvimento do trabalho na instituição de acolhimento .....	15
1.2. Metodologia, fontes e problemáticas .....	16
Capítulo II: Arquitectura Civil Medieval Portuguesa.....	20
2.1. Estado da Arte.....	20
2.2. Construção e urbanismo medieval – breves considerações .....	24
2.3. Espaços de habitação e de administração pública – características e exemplos em contexto urbano.....	31
2.3.1. A casa .....	31
2.3.2. Paços do Concelho e Alfândegas .....	37
Capítulo III: Exemplos de arquitectura civil medieval na cidade do Porto .....	42
3.1. Zona da Sé .....	43
3.1.1. Beco dos Redemoinhos e Rua de D. Hugo .....	46
3.1.2. Rua de Penaventosa.....	50
3.1.3. Rua de S. Sebastião e Rua Escura .....	52
3.1.4. Calçada de Pedro Pitões .....	58
3.1.5. Rua dos Pelames e Rua do Souto .....	60
3.1.6. Rua de Santana .....	64
3.1.7. Rua da Bainharia .....	66
3.2. Zona Ribeirinha .....	68

3.2.1. Rua dos Mercadores .....	70
3.2.2. Rua da Reboleira .....	73
3.2.3. Rua de Baixo .....	74
3.2.4. Rua da Fonte Taurina .....	76
3.2.5. Rua da Lada.....	78
3.2.6. Rua Infante D. Henrique, Rua de S. João e Beco do Forno Velho .....	78
3.2.7. Rua da Alfândega .....	83
3.2.8. Escadas do Recanto/Rua Nova da Alfândega .....	86
3.3. Outras localizações .....	88
3.3.1. Rua Chã.....	88
3.3.2. Rua dos Caldeireiros .....	89
3.3.3. Rua de S. Bento da Vitória.....	90
3.3.4. Rua de Belomonte .....	91
3.3.5. Rua da Boa Nova.....	92
Capítulo IV: Comunicação e transmissão de conhecimento .....	95
4.1. A cidade como obra de arte: comunicar e proteger património.....	95
4.2. Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto.....	97
4.2.1. Produto final – processo criativo.....	97
4.2.2. Produto final – proposta .....	99
Considerações finais .....	119
Fontes e Bibliografia .....	121
Apêndices .....	131
I - Termos construtivos de arquitectura medieval: algumas definições.....	131
II - Índice dos exemplos estudados de arquitectura civil medieval na cidade do Porto: tabelas de trabalho .....	134
III - Índice dos relatórios de trabalhos arqueológicos consultados na instituição de acolhimento com informações pertinentes para este trabalho .....	144

## **Agradecimentos**

Quando, em Agosto de 2016, eu me encontrava nas escadas entre as portas da Sé de Viseu e do Museu Grão Vasco, estava longe de imaginar que a escolha do meu tema de mestrado (que se decidiu ali), me iria proporcionar tantos e tão variados desafios. Terminada esta etapa, é hora de dizer adeus com a certeza que outras tantas estarão apenas a começar. É também hora de agradecer a todos e todas que permitiram que este caminho fosse mais fácil de percorrer e o objectivo proposto mais fácil de alcançar.

Aos meus pais, Laurinda e Fernando, por me ensinarem a ser pessoa, por demonstrarem o que significa crescer e viver no Minho e por me permitirem chegar onde nunca lhes foi possível.

Aos meus camaradas de associativismo da AEFLUP, pelos três anos de constante recordação de que é necessário existir e resistir, fazer tudo como se fosse a primeira vez, e renascer sempre. Um obrigado especial à Clara, uma profissional exemplar e “fada-madrinha” que todos querem, mas poucos têm.

Aos meus colegas da colheita de 2012, amigos de aventuras e peripécias várias e brigada sempre disposta a apagar todos os fogos que surjam, com um sorriso nos lábios e capa nos ombros.

A todos os profissionais da Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, por partilharem comigo conhecimentos e experiências, fazendo sempre com que eu me sentisse em casa. Agradeço em particular à Dra. Manuela Ribeiro, pela ajuda e preocupação demonstradas ao longo de todo o estágio curricular.

Ao Professor Doutor Luís Mota Figueira, que aquando da minha participação na nona edição do Workshop de Estudos Medievais organizado pelo Grupo Informal de História Medieval, contribuiu com a sua análise a este trabalho para que o mesmo ficasse mais completo e adequado.

Ao Professor Doutor Luís Miguel Duarte, pelo apoio e interesse demonstrado por este trabalho, sem nunca ter tido qualquer obrigação perante o mesmo.

À minha orientadora científica, Professora Doutora Lúcia Rosas, e à minha orientadora de estágio, Dra. Isabel Osório. Pela paciência demonstrada ao longo de todo o processo de trabalho, pelos contributos e dicas sempre pertinentes, e por depositarem em mim a confiança necessária para levar este projecto a bom porto.

À Inês, pelos cinco anos de amizade pura e conforto mútuo quando o mundo parecia desabar sobre nós, e por me lembrar constantemente que só nos retiram a nossa força e determinação se nós deixarmos.

Ao André, companheiro de todas as horas. Pelo amor de todos os dias, pela fé inabalável no meu trabalho, e por me demonstrar que existirá sempre caminho a percorrer por gente livre como nós.

## **Resumo**

O presente trabalho desenvolve-se no âmbito de um estágio curricular do Mestrado em História da Arte Portuguesa da FLUP, que decorreu na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto. O objectivo principal, resultante de um processo de pesquisa sobre arquitectura civil medieval na cidade do Porto, pautou-se pela produção de um guia sobre o tema. Opta-se, assim, por três momentos de pesquisa distintos, mas que se completam: fundamentação teórica com recurso a estudos prévios, cartografia e recolha fotográfica *in loco* dos exemplos da tipologia e cronologia estudada, e a transmissão de todo o conhecimento teórico através de um guia, tendo em conta públicos-alvo e as diversas formas de comunicar património.

**Palavras-chave:** Arquitectura, Civil, Medieval, Guia, Porto.

## **Abstract**

The present work is developed within the scope of a curricular internship of the Master's Degree in History of Portuguese Art of FLUP, which took place in the Municipal Division of Museums and Cultural Heritage of the Porto City Council. The main objective, resulting from a research process on medieval civil architecture in the city of Porto, was guided by the production of a guide on the theme. It is therefore chosen for three different research moments, which are complemented: theoretical basis using previous studies, cartography and *in situ* photographic collection of the examples of the typology and chronology studied, and the transmission of all theoretical knowledge through a guide, taking into account target audiences and the various ways of communicating heritage.

**Key-words:** Architecture, Civil, Medieval, Guide, Porto.

## **Abreviaturas e Siglas**

Nº - Número

N.P. – Número Polícia

*Op. Cit.* – Obra citada

p. – Página

Séc. – Século ou Séculos

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AMHP – Arquivo Municipal Histórico do Porto

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CMP – Câmara Municipal do Porto

CRUARB - Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/Barredo

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGLAB – Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DGPC – Direcção Geral de Património Cultural

DMC – Direcção Municipal de Cultura

DMPC – Departamento de Museus e Património Cultural

DMMPC – Divisão Municipal de Museus e Património Cultural

DMPHA – Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico

DPC – Divisão de Património Cultural

GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana

## Introdução

O projecto que se apresenta desenvolveu-se no âmbito do Mestrado em História da Arte Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo sido orientado cientificamente pela Professora Doutora Lúcia Rosas, e desenvolvido na instituição de acolhimento (DMMPC-CMP) sob a orientação da Dra. Isabel Osório. O mesmo resulta da vontade pessoal de querer aprofundar e sistematizar o conhecimento sobre a arquitectura civil medieval no seu todo, e em particular, dos seus contornos e exemplos no Porto, estudando para isso espaços de habitação, de administração e elementos remanescentes existentes actualmente em várias zonas da cidade. Assumiu-se também como uma prioridade conseguir transmitir esse conhecimento e actualizar a relação que o público (em primeiro plano a comunidade local, e num segundo a nacional) tem com o património medieval civil da sua cidade, propondo-se para isso, a criação de um guia.

Delineados os dois grandes objectivos deste projecto, seguiu-se a delimitação cronológica e geográfica. A primeira fez-se trabalhando, ou seja, apenas no fim da recolha de todos os exemplos de arquitectura civil na cidade se conseguiu perceber quais os séculos mais representativos, sendo estes os séculos XIV e XV. A segunda delimitação, a geográfica, fez-se pelos próprios limites do actual centro histórico do Porto, salvo uma excepção, a torre medieval do Palácio dos Terenas, que além da sua localização é também excepção pela sua tipologia, já que esta se insere em contexto rural medieval e não urbano.

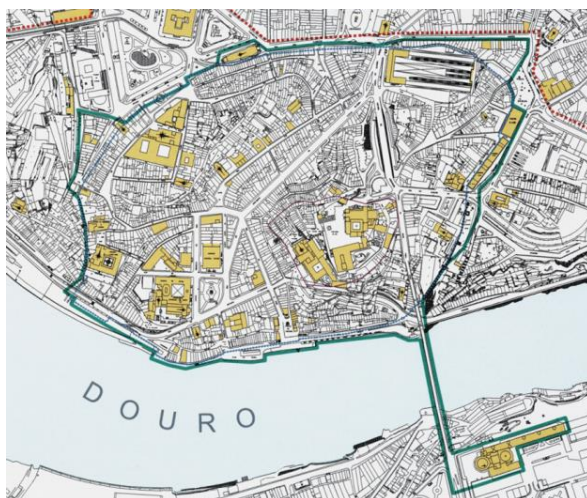


Fig. 1 Centro Histórico do Porto – Planta da área classificada. Património Mundial (verde), Área de protecção - vista parcial (vermelho), e Muralha do século XIV (azul). Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/planta-area-classificada.html>

Esta relação da construção medieval em contexto urbano vs contexto rural, é por si só, um aspecto muito importante de toda a temática relacionada com arquitectura civil medieval, e em particular da pesquisa desenvolvida para este trabalho, porque, como refere Mário Jorge Barroca<sup>1</sup>, em contexto urbano uma casa-torre, por exemplo, não deve ser sinónimo de casa senhorial, como acontece frequentemente no espaço rural. Sendo o Porto o palco desta pesquisa, mais força dá a esta afirmação, quer pela interdição de nobres na cidade<sup>2</sup>, quer pela variedade de construções de burgueses e eclesiásticos, e não de nobres.

Relativamente à estrutura do relatório final, ela foi pensada de modo a dividir-se por quatro capítulos principais. O 1º referente a questões introdutórias, com a explicação da metodologia, fontes e problemáticas, bem como a caracterização do estágio realizado na instituição de acolhimento e de que forma este se revelou um meio importante para atingir os objectivos propostos. O 2º passou por realizar um Estado da Arte sobre o nosso tema de projecto e também por apresentar um breve contexto geral da arquitectura civil medieval portuguesa, cruzando o exemplo do Porto com o de outras cidades de relevo no panorama medievo português como Braga, Guimarães ou Évora, tentando traçar uma visão geral da evolução urbana da cidade medieval portuguesa (consciente de que cada caso é um caso) e como esta se constrói. Este capítulo passa também por se debruçar sobre as variadas questões relacionadas com os edifícios públicos (por exemplo os Paços de Concelho) e os de habitação – Existem pontos comuns entre os exemplos de várias urbes? Quais as principais diferenças destes tipos de construções entre o espaço rural e o urbano? Quem são as principais figuras envolvidas na construção dos grandes edifícios que marcam a paisagem urbana medieval e dos que, não marcando essa mesma paisagem, a compõem?

O 3º capítulo apresenta-se como o “núcleo duro” de todo o trabalho, contendo os exemplares recolhidos de arquitectura civil medieval na cidade do Porto, aprofundando o seu estudo, caracterização e sistematização, sendo este o principal capítulo que dará forma e conteúdo ao produto final. Tenta-se aqui elencar os vários objectos de pesquisa, atendendo, entre outros aspectos, à sua localização (arruamento), tipologia (habitacional ou administrativa), estado de conservação e acesso ao público. O

---

<sup>1</sup> BARROCA, Mário Jorge – *Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*. Coimbra : Rev. de História das Ideias, 1997. p.57.

<sup>2</sup> Apenas a partir de 1502, no reinado de D. Manuel, parece surgir uma “janela de oportunidade” que permitirá à nobreza construir casas e residir no Porto.



4º e último capítulo recai sobre a questão de transmissão do conhecimento e de comunicação patrimonial, sendo este o espaço para explanar, passo-a-passo, a criação do guia. Neste último capítulo, referem-se também aspectos importantes da comunicação patrimonial nos dias de hoje, a sua evolução e de que forma este produto final poderá ser útil na área da educação patrimonial.

Em Apêndice, apresentam-se ainda três tabelas de trabalho criadas ao longo da investigação e recolha de dados *in loco* e na instituição de acolhimento. A primeira surge como um breve apanhado dos termos construtivos de arquitectura medieval que poderão ajudar a entender melhor a linguagem utilizada ao longo do trabalho escrito, na segunda elencam-se os vários objectos de estudo após contacto directo com estes e as notas daí retiradas no imediato, e a terceira refere os relatórios de escavação acedidos através da DMMPC-CMP que contêm informação pertinente para a investigação do tema.

Quanto aos exemplos estudados, procurou-se organizá-los neste trabalho como estão distribuídos actualmente na cidade, optando-se assim por os dividir em três grandes zonas, subdividindo-os de seguida por arruamento: zona da Sé, zona Ribeirinha, e outras localizações, como o exemplo da Torre de Pedro Sem/do Palácio dos Terenas ou as casas na Rua de S. Bento da Vitória. Isto vai ao encontro à identificação de quatro pontos fulcrais da vida da cidade medieval do Porto, referidos por Isabel Osório<sup>3</sup>, sendo eles: o Morro da Pena Ventosa, a zona de Cimo de Vila (encosta junto à estrada que ligava a cidade a Penafiel), a Rua do Souto que fazia a ligação entre os dois núcleos da cidade (Sé e Ribeira) e que foi cortada em duas (Souto e Caldeireiros) aquando da abertura da Rua das Flores em 1522, e a própria Ribeira, devido à sua função mercantil. Em relação a arruamentos por onde se fez a busca e se encontraram elementos de estudo para este projecto, apresentam-se os seguintes: Rua de D. Hugo (antiga Rua do “Remoinho” e Rua de Trás da Sé), Calçada de Pedro Pitões, Rua de S. Sebastião (antigas Ruas da Sapataria e das Tendas), Rua da Pena Ventosa (antiga Rua dos Palhais), Rua de Santana (antiga Rua das Aldas), Beco dos Redemoinhos, Rua Escura (antiga Rua Nova), Rua dos Pelames, Rua do Souto, Rua dos Caldeireiros, Rua de S. Bento da Vitória, Rua da Bainharia (antiga Rua dos Ferrais), Rua dos Mercadores, Rua da Fonte Taurina (antiga Rua da Fonte Aurina), Rua da Lada,

---

<sup>3</sup> OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade, plano e território. Urbanização do plano intra-muros do Porto (séculos XIII- 1ª metade XIV)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I e II, 1994. p.103 a 128.

Rua da Reboleira, Rua de Baixo, Rua de Belomonte (antiga Calçada de S. Domingos), Rua da Alfândega, Rua Chã (antiga Rua das Eiras), Beco do Forno Velho, Rua do Infante D. Henrique (antiga Rua Nova/Formosa), Escadas do Recanto, e Rua da Boa Nova.

Ao longo do trabalho será possível notar que a maioria das ruas/zonas apenas apresenta um ou dois exemplares de estudo. Isto não quer dizer, obviamente, que esses arruamentos apenas contenham esses únicos exemplares, significa sim que apenas conseguimos aceder aos que são referidos, sendo que a justificação para tal é explicada adiante aquando da explanação das problemáticas e metodologia referentes ao trabalho. De facto, denota-se a existência de lugares na cidade com vasto potencial no que diz respeito a exemplares de arquitectura civil medieval – potencial arqueológico – mas que não são possíveis de explorar por nós, pelo menos por enquanto, tendo em conta que muitos dos resultados dependem da existência e/ou conclusão de trabalhos arqueológicos, e mesmo já existindo vários (relatórios de escavação que referimos ao longo deste trabalho e que tivemos acesso através da DMMPC-CMP), a informação que poderíamos utilizar para justificar a recolha dos nossos exemplos de estudo é ainda escassa, deixando essa justificação em muitos casos, ao nosso critério.

Este projecto de mestrado pretende assim fundamentar-se nos estudos já realizados na matéria, sistematizando e organizando exemplos específicos da cidade do Porto, criando um produto concreto e tentando assumir-se como um trabalho, consciente das suas limitações, mas que lança alguma luz sobre um assunto que pode e deve ser aprofundado por profissionais das várias áreas do património material.

# Capítulo I: Caracterização do estágio curricular na Divisão Municipal de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto

## 1.1. Desenvolvimento do trabalho na instituição de acolhimento

O estágio curricular na Divisão de Museus e Património Cultural da Câmara Municipal do Porto, instalada no Palacete dos Viscondes de Balsemão<sup>4</sup>, surgiu depois da proposta de criação de um guia de arquitectura civil medieval na cidade do Porto, que depois de aceite, teve como orientadora desse mesmo estágio, a Dra. Isabel Osório, Técnica Superior de Arqueologia. O mesmo foi desenvolvido no período temporal compreendido entre Outubro de 2016 e Maio de 2017, tendo em conta que, devido às especificidades da pesquisa sobre este tema explicadas no subcapítulo seguinte, o trabalho feito presencialmente nas instalações da DMMPC - CMP foi pontual, optando-se por reuniões semanais onde se organizava e projectava o trabalho a realizar de uma semana para a outra, mantendo assim um ritmo de trabalho consistente e contribuindo para a melhor compreensão e amadurecimento dos assuntos tratados.

A instituição de acolhimento revelou-se como um local certo para a realização deste projecto, já que esta se define como uma *Divisão com a missão de zelar pela defesa e divulgação do património histórico e cultural do Porto, promover e projectar a imagem da cidade reforçando a sua auto-estima, apoiar a disseminação do conhecimento, a criatividade e a inovação, através da articulação entre diversos agentes e de um conceito de cultura plural e da gestão dos equipamentos culturais; Corresponder às necessidades e expectativas de residentes e visitantes, valorização a dimensão do Porto como cidade europeia e Património cultural da Humanidade; Envolver a competitividade dos colaboradores no cumprimento da missão*<sup>5</sup>, sendo que esta mesma definição vai ao encontro aos objectivos gerais deste projecto.

O contacto directo com o mundo do trabalho, além de ter sido, logo à partida, uma das motivações para escolha da realização de um relatório/projecto de estágio e não

---

<sup>4</sup> Localizado na Praça de Carlos Alberto, 71, 4050-157 Porto.

<sup>5</sup> Descrição da DMMPC-CMP, disponível em: [http://centrohistorico.cm-porto.pt/?q=divisao\\_museus](http://centrohistorico.cm-porto.pt/?q=divisao_museus) [consultado em 14-03-2017]

de uma dissertação, proporcionou naturalmente, o contacto com meios de informação e pesquisa que de outra maneira, muito dificilmente teríamos acesso, como sendo os vários relatórios de escavações em zonas críticas para o nosso trabalho (Bainharia, Sé, Penaventosa, entre outros) que contêm informações recolhidas no terreno por profissionais, as várias plantas da cidade de diferentes períodos históricos, o acompanhamento de obras de reabilitação de edifícios (como no caso das obras em dois lotes da Rua Chã e que vieram a pôr a descoberto uma casa gótica, potencialmente do século XV), e ainda a troca de conhecimentos, experiências e discussões de trabalho com os vários profissionais envolvidos nesta divisão municipal.

Foi ainda possível, neste período em que realizámos o estágio curricular na DMMPC-CMP, depararmo-nos com questões relacionadas com a gestão patrimonial e sobre as quais os profissionais desta área se debruçam diariamente – Como proteger património? Como classificá-lo? Como comunicá-lo? Que valores definem um objecto/espço classificado? Todas estas questões, e certamente outras, ajudaram na evolução de todo o trabalho, mas em particular, lançaram as bases para o que se apresenta no último capítulo deste trabalho escrito, que moldaram por sua vez o produto final.

## **1.2. Metodologia, fontes e problemáticas**

Metodologicamente, a pesquisa feita para alcançar o resultado final, dividiu-se em três momentos distintos. O primeiro passou, naturalmente, pela fundamentação teórica, procurando entender e conhecer o que se produziu sobre a temática geral da arquitectura civil em Portugal, passando depois para os estudos sobre construção, propriedade e urbanismo medieval na cidade do Porto e nas de maior proximidade geográfica, como Braga e Guimarães. Foi igualmente importante auscultar algumas fontes com informação pertinente para o tema do trabalho, como as Actas de Vereação e os fólhos dos livros 3 e 4 do “Além Douro”<sup>6</sup>, acessíveis na plataforma digital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Também na plataforma digital, *Portal do*

---

<sup>6</sup> José Marques, no seu artigo na *Revista de História*, “Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo.”, enumera em específico quais os fólhos dos livros 3 e 4 do “Além Douro” com dados relevantes sobre o tema. Referem-se aspectos construtivos de casas, a sua localização, entre outras informações pertinentes.

*Arqueólogo*, encontramos numa breve pesquisa (filtrando a mesma através do período cronológico da Idade Média, Alta Idade Média, Medieval Cristão<sup>7</sup>, e pelo concelho do Porto), alguma informação sobre relatórios de escavações aprovadas e realizadas nas freguesias correspondentes ao actual centro histórico da cidade (Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória), servindo de apoio para alguns edifícios e estruturas que o nosso trabalho trata. De referir ainda, o trabalho de Alberto Aires de Gouveia<sup>8</sup>, o conhecido Gouveia Portuense, pintor nascido no Porto em 1867, e que nos deixou várias obras onde pinta aspectos (paisagens, vistas, entre outros) da cidade do Porto como os via na altura da sua execução, e que por isso, se apresentam como fontes de trabalho pertinentes para este trabalho. Os desenhos e pinturas deste artista, bem como fotografias, gravuras, pedidos de licenças de obras e plantas da cidade, encontram-se organizados/as e digitalizados/as na página do Arquivo Municipal do Porto ([www.gisaweb.cm-porto.pt](http://www.gisaweb.cm-porto.pt)) e como tal, este revelou-se mais um portal virtual de consulta indispensável.

O segundo momento pautou-se pelo trabalho *in loco*, ou seja pela recolha fotográfica, cartográfica e ilustrada dos vários objectos de estudo que compõem o trabalho final, organizando-os em tabelas de trabalho<sup>9</sup> e posteriormente tratadas no Capítulo III. Neste segundo momento tornou-se também necessário um estudo breve, mas sistemático, dos vários arruamentos (nomeadamente perceber as mudanças de toponímia<sup>10</sup>) que compunham a cidade medieval, mas não só, do Porto, sendo para isso necessário o recurso a plantas da cidade, gravuras e ilustrações, que permitiram traçar a evolução da malha urbana desde a Idade Média.

O terceiro momento prendeu-se com a questão da comunicação patrimonial, sendo que, para um resultado satisfatório foi necessária a escolha de um público-alvo, bem como de um formato. O tema em si, arquitectura civil na cidade do Porto, apresenta uma especificidade própria e que, necessariamente, apenas se revelará interessante para um público minimamente sensibilizado e envolvido nestas questões, deixando margem de manobra para uma linguagem mais técnica sem deixar de ser compreensível. No entanto, o nosso público-alvo foi, deste o primeiro momento, a comunidade local, de

---

<sup>7</sup> *Portal do Arqueólogo* – DGPC, pesquisa de sítios arqueológicos, disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> [consultado em 22-02-2017]

<sup>8</sup> Para mais informação sobre a identidade deste pintor, consultar a página do artista em [matriznet.dgpc.pt](http://matriznet.dgpc.pt): <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Entidades/EntidadesConsultar.aspx?IdReg=68212>

<sup>9</sup> Ver Apêndice II “Índice dos exemplos estudados de arquitectura civil medieval na cidade do Porto: tabelas de trabalho”.

<sup>10</sup> Para isso, muito contribuiu a leitura da obra de finais dos anos 90 de Eugénio Andrea da Cunha Freitas, *Toponímia Portuense*.

forma a proporcionar-lhe uma visão actual dos elementos de interesse histórico e cultural que se encontram, muitas vezes, dentro das suas próprias casas, e que outras tantas, passa despercebido e é renegado para segundo plano face ao património religioso, por exemplo, da cidade. Assim, há a preocupação de cruzar uma linguagem que poderá ser mais técnica, com uma mais acessível e de fácil entendimento, abrindo a compreensão deste trabalho tanto ao residente portuense, como ao curioso de Ponte de Lima, mas que seja capaz ainda assim, de suscitar interesse ao académico de Lisboa. Relativamente ao formato do trabalho final, querendo ser este um produto de divulgação mas também académico, optou-se pelo guia<sup>11</sup> e não um roteiro, já que, por razões que adiante se explicarão, uma parte considerável dos exemplos de arquitectura civil medieval estudados não são de livre acesso, sendo missão deste guia apenas enumerar, catalogar, localizar e tipificar os vários exemplos que o compõem, com a sua construção devidamente explicada no Capítulo IV.

O percurso de pesquisa e escrita deste trabalho levantou sempre várias problemáticas, nomeadamente a justificação cronológica de alguns exemplos presentes no mesmo. Com efeito, apenas dispomos de provas documentais para alguns objectos de estudo (que se encontram mais facilmente para edifícios de comprovada origem medieval como a Antiga Casa da Câmara ou a Casa do Infante), sendo que para a maioria das casas e/ou elementos remanescentes isso não acontece. Foi preciso encontrar outra justificação para estes exemplos, e ela passou pela comparação entre edificadados que sabemos terem sido construídos no período medieval (questões relacionadas com técnicas, formatos e disposições construtivas), bem como pela lógica da localização – se uma rua tem uma longa e recorrente ocupação medieval, será lógico que guarde em si elementos ou estruturas medievais (isto pode ser também corroborado pela questão do lote medieval, de observação relativamente fácil). É possível também que alguns dos exemplos apresentados neste trabalho, possam na verdade ser já de uma cronologia mais avançada, entenda-se do século XVI – por exemplo as casas encontrados na Rua de S. Bento da Vitória ou mesmo na Rua de Belomonte – no entanto, parece-nos importante referi-los e integrá-los já que, e ainda que não haja certezas quanto à sua cronologia, estes exemplos estarão certamente ligados ao período sobre o qual este trabalho se dedica, mais que não seja por perdurarem no tempo até

---

<sup>11</sup> Tal como se descreve: Livro que contém indicações úteis. "guia", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/guia> [consultado em 21-02-2017].

hoje e por aprofundarem ou continuarem em parte os métodos construtivos desenvolvidos no período imediatamente anterior.

A questão da toponímia dos arruamentos, referida anteriormente, que contém exemplos de estudo foi também algo que se revelou preocupante, pois foi necessário compreender as várias mudanças que ocorreram desde o período medieval, para, por um lado compreender a localização desses mesmos exemplos de estudo, e por outro, para conseguir comunicar e passar a informação para o guia, explicando mudanças e trocas de nomes de ruas da cidade do Porto, juntamente com a necessidade de catalogar os exemplos tendo em conta o seu N.P.<sup>12</sup>, de forma a que a sua localização no terreno fosse mais fácil. Outra questão não impeditiva mas que acrescentou alguma dificuldade a todo o trabalho de pesquisa, é referente ao acesso aos objectos de estudo. Uma vez mais, isto não se aplica a edifícios de livre acesso ou de domínio público (como os que recebem serviços municipais), contudo, aplica-se a exemplos que estão ao abandono, ou que estão em casas de habitação actual e nas quais apenas poderíamos entrar com autorização do proprietário. Certamente existirão muitos mais exemplos de arquitectura civil e até militar – escavações arqueológicas no quarteirão da Bainharia apontam para lotes/casas que poderão conter parte de muralha românica<sup>13</sup> – mas que devido à sua localização ou estado de conservação, não são visíveis, pelo menos até à data.

Tendo em conta o que referimos anteriormente, foi-nos possível ainda assim, encontrar 38 exemplos de arquitectura civil medieval, dispostos actualmente nos vários arruamentos da cidade do Porto e que nos propomos a analisar no Capítulo III, fazendo antes uma breve passagem por aspectos da arquitectura civil medieval portuguesa, de forma a contextualizar a informação seguinte.

---

<sup>12</sup> “Traduz-se na indicação dos números de polícia, isto é, o que identifica as casas num determinado espaço público. Esta numeração abrange os vãos de portas, portões ou cancelas legais que confinem com a via pública e que dêem acesso a prédios urbanos ou respectivos logradouros. Esta atribuição é da exclusiva competência da Câmara Municipal.” Definição disponível em: [http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/empresas/guiatematico/info\\_geo/tpnm/num\\_pol/attr\\_n\\_pol/Paginas/actividade.aspx](http://balcaovirtual.cm-porto.pt/PT/empresas/guiatematico/info_geo/tpnm/num_pol/attr_n_pol/Paginas/actividade.aspx) [Consultado em 14-03-2017]

<sup>13</sup> Entre outros, tivemos acesso através da instituição de acolhimento, ao *Relatório de Progresso: Quarteirão da Bainharia, Sé. BAI.09. Porto-2009, Arqueologia e Património*, que confirma a existência de troços de muralha primitiva no interior de parcelas de terreno desta zona.

## Capítulo II: Arquitectura Civil Medieval Portuguesa

### 2.1. Estado da Arte.

Villard de Honnecourt, *mestre* francês do século XIII, oferece algumas bases para a compreensão da construção medieval, aplicada a grandes edifícios franceses como catedrais, com os seus variados textos e desenhos sobre o tema, cujas páginas que chegaram até hoje se encontram guardadas na Biblioteca Nacional de França. Numa compilação de textos e ilustrações de Honnecourt, feita por Roland Bechmann nos anos 90<sup>14</sup>, é possível observar materiais, instrumentos, técnicas e fórmulas de construção que seriam directrizes básicas para os homens da construção de então.

Partindo desta informação e olhando para os autores portugueses, estes vão também, ainda que um pouco timidamente, desbravando caminho nestes assuntos. Existem já vários trabalhos que, ainda que não se debrucem sobre esta temática e/ou localização que estudamos em específico, oferecem perspectivas de outras áreas complementares que nos permitem traçar uma ideia geral da dinâmica medieval, no que diz respeito às suas cidades.

Oliveira Marques no seu artigo *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*<sup>15</sup>, lança as bases para a compreensão dos aspectos gerais da cidade medieval europeia ocidental, elencando ao longo das suas vinte páginas as principais diferenças entre as cidades do norte e do sul, desenvolvendo a sua pesquisa sobre a organização urbana destas, dos equipamentos e edifícios dinamizadores da vida citadina medieval, dos materiais utilizados, e das áreas que estas ocupariam. O mesmo autor dedica também um capítulo sobre “A Casa”<sup>16</sup> numa obra dedicada a assuntos da sociedade medieval portuguesa, que nos oferece uma visão geral dos aspectos desta temática nas suas diversas tipologias: palácios, solares, habitação nobre e habitação corrente, referindo alguns exemplos específicos como o Paço de Sintra ou o de Évora.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida fala-nos de generalidades da arquitectura civil medieval portuguesa dos séculos XII e XIII associada a pontes e equipamentos de

---

<sup>14</sup> ROLAND, Bechmann – *Villard de Honnecourt : la pensée technique au XIIIe siècle et sa communication*. Picard: Paris, 1991.

<sup>15</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa” in *Bracara Augusta, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. vol. XXXV, ano de 1981 (Janeiro – Dezembro) Nº 79-80 (92-93), 1981. p. 367-387.

<sup>16</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Casa” in *Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. 6ª edição. Lisboa: A Esfera do Livros, 2010 (p.89-113)



uso corrente como cisternas, fontes ou paços do concelho, mas alerta desde logo para a escassez de estudos sobre a temática e a necessidade de investigação arqueológica sobre a mesma<sup>17</sup>. Durante a Baixa Idade Média, a construção civil é referida como usando materiais bastante perecíveis como a madeira, deixando a pedra para construções ditas de prestígio, referindo ainda a casa medieval como um espaço exíguo onde se multiplicam andares ou sobrados, constituindo o lote medieval comprido e estreito, muitas das vezes com espaço para a loja (local de comércio) no rés-do-chão da casa e com quintais nas traseiras para criação de animais<sup>18</sup>.

Os trabalhos de Arnaldo de Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro<sup>19</sup>, ajudam também a levantar o véu sobre as questões do trabalho na construção do período medieval, em contexto urbano, relativamente às cidades de Porto e Braga, em especial os materiais, técnicas e figuras envolvidas. Sobre Guimarães, Maria da Conceição Falcão Ferreira faz um estudo bastante profundo e completo<sup>20</sup> da cidade, abrangendo as mais diversas questões sobre o surgimento, estabelecimento e quotidiano de uma urbe medieval, referindo aspectos construtivos das arquitecturas civis medievais do espaço em questão como os Paços do Concelho ou a Casa da Audiência, a par da dissertação de mestrado de Ângela Carina Areias da Silva<sup>21</sup>, que nos fornece uma perspectiva sobre propriedade, mercado imobiliário e a casa corrente do período medieval para a mesma localidade.

Ainda sobre o estudo da casa corrente e do espaço urbano medieval noutras localidades que não o Porto, de referir o trabalho de, mais uma vez, Maria da Conceição Falcão Ferreira para Santarém<sup>22</sup>, o de Luísa Trindade para Coimbra<sup>23</sup>, o de Amélia

---

<sup>17</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. p.150.

<sup>18</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. p.86.

<sup>19</sup> Os autores referidos apresentam vários artigos na área da história da construção medieval, dos construtores e dos materiais, compilados nos livros “História da Construção” editados pelo CITCEM e LAMOP no ano de 2012.

<sup>20</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Co-edição do CITCEM e da Universidade do Minho (ICS), 2010.

<sup>21</sup> SILVA, Ângela Carina Areias da - *Entre Propriedades e Casas Perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

<sup>22</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – “Construção corrente em Santarém, no século XV: Alguns exemplos” in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* / coord. Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. (p.459-473)

<sup>23</sup> TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

Aguiar Andrade para Ponte de Lima<sup>24</sup>, o de Rita Costa Gomes para a Guarda<sup>25</sup>, e o de Maria Ângela Rocha Beirante<sup>26</sup>. Enquanto que os três primeiros trabalhos que aqui se referem nos permitem fazer um voo de pássaro sobre a cidade medieval portuguesa, bem fundamentado e explicado no que a questões de planeamento urbano diz respeito, o último surge como um estudo exaustivo da cidade Évora, evocando todos os aspectos de uma urbe medieval, atravessando questões da estrutura física da cidade (termo, burgo, muralha, arrabaldes, divisão interna...), da propriedade de edifícios e terrenos, da população, da toponímia, da economia, da sociedade e da administração pública, traçando por sua vez uma imagem bastante aproximada do que seria, e como se viveria, numa cidade medieval portuguesa como esta. Introduz-se aqui ainda uma questão não fácil de aferir, a das medidas – esta autora consegue chegar a medidas médias de fachadas de casas, de profundidade de lotes e de áreas de quintais para alguns exemplos habitacionais eborenses.

Os vários trabalhos de Sílvio Conde sobre a casa medieval<sup>27</sup>, embora mais direccionados para o centro e sul de Portugal, mostram-nos aspectos importantes sobre a casa urbana *versus* casa rural, sobre a própria construção em geral, mas também sobre organização do espaço interno e ainda sobre termos e expressões construtivas, que a par dos vários trabalhos na área do urbanismo e sociedade medieval de Iria Gonçalves, nos fornecem as bases para compreensão destes assuntos.

Sobre o Porto medieval, em contexto histórico-artístico, arqueológico e de planeamento urbano, encontramos as dissertações de mestrado de Daniel Braz Afonso<sup>28</sup>, Maria Isabel Osório<sup>29</sup> e de Helena Regina Lopes Teixeira<sup>30</sup> (que além de traçar a evolução urbana da cidade dos séculos XII a XVI, oferece ainda um índice de

---

<sup>24</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

<sup>25</sup> GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*. Cadernos da Revista de História Económica e Social, nº 9-10. Lisboa: Câmara Municipal da Guarda, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

<sup>26</sup> BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

<sup>27</sup> Neste trabalho o autor compila vários textos anteriormente escritos e fornece uma lista de bibliografia e fontes actualizada para os interessados no tema: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.

<sup>28</sup> AFONSO, Daniel Braz – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

<sup>29</sup> OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azaredo Pinto – *op. Cit.*

<sup>30</sup> TEIXEIRA, Helena Lopes – *Porto, 1114-1518. A construção da cidade medieval*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

propriedades do clero, do concelho e de privados, relativo ao século XV), que se juntam a estudos de história local dos anos 80 e 40 respectivamente, de José Marques<sup>31</sup> e de Magalhães Basto<sup>32</sup>. Os trabalhos de Manuel Luís Real<sup>33</sup> tornam-se também indispensáveis para o entendimento da cidade do Porto, quer pela leitura da sua evolução histórico-urbana, quer pela apresentação e divulgação de resultados dos vários trabalhos arqueológicos que foram feitos na cidade e dos quais este autor foi responsável, bem como os de Ernesto Veiga de Oliveira<sup>34</sup>, que oferecem uma visão geral das casas da cidade do Porto e dos materiais empregues nas suas construções, fazendo a ligação entre o passado e o presente.

A revista *O Tripeiro*, reveste-se aqui também de extrema importância, já que, ao longo dos seus vários números desde a sua fundação em 1908, apresenta pequenos artigos sobre arquitecturas da cidade do Porto que nos interessam e artigos que nos ajudam a entender a evolução da malha urbana da cidade, além de se conseguir aceder, em números específicos<sup>35</sup>, a desenhos e esboços de reconstruções hipotéticas do período medieval, realizados por profissionais<sup>36</sup>, de casas e praças que são objecto de estudo no nosso trabalho, nomeadamente de casas-torre na rua dos Mercadores, da Torre da Marca, Torre de Pedro Sem, e Praça da Ribeira. O *dossier* de candidatura da cidade do

---

<sup>31</sup> MARQUES, José – “Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo”. Porto: Faculdade de Letras. *Separata da Revista de História*, vol.III, 1982. (p.73-97)

<sup>32</sup> BASTO, A. De Magalhães – “O Pôrto Medieval (ensaio topográfico)” in *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval (II Congresso)*. Congresso do Mundo Português Publicações, II volume. Secção de Congressos, 1940.

<sup>33</sup> São vários os trabalhos de extrema importância para a nossa pesquisa, elencados devidamente na bibliografia utilizada ao longo da nossa pesquisa. Destacamos apenas alguns que se debruçam sobre zonas críticas do nosso trabalho (Sé e zona ribeirinha): REAL, Manuel Luís – “A construção Medieval no sítio da Sé”. *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. vol. 14, Março de 2001 e REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – “As Origens da produção de Faiança na cidade do Porto” in Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos. Dezembro de 1996. p.79-85.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – “Sistemas de construção com madeira e materiais leves. Um tipo de Fachwerk em Portugal” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Vol. XVIII, fasc. 3-4 (Nova série da Sociedade e do Centro) Instituto de Antropologia – Faculdade de Ciências, (1961-62) (p. 347-353); OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Casas do Porto* in “Douro Litoral, Boletim da Comissão de Etnografia e História.” Dir. de Augusto César Pires de Lima, 8ª série, VII-VIII. Porto: Edição da Junta de Província, 1958 (p.637-687)

<sup>35</sup> Referimo-nos aos seguintes: *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXV, nº6, Junho de 2016; *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXV, nº 7, Julho de 2016; *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXIV, nº4, Abril de 2015; *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXIII, nº12, Dezembro de 2014. Um índice detalhado de todos os números entre 2014 e 2017 pode ser encontrado aqui: <http://www.cciporto.com/publicacoes/o-tripeiro> [consultado em 11-04-2017]

<sup>36</sup> Como os vários desenhos do Arquitecto Luís Aguiar Branco.

Porto relativo à sua classificação pela UNESCO como Património da Humanidade<sup>37</sup>, revelou-se também uma consulta importante por, além de elencar os vários exemplos de património da cidade (da sua origem aos dias de hoje), apresentar pequenas “biografias” de edifícios e arruamentos em estudo no presente trabalho, introduzindo também uma outra noção que a nós muito interessa, a de comunicação patrimonial.

Para a Rua Nova (uma das zonas da cidade que foi recebendo maior atenção por parte de alguns autores), numa visão mais direccionada para o estudo de propriedade, encontra-se o trabalho de Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, com a análise à Finta de 1438<sup>38</sup> e a dissertação de mestrado de Maria Helena Pizarro Santos Paula<sup>39</sup>, que conta com um inventário de aforamentos de cerca de 40 casas nessa mesma rua. Sobre uma outra rua, a Rua das Flores, e numa abordagem mais alargada do espaço urbano do Porto quinhentista, encontramos os trabalhos de mestrado e doutoramento de José Ferrão Afonso<sup>40</sup>, que nos ajudam a assumir uma certa tolerância cronológica na nossa própria pesquisa.

## 2.2. Construção e urbanismo medieval – breves considerações

Traçar aspectos gerais de uma cidade medieval não se revela sempre uma tarefa de fácil execução porque, obviamente, cada caso é um caso e as urbes medievais portuguesas têm em si particularidades que as distinguem bem. Ainda assim, é possível rever alguns aspectos comuns no que diz respeito à sua construção e desenvolvimento: desde logo o entendimento do espaço da cidade como um local de cruzamento de vários factores, como um centro de produção e de comércio<sup>41</sup>, bem como entender que, a

---

<sup>37</sup> LOZA, Rui Ramos (coord. projecto); REAL, Manuel Luís (coord. científica) – *Porto a Património Mundial. Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.

<sup>38</sup> AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – *Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalidade, Sociedade e Ordenamento Territorial do Porto Quatrocentista)*. Revista de História, Vol. 6, 1985 (p.7-96).

<sup>39</sup> SANTOS, M<sup>a</sup> Helena Pizarro Paula – *A Rua Nova do Porto (1395-1520): Sociedade, Construção e Urbanismo*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

<sup>40</sup> AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI - Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Porto, 2004; AFONSO, José Ferrão - *A Imagem Tem que Saltar: a Igreja e o Porto no Século XVI, 1499-1606. Um estudo de história urbana*. Dissertação de doutoramento em arquitectura, apresentada à Universidade Politécnica de Catalunya. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013.

<sup>41</sup> RIBEIRO, Maria do Carmo (coord); MELO, Arnaldo de Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa” in *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade de Economia*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. p.159

questão da dependência das cidades entre si que assistimos hoje, não se aplicar na Idade Média. A própria organização da cidade medieval advém muito do seu contexto/origem, nomeadamente se são “herdadas” como no caso do Braga, Porto, Coimbra, Lamego, Viseu e Egítânia, ou conquistadas/fundadas como Lisboa e Beja, desenvolvendo por sua vez um regime feudal ou senhorial, ou por outro lado, um regime de organização concelhia<sup>42</sup>.

A partir do século XII verifica-se um certo planeamento e organização nas cidades europeias de então – não que as anteriores não o tivessem, apenas não será tão evidente como nos séculos seguintes – aplicando estes princípios a cidades novas<sup>43</sup> (como as portuguesas Viana da Foz do Lima/ Viana do Castelo fundada por D. Afonso III, ou Nisa fundada por D. Dinis) e a cidades pré-existentes, verificando-se também, a partir do séc. XIV e em contexto nacional, um crescente número de arruamentos planeados que introduzem uma nova dinâmica à cidade como a Rua Nova do Porto ou de Lisboa. Com a viragem para o século XV e posteriormente no século seguinte, dá-se uma renovação do tecido urbano de várias cidades medievais portuguesas, seja através de novas expansões urbanas, da construção de novos espaços amplos como praças e largos, seja também pela construção de novos edifícios públicos. Os tratados de finais do século XV e início do século XVI<sup>44</sup>, que circulariam pela Europa, também se apresentam como uma fonte de informação para os que se dedicavam ao desenvolvimento urbano e construção de edifícios com mais aparato deste período.

Isabel Osório elenca sumariamente os vários equipamentos e estruturas comuns à urbe medieval<sup>45</sup>, o que efectivamente se confirma, quer esses mesmos equipamentos e estruturas ainda existam fisicamente, ou apenas através de memória descritiva e/ou visual, a saber: mercado, prisão, bancas e *ateliers* de comerciantes/artesãos, hospitais e albergarias, fornos, açougues, celeiros, locais de guarda dos pesos e medidas, poços e fontes, e claro, a muralha<sup>46</sup>. Este primeiro e último, muralha e mercado, representam por si só elementos fulcrais da cidade medieval, o primeiro por ser base para a delimitação

---

<sup>42</sup> MELO, Arnaldo de Sousa (coord); RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os Construtores das Cidades: Braga e Porto (séculos XIV a XVI)” in *História da Construção: Os Construtores*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.99-123). p.100

<sup>43</sup> TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p.31

<sup>44</sup> Referimos os seguintes: *De Re Aedificatoria* de Leon Battista Alberti (1450), *Trattato di architettura, ingegneria e arte militare* de Francesco di Giorgio Martini (1495), e o *I sette libri dell'architettura* de Sebastiano Serlio (1537).

<sup>45</sup> OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azaredo Pinto – *op. Cit.* p.26-35

<sup>46</sup> Sobre as muralhas do Porto consultar: SILVA, António Manuel S. P. – “As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico” in *Portugália – Nova Série*, vol. 31-32 (2010/2011), p.43-64.

urbana, para protecção e fonte de rendimento, e o segundo por ser ponto de transacção de mercadorias e produtos, assumindo-se como um centro distribuidor e dinamizador<sup>47</sup>.

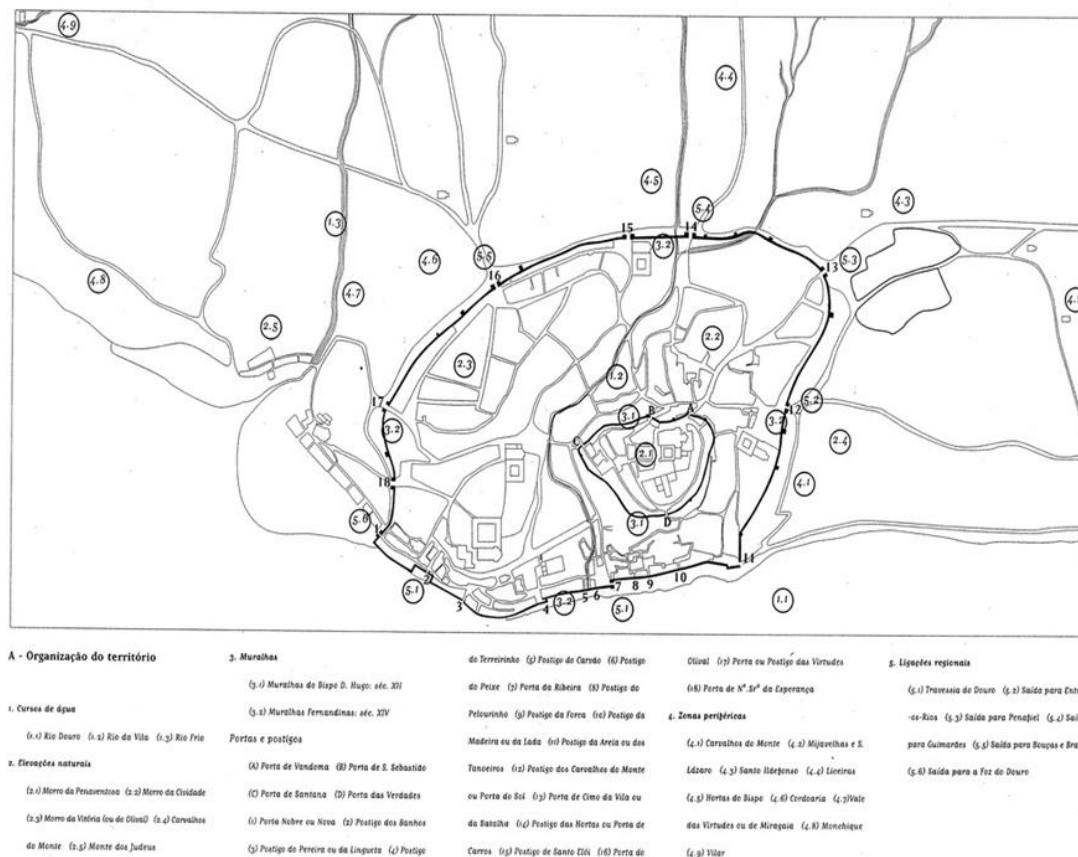


Fig. 2 Porto Medieval - Planta da organização do território. Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

Estas e outras construções executam-se através do aproveitamento dos recursos materiais locais e regionais, bem como do reaproveitamento de estruturas pré-existentes, o que insere logo à partida uma das variáveis da construção medieval. No Entre Douro e Minho, por exemplo, exploram-se bastante os recursos florestais para combustível, fertilização e construção<sup>48</sup>: madeira para andaimes, travejamentos, tectos, soalhos, divisões, móveis, utensílios domésticos e equipamentos agrícolas, o barro ou argila como matéria-prima para oleiros e telheiros, a água como via de comunicação, de comércio e força motriz na construção, a pedra para a construção de muros ou revestimentos, podendo ser talhada no local de origem ou no da construção/estaleiro (Porto, Braga e Guimarães, recebem a pedra mais comum, o granito, de localidades ao

<sup>47</sup> MARQUES, A. H de Oliveira – *op. Cit.* p.385

<sup>48</sup> MELO, Arnaldo de Sousa (coord); RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os Materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho” in *História da Construção: Os Materiais*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.127-162). p.131

seu redor). O tabique é também uma técnica construtiva que se vai vendo amiúde nas várias construções civis medievais e posteriores, apresentando-se genericamente sob a forma de tábuas grosseiras e relativamente finas, dispostas ao alto e pregadas nas extremidades aos barrotes do soalho, muito utilizada na construção de sobrados salientes. Mais ainda, importa relembrar o carácter “pragmático” destas construções correntes, já que o construtor medieval destas certamente iria preferir materiais e soluções construtivas que fossem relativamente fáceis e rápidas de executar, como parece acontecer em Santarém<sup>49</sup>, ao mesmo tempo que assegurassem os requisitos mínimos de segurança e conforto.

Sobre os homens da construção medieval pouco se sabe ainda, existindo apenas, como refere Sérgio Ferreira<sup>50</sup>, alguns pagamentos régios, municipais ou de instituições religiosas e alguns tabelamentos régios e de cariz concelhio. Mas certo será que os atributos físicos do trabalhador, tais como a idade, definiriam o seu tipo de rendimento, conforme este fosse mais capaz ou não de dar forma ao trabalho para o qual era contratado, bem como os seus conhecimentos técnicos, sendo capaz ou não de assumir uma obra com elevado grau de complexidade. Sobre este aspecto, o mesmo autor refere um acontecimento na cidade do Porto em que um trabalhador se recusa a fazer parte das obras na muralha do Porto em 1356, por não se considerar apto para o trabalho e sugerindo por sua vez, o nome de um mestre mais experiente<sup>51</sup>. No grupo socioprofissional dos construtores existiria um mester “maior”, os carpinteiros e pedreiros que comportavam várias profissões, mas também outros mesteres como oleiros e serralheiros<sup>52</sup>, no entanto, estes homens da construção pertenceriam a níveis médio-baixos da sociedade, distinguindo-se apenas entre si quando fossem “patrões” ou “empregados”, e podendo ser em alguns casos, trabalhadores de fora da cidade onde foram chamados ou se apresentaram para trabalhar.

No Porto, a regulamentação dos mesteres é referida apenas na última década do século XIV<sup>53</sup>, conforme nos diz António Cruz numa referência retirada de uma vereação

---

<sup>49</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – “Construção corrente em Santarém, no século XV: Alguns exemplos” ... *op. Cit.* p.467

<sup>50</sup> FERREIRA, Sérgio Carlos – “Salários e níveis de vida dos construtores em Portugal na Baixa Idade Média”. in *História da Construção: Os Construtores*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.205-227). p.205

<sup>51</sup> Idem, *Ibidem*. p.206

<sup>52</sup> CONDE, Manuel Sílvia Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011. p.150

<sup>53</sup> CRUZ, António – “Os mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos” in *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.III, fasc.I, 1940. p.11

de 24 de Outubro de 1390, sendo que apenas no início do século XV encontramos detalhada a tabela de preços para ferreiros e carpinteiros<sup>54</sup>.

O desenvolvimento urbano medieval geral parece dividir-se em dois grandes momentos: o primeiro evidencia-se nas cidades tendencialmente radiocêntricas e menos fechadas face à vida social, visto que não parece haver aqui espaço para bairros específicos de povos *guetizados* como mouros ou judeus<sup>55</sup>, tendo sempre como uma prioridade as suas defesas militares. No segundo privilegiam-se as questões económicas e funcionais, expandindo os espaços<sup>56</sup>, atravessando muitas das vezes os limites impostos por muralhas e iniciando a construção fora de portas, originando os arrabaldes.

Contudo, a evolução da urbe medieval deriva também das necessidades e de acontecimentos do seu tempo, bem como das pessoas que as habitavam. Refira-se um exemplo: no século XIV, posteriormente à Peste Negra<sup>57</sup>, embora tenha existido uma quebra demográfica nas cidades medievais europeias, dá-se também outro fenómeno interessante: com medo da doença, da fome ou de outros infortúnios que daí possam advir, as populações deslocam-se e procuram locais mais seguros para aí se estabelecerem<sup>58</sup>. E que locais mais seguros serão esses? Além das aldeias e campos mais afastados de centros de contaminação (cidades sem protecção que se formam a céu aberto), estes locais mais seguros, passariam possivelmente pelas cidades muralhadas e que oferecem uma maior sensação de controlo, contribuindo assim para uma acumular de população em cidades tidas como pontos importantes na sua área territorial. O mesmo acontece com os vários trabalhadores que se deslocam, possivelmente com as suas famílias, para os grandes centros de construção, em busca de trabalho e inflacionando o número de habitantes desse mesmo centro, alterando a própria dinâmica da cidade caso o número de “migrantes” fosse considerável.

A cidade do Porto, local sobre o qual se debruça a nossa pesquisa, apresenta desde logo, condições bastantes favoráveis para o seu desenvolvimento, desde a Idade Média, e mesmo antes. Desenvolvendo-se a partir do Morro da Penaventosa, este surge como um local elevado, com boas condições de segurança naturais (visíveis nas suas escarpas e na sua altura de 76 e 78m nas cotas mais altas<sup>59</sup> e no controlo visual que

---

<sup>54</sup> CRUZ, António – *op. Cit.* p.19

<sup>55</sup> ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *op. Cit.* p.153

<sup>56</sup> AFONSO, Daniel Braz – *op. Cit.* p.22

<sup>57</sup> Peste que assolou a Europa, grosso modo entre 1347 e 1353.

<sup>58</sup> GONÇALVES, Iria - “Um olhar sobre a cidade medieval” in *Patrimonia Histórica Estudos*. Cascais: 1996. p.140

<sup>59</sup> TEIXEIRA, Helena Lopes – *op. Cit.* p.13



proporcionava), mas também próximo de um curso de água com praia a uma cota mais baixa (Miragaia), apresentando assim uma via de comunicação e de comércio com pontos de outras regiões, o Rio Douro. De referir ainda o Rio da Vila (passando pelas traseiras da Rua da Bainharia, pela actual Rua Mouzinho da Silveira, pelo Largo de S. Domingos, Rua de S. João e desaguando na Ribeira) o Rio Frio (entre o vale de Monchique e a Cordoaria), o ribeiro de Miragaia (desaguando em Massarelos), o ribeiro das Hortas (desaguando junto aos Lóios) e o ribeiro do Poço das Patas (que desaguava no Douro)<sup>60</sup>, estes últimos apresentando-se como uma boa fonte de irrigação de campos, de limpeza e para instalação de moinhos.



Fig. 3 Porto. Vista do morro da Sé com a Cerca Velha. Maqueta do Porto Medieval, Arquivo Histórico Municipal do Porto (Casa do Infante). Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

Até ao século XII, antes da chegada de D. Hugo<sup>61</sup> à cidade em 1114, este núcleo primitivo da cidade medieval do Porto, seria um pequeno espaço amuralhado (reaproveitando o que restaria da muralha romana e construindo agora uma outra, a românica) no alto da Penaventosa, cuja população se organizaria em redor de um ainda

<sup>60</sup> TEIXEIRA, Helena Lopes – *op. Cit.* p.14

<sup>61</sup> A figura de D. Hugo reveste-se de importância para a história da cidade do Porto. Prelado de origem francesa, cônego e secretário do arcebispo Diego Gelmirez em Santiago de Compostela, foi também Bispo do Porto entre 1113 e 1136, recebendo a doação do Burgo em 1120 pela mão da Rainha D. Teresa, concedendo por sua vez *foral* à povoação em 1123, e agindo como um dos principais impulsionadores do desenvolvimento urbano da cidade do Porto. O senhorio do Porto apresenta-se como episcopal entre 1120 e 1405, mas no início do séc. XV passa definitivamente para senhorio régio.

modesto edifício religioso<sup>62</sup>. Posteriormente, Ferrão Afonso fala-nos de três grandes períodos da evolução urbana da cidade<sup>63</sup>: O de “iniciativa episcopal”, o de “aliança Coroa-Concelho” e o de “iniciativa Real”.

O primeiro desenrola-se do século XII ao início do século XIV, numa dialéctica entre a ideia de cidade episcopal (alto da Penaventosa), e posteriormente, aquando da expansão para a zona ribeirinha, e de cidade mercantil e régia. O segundo tem lugar ao longo do século XIV, quando se verifica uma “parceria” entre a Coroa e o Concelho em oposição à Igreja, com doações de praças e rossios, da primeira para o segundo, construindo-se grandes espaços como a Casa da Alfândega, a par do estabelecimento das Ordens Mendicantes na cidade. O terceiro momento prende-se com as várias acções da Coroa ao longo do século XIV e XV, como a construção de uma nova cintura de muralha<sup>64</sup> iniciada em 1355, a criação da Judiaria do Olival cuja construção se inicia em 1386, e a abertura da Rua Nova iniciada em 1395, que contribuíram para a alteração e expansão da malha urbana portuense.



Fig. 4 Vista da cidade do Porto in ALBERNAZ, Pedro Teixeira - "La descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos 1634". Fonte:

[http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=1258&muda\\_idioma=PT](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1258&muda_idioma=PT)

<sup>62</sup> AZEVEDO, Rogério – “As Implicações Antecedentes da Arquitectura Medieval Portucalese (Cale, Portucale e Porto)”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XXXI, fasc. 3-4. Porto: Livraria Fernando Machado, 1968. p.62-63

<sup>63</sup> AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no séc. XVI... op. Cit.* p.30

<sup>64</sup> A construção da “muralha nova”, “muralha gótica” ou “muralha fernandina” iniciou-se durante o reinado de D. Afonso IV, tendo sido terminada no reinado de D. Fernando, ao redor de 1370, surgindo depois do grande crescimento urbano da cidade do Porto no séc. XIV.

## 2.3. Espaços de habitação e de administração pública – características e exemplos em contexto urbano.

### 2.3.1. A casa

Os espaços de habitação do período medieval permanecem ainda em parte, por desvendar e compreender, mas é aceite que estes espaços não seriam entendidos como hoje, como um espaço privado e familiar. Neste sentido, a imagem da casa medieval surge como um local onde várias facetas da vida privada e pública se encontram, variando consoante a sua localização (urbana ou rural<sup>65</sup>) e o estatuto socioeconómico de quem a habita e constrói (ou manda construir). O possuir uma casa é algo de importante, já que significa fazer parte da sociedade “de bem”, pois nem todos a podiam ter<sup>66</sup> – refiram-se os criados que viviam em anexos da casa que serviam e aprendizes de mestres que habitavam nas oficinas dos seus mestres – resultando num espelho da capacidade de adaptação do Homem medieval face ao meio onde este vivia, apresentando desde logo um grande factor de variabilidade<sup>67</sup>.

A localização do terreno das próprias casas a construir implica desde logo as suas medidas e disposição construtiva, já que no meio urbano é a tipologia dos lotes que as define, não ultrapassando na generalidade áreas entre 30 ou 40m<sup>2</sup><sup>68</sup>, o que leva à construção em altura e ao acrescento de sobrados e consequentemente de divisões. Este aspecto não se aplicará contudo, ao mundo medieval rural, onde a falta de espaço que se poderia evidenciar na cidade não acontece, podendo os seus proprietários anexar ou construir de raiz divisões ao espaço central/original<sup>69</sup>, não havendo necessidade da construção em altura. O facto da vivência do mundo medieval ser realizada, na sua maioria, fora de casa e se passar pouco tempo dentro dos espaços de habitação indica

---

<sup>65</sup> Sílvia Conde, ao longo dos seus trabalhos, define muito bem estes dois polos: a casa rústica surge como um núcleo de empresa agrícola, e a casa urbana como sede de múltiplos mestres.

<sup>66</sup> ESTEVAN, Maria Luz Rodrigo – “La Vivenda Urbana Bajomedieval: Arquitecturas, Conflictos Vecinales y Mercado Inmobiliario (Daroca, Siglo XV)” in *STVDIVM. Revista de Humanidades*, nº 11, 2005. (p.39-74) p.39

<sup>67</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar – *op. Cit.* p.34

<sup>68</sup> DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)”. *Arquitectando espaços: da natureza à metápolis*. Porto: Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003. (p.183-192) p.189. Sobre esta questão das áreas médias das casas, ver também o Quadro 1(p.106) presente na obra de Sílvia Conde, *Construir, Habitar: A Casa Medieval*.

<sup>69</sup> Dando origem ao chamado *assentamentos de casas* ou união de vários edifícios, constituindo o molde para as casas de lavoura.

por sua vez a importância dos anexos como os lagares, lojas, celeiros, palheiros ou currais, sendo que frequentemente, estes encontram-se no rés-do-chão da casa (como no caso da loja, local para comércio) ou nas traseiras do lote (como o quintal, local para hortas e instalação de animais). O lote e aspecto geral da casa urbana medieval seria assim constituído por uma forma em profundidade e alta, variando consoante o número de sobrados e onde a ruralidade vivia paredes meias com o mundo citadino. Esta permeabilidade entre os dois mundos é evidente, mais que não seja no facto de que, mesmo uma cidade sendo profusamente habitada, esta continha sempre em si espaços não urbanizados/habitados que serviam para aí se proceder ao cultivo de produtos, como hortas, vinhas ou olivais<sup>70</sup>.

Parece-nos importante perceber que a construção em altura nas cidades não se relaciona directamente com as chamadas casas-torre (que normalmente relacionamos com casas de famílias nobres e com a *domus fortis*<sup>71</sup>), mas sim com a elevada procura de terreno, o que leva a que em cidades como o Porto, a solução passe por se construir em altura com vários andares acima do rés-do-chão. No entanto, duas características gerais distinguem as casas-torres urbanas da casa dita corrente: a pedra que se utiliza no total da habitação, e não apenas no piso do rés-do-chão, distingue a primeira da segunda mesmo que esta seja construída em altura, já os pisos superiores são, quase sempre, em taipa ou material semelhante (Fig. 5). Em cidades como a do Porto, onde a pedra seria de obtenção e transporte fácil, através das pedreiras que existiam ao seu redor e do Rio Douro, esta era ainda um material caro (procedendo-se muitas das vezes à sua reutilização em novas construções)<sup>72</sup>, sendo também um material que oferecia algum grau de dificuldade de trabalho e manuseamento, sendo para isso necessário as mãos calejadas de pedreiros.

À utilização da pedra em toda a superfície do edifício, junta-se outro elemento de identificação geral que vemos amiúde em casas-torre, a utilização de merlões e ameias. O Porto surge aqui como uma excepção, já que, para a sua utilização, sabemos existir a necessidade de autorização por parte do senhorio eclesiástico<sup>73</sup>, relacionando-se

---

<sup>70</sup> GONÇALVES, Iria – *op. Cit.* p.237

<sup>71</sup> Residência fortificada que surge praticamente por toda a Europa nos finais do século XII e durante século XIII, associada principalmente a espaços rurais.

<sup>72</sup> AFONSO, José Ferrão – *A Imagem tem de saltar...*p.263

<sup>73</sup> Idem, *Ibidem.* p.261

com a interdição da habitação de nobres na cidade, e notando-se por sua vez, a carga simbólica de poder que estruturas como estas carregavam.



Fig. 5 Casa-Torre 156-158 da Rua dos Mercadores, Porto. Reconstituição hipotética séc. XVI. Imagem retirada d' *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXXV, nº7, Julho de 2016. p.215. Chama-se a atenção para os lotes esguios e como uma casa-torre em contexto urbano sobressairia no conjunto das casas correntes.

Continuando com esta questão da construção em altura nas cidade medievais, verificamos que em Coimbra prevalecem as casas com dois pisos (loja ou sótão + sobrado), marcando ainda mais a sua tipologia em locais de maior dinamismo comercial, aumentando o número de pisos consoante a necessidade, e apresentando em alguns casos, dois vãos de entrada de modo a otimizar as entradas e saídas do espaço de habitação e negócio<sup>74</sup>, apresentando construções feitas na já habitual madeira, em pedra, cal e telha, à semelhança do que acontecia na Guarda com a maioria das habitações também com loja e um piso sobrado construídas em granito e madeira, em particular o castanho, contendo no rés-do-chão uma ou várias divisões, sendo uma delas a cozinha<sup>75</sup>.

No Alentejo, as casas sobradas existiam mas não dominavam, revelando ainda coroamento com chaminés, mais comum aqui do que no norte e centro do país<sup>76</sup>, como

<sup>74</sup> TRINDADE, Luísa – *op. Cit.* p.129. Para mais informações sobre o nº de pisos, áreas médias e localização de casos de estudo sobre a casa corrente de Coimbra ver, nesta obra, o Quadro IX (pág.139).

<sup>75</sup> GOMES, Rita Costa – *op. Cit.* p.74-45

<sup>76</sup> CONDE, Manuel Sílvia Alves – *op. Cit.* p.130



é possível notar nos desenhos de Duarte D'Armas no Livro das Fortalezas<sup>77</sup>. Em Évora, por exemplo, é possível aferir que as casas mais usuais serão as de piso térreo com duas divisões<sup>78</sup> cobertas por telha, com a casa dianteira (onde se habita efectivamente) e o celeiro/casa de dentro (onde de aprovisionam mantimentos), a que se juntam outras divisões como o curral, quintal, adega ou a cova de pão, divisões que poderão indicar um maior desafogo financeiro por ser indicador de que o proprietário possui bens alimentares para aí os armazenar. Relativamente a medidas deste tipo de casas eborenses, estas rondarão os 3,5m de largura na fachada, somando o dobro na sua profundidade, admitindo uma área coberta de cerca de 25 a 35 m<sup>2</sup><sup>79</sup>.

Em Guimarães as casas sobradas parecem existir mas apenas com um andar e não vários<sup>80</sup> (rés-do-chão para animais/mercadorias/oficinas e um 1º andar de habitação), utilizando a madeira na construção de beirados salientes, deixando a pedra para elementos de suporte e alicerces, pintando as fachadas e construindo varandas. O interior destas casas seria também bastante despojado de mobiliário, com uma divisão a poder ser local de vários espaços diferentes e com poucas aberturas para proteger a habitação do calor no Verão e impedir que este se evada no Inverno. A obtenção de luz e ventilação far-se-ia através de “janelas”<sup>81</sup> em locais estratégicos da casa, podendo ser motivo de conflito entre vizinhos na sociedade medieval principalmente, em habitações de construção contígua. Também na vila minhota de Ponte de Lima isso parecia acontecer, nomeadamente através da perduração no tempo de alguns talhões que chegaram até aos dias de hoje, contendo casas que iriam de uma rua a outra, podendo ter ou não, serventia pelas duas<sup>82</sup>.

---

<sup>77</sup> Manuscrito do século XVI, executado a mando do Rei Manuel I, que inclui a indicação dos nomes dos alcaides, representação de pendões reais, pontes, cursos de água, embarcações, de igrejas, ermidas, paços, de casario, conventos, de pessoas, forcas, muralhas em derrocada ou por concluir, campos cultivados, entre outros. Fortalezas representadas: Castro Marim, Alcoutim, Mértola, Serpa, Moura, Noudar, Mourão, Monsaraz, Terena, Alandroal, Juromenha, Olivença, Elvas, Campo Maior, Ouguela, Arronches, Monforte, Assumar, Alpalhão, Castelo de Vide, Nisa, Montalvão, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Segura, Salvaterra, Pena Garcia, Monsanto, Penamacor, Sabugal, Vilar Maior, Castelo Mendo, Castelo Bom, Almeida, Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, Pena Roia, Miranda do Douro, Vimioso, Outeiro, Bragança, Vinhais, Monforte de Rio Livre, Chaves, Montalegre, Portelo, Piconha, Castro Laboreiro, Melgaço, Monção, Lapela, Valença, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Barcelos, Sintra.

<sup>78</sup> BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *op. Cit.* p.123

<sup>79</sup> Idem, *Ibidem.* p.124

<sup>80</sup> FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Co-edição do CITCEM e da Universidade do Minho (ICS), 2010. p.339

<sup>81</sup> Seriam, possivelmente, pequenas aberturas com portadas de madeira para as abrir ou fechar, já que as vidraças só parecem surgir a partir da época moderna, e mesmo que já existissem na época medieval comportariam um custo bastante acentuado.

<sup>82</sup> ANDRADE, Amélia Aguiar – *op. Cit.* p.36

Mais uma vez, é compreensível também que o estatuto e nível de riqueza do proprietário da casa possa funcionar como um espelho de quem a habita, principalmente quando falamos da questão do prestígio das habitações, com chamadas de atenção para o espaço através das dimensões, dos materiais nobres ou dos elementos decorativos que esta possa conter. Esses mesmos materiais divergem consoante o local onde se constrói, com por exemplo, o Sul do país a recorrer ao xisto, calcário e granito e o norte transmontano ao granito, terra crua e cozida, barro e madeira<sup>83</sup> (inimiga deste tipo de construções que assim sucumbem mais facilmente ao fogo).

As próprias formas das construções vão variando e adaptando-se à realidade de então, referindo-se a título de exemplo, a intervenção urbanística na Ribeira do Porto depois do incêndio de 1491 (numa acção conjunta do Rei e do Concelho), em que as casas continham arcadas, como meio de abrigo contra o tempo, numa zona de forte comércio e troca de mercadorias.



Fig. 6 Pormenor de um edifício na Ribeira. Desenho de Gouveia Portuense – Reprodução fotográfica de Teófilo Rego. Documento subordinado/Ato informacional, 1951. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/339358/>

No Porto de quinhentos, e possivelmente no período imediatamente anterior, as casas privadas, pertenciam na realidade e na sua maioria a grandes proprietários como a

---

<sup>83</sup> CONDE, Manuel Sílvio Alves –*op. Cit.* p.23

Mitra, o Cabido e o Concelho, além do Hospital de Rocamador<sup>84</sup> (que apresentava uma grande presença espalhada pela cidade mas em particular na Rua do Souto), e os Conventos de S. Domingos, S. Francisco, Santo Elói, e Santa Clara<sup>85</sup>, além de pequenos proprietários, instituições religiosas e capelas fora de muros. Estas casas, quando localizadas em áreas específicas de maior densidade populacional, apresentariam por razões de espaço, lotes mais estreitos e compridos, principalmente entre os séculos XIV e XV, surgindo no século seguinte com uma profundidade menor mas com uma fachada mais larga<sup>86</sup>. Sobre os materiais utilizados nesta cidade, estes não variam muito dos já referidos, com particular atenção para a pedra (utilizada no rés-do-chão das casas) e a madeira, taipa e cal nos sobrados, utilizando ainda a telha nas coberturas.

É possível ainda atender às várias componentes “extra-habitacionais”, algumas já referidas anteriormente, que existem na casa corrente do Porto e de outras regiões também, a saber: o alpendre ou sacada (forma de prolongar o espaço interior muitas vezes exíguo da casa), os quintais ou exidos (frequentemente renegados para as traseiras das casas, com animais e pequenos espaços de cultivo, oferecendo quando possível, uma outra entrada para a propriedade) e a loja ou sótão (na sua maioria situado no rés-do-chão, espaço dedicado ao comércio como pequenas oficinas).

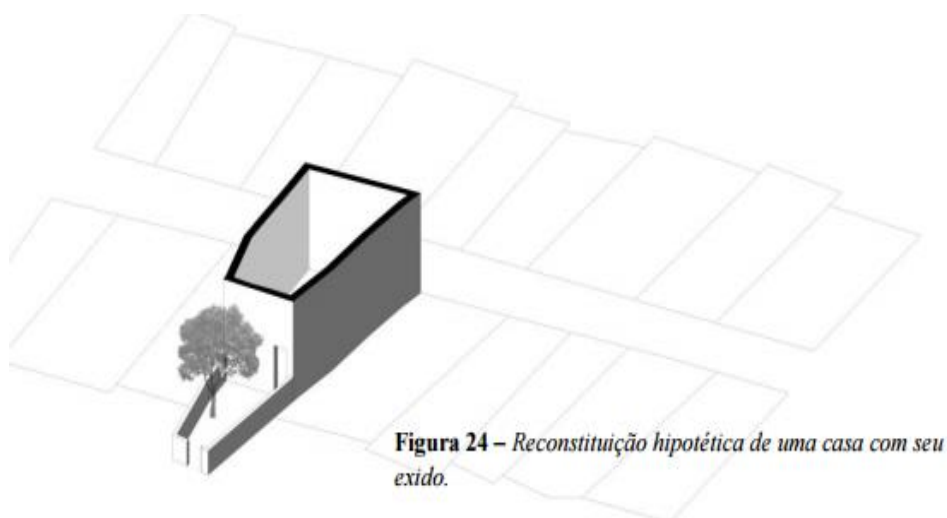


Fig. 7 Casa com exido. Imagem retirada do trabalho de Ângela da Silva<sup>87</sup>. p.91

<sup>84</sup> Em 1499 D. Manuel I institui por Carta Régia a Irmandade da Misericórdia do Porto, e em 1521 atribuiu a esta instituição o Hospital-Albergaria de Rocamador, a maior instituição com este tipo de missão à data. Localizava-se na Rua do Souto (mais tarde Rua da Ferraria de Cima, actual Rua dos Caldeireiros) atravessando a Rua de Santa Catarina das Flores até à Porta do Olival, sendo que a sua entrada fazia-se junto ao Padrão de Santo Elói (actual Largo dos Lóios).

<sup>85</sup> AFONSO, José Ferrão - *A Rua das Flores no séc. XVI... op. Cit.* p.57

<sup>86</sup> Idem, *Ibidem.* p.62

<sup>87</sup> SILVA, Ângela Carina Areias da – *op. Cit.*



### 2.3.2. Paços do Concelho e Alfândegas<sup>88</sup>

Além das habitações correntes e das habitações com mais aparato que compõem o aglomerado urbano, nas cidades medievais portuguesas sedes episcopais, entenda-se Braga, Porto, Guarda, Lamego, Viseu, Coimbra, Lisboa, Silves e Évora, é notório o papel preponderante que os grandes edifícios públicos tinham na estrutura e na própria organização interna do espaço urbano.

Os paços surgem aliados à administração pública e à capacidade de exercer o direito e a justiça, tidos como atributos régios<sup>89</sup>, e a sua localização dentro das cidades parece ser um privilégio quase exclusivo de reis e bispos, como de resto acontece no Porto, tendo os Paços do Concelho/Paços da Relação/Casas de Câmara, enquanto edifícios, tomado uma maior relevância aquando da ordem régia de 1340 que referia a obrigatoriedade de uma reunião semanal dos vereadores, e posteriormente, a existência de um espaço físico digno onde as reuniões pudessem ter lugar e onde se conseguisse organizar e sistematizar toda a informação recolhida dessas discussões num único local<sup>90</sup>.

Começam assim a surgir em maior número paços do concelho, manifestação física do poder concelhio, em vários pontos do território nacional, como nos diz Luísa Trindade, ao referir que a primeira referência feita a um edifício deste tipo surge 1316 para Leiria, seguindo-se em 1317 para Lamego, em 1334 para Óbidos, 1336 para Lisboa, 1337 para Torres Vedras, 1341 para Coimbra, 1346 para Alcácer do Sal, 1355 para Vila Nova de Gaia, 1358 para Montemor-o-Novo e 1360 para Faro<sup>91</sup>. De referir ainda que estas reuniões concelhias nem sempre se realizavam em locais próprios para o efeito, nas Casas da Câmara, mas sim em locais que pelas suas dimensões se mostravam mais adequados para acolher todos quantos comparecessem às ditas reuniões, como por

---

<sup>88</sup> Muito mais haveria a dizer sobre os edifícios e equipamentos públicos de uma urbe medieval, contudo, visto que os exemplos do nosso trabalho, que analisamos no capítulo seguinte, apenas se debruçam sobre os Antigos Paços do Concelho e a Alfândega Régia da cidade do Porto, optamos por referir aqui apenas estas duas tipologias.

<sup>89</sup> SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses. Caracterização e Evolução da Habitação Nobre (séculos XII a XVI)*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 1993. p. 41.

<sup>90</sup> TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa” in *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia*. (coord. Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo), Braga: CITCEM, 2012. p. 209

<sup>91</sup> Idem, *Ibidem*. p.221

exemplo, terreiros ou alpendres de mosteiros, como acontecia no caso do Porto em que se utilizaria o alpendre do Mosteiro de S. Domingos<sup>92</sup>.

Contudo, torna-se necessário atender ao carácter prático deste tipo de construções (à semelhança do que acontece com a casa corrente), que ao contrário do que podemos ser levados a pensar, nem sempre configuram arquitecturas de aparato ou qualificadas. Com efeito, muitos dos paços de concelho que se conhecem ou de que há memória, começaram por ser simples construções de madeira quando construídas de raiz, ou uma junção de lotes previamente construídos e existentes, onde aí se instalam os serviços da Câmara. Veja-se a título de exemplo, a primitiva Casa da Câmara do Porto que funcionaria numa pequena casa de tabuado, junto à Sé<sup>93</sup> ou a de Castelo de Vide onde se adaptou uma casa de habitação corrente<sup>94</sup>, guardando para estes edifícios, contudo, um aspecto importante, o da localização quase sempre central, junto dos espaços religiosos mais importantes.

Quando os paços do concelho são construídos especificamente com essa função, ao mesmo tempo que se pretendem assumir como um claro local de poder na cidade, estes apresentam formas e técnicas mais depuradas que os permitem distinguir na malha urbana. É o caso da *Domus Municipalis* de Bragança, que embora muito alterada por intervenções no século XX, apresenta uma solução encontrada amiúde nestas construções, a utilização de arcos. Esta ideia encontra-se aqui no grande salão rodeado por janelas em arco, mas também em Évora num possível pátio aberto em arcaria<sup>95</sup>, e ainda no Porto, referindo-se o edifício da câmara como um “paço em arcos”<sup>96</sup> antes de

---

<sup>92</sup> Embora o Porto tivesse uma Casa da Câmara já referida desde 1354, como nos diz Magalhães Basto nas páginas referentes aos Paços do Concelho do Porto, incluídas nas *Vereações Anos de 1390-1395*, refere-se também que a “crasta segunda do Mosteiro de S. Domingos” era utilizada várias vezes para as reuniões do Concelho. Cremos que, tal como o autor questiona, esta “crasta segunda” poderia ser o alpendre do próprio mosteiro, quer pela sua área, quer pela sua localização.

<sup>93</sup> BASTO, A. De Magalhães – “Os Diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto. Subsídios para a sua História” in *Vereaçãoens. Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo*. Comentário e notas de Artur de Magalhães Basto. Documentos e Memórias para a História do Pôrto. Vol II. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1973. p.250

<sup>94</sup> TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa” in *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia*. (coord. Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo), Braga: CITCEM, 2012. p. 212

<sup>95</sup> Idem, *Ibidem*. p.216

<sup>96</sup> Os primitivos Paços do Concelho do Porto funcionariam numa casa de tabuado, junto da Sé, contudo os mesmos foram abandonados por estes não proporcionarem as condições necessárias ao seu bom funcionamento, construindo-se então um novo Paço, num local próximo, ao redor de 1350, seguindo a tipologia de “paço em arcos”. No entanto, e visto que esta construção assentou no muro velho (muralha primitiva), a sua estabilidade foi pouca e o edifício ruiu, reconstruindo-se por sua vez os Paços do Concelho que iremos tratar no capítulo seguinte.

este ruir e se o reconstruir com recurso a uma solução turriforme. A ideia do espaço que recorre a arcos relaciona-se com um espaço não totalmente fechado, onde se admite a comunhão do espaço interior com o exterior, solução que aliás se relaciona por sua vez com a dos espaços porticados, comuns em edifícios de cariz público, como as casas de câmara o são.



Fig. 8 “A *Domus Municipalis*, tal como se conservou até ao 3º decénio do século XX”. Fonte: [http://www.monumentos.pt/site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2418](http://www.monumentos.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2418)

A partir do século XV surgem cada vez mais edifícios deste tipo, denotando-se uma aproximação a soluções arquitectónicas presentes nas residências nobres. Surge aqui a preferência por edifícios turriformes, com recurso a ameias, aliados à já referida solução de arcaria, como podemos verificar a título de exemplo, nos Paços do Concelho de Guimarães, de Barcelos, de Viana do Castelo, e novamente, do Porto, resultando em aspectos comuns nos edificadados deste período e tipologia<sup>97</sup>. São eles: a construção em dois pisos, sendo o rés-do-chão constituído por arcaria em arcos apontados e o primeiro andar pautado por janelas de sacada, e o coroamento com ameias.

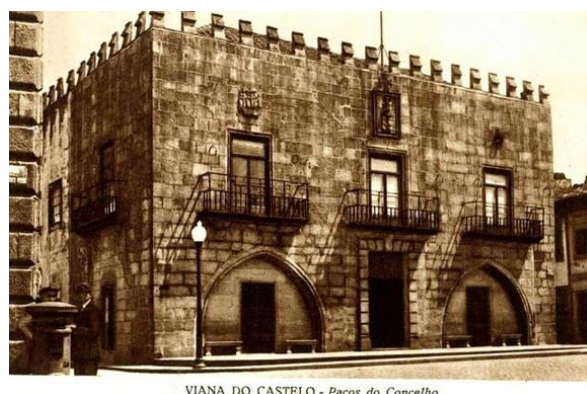


Fig. 9 Paços do Concelho de Viana do Castelo. Fonte: [www.bloguedominho.blogs.sapo.pt](http://www.bloguedominho.blogs.sapo.pt)

<sup>97</sup> TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa” in *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e Economia*. (coord. Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo), Braga: CITCEM, 2012. p.221

Por outro lado, as alfândegas surgem como espaços onde se recolhem as mercadorias que entram ou saem de um determinado local, estando situadas em *portos de mar* (portos molhados) ou na *raia seca* (portos secos)<sup>98</sup>, podendo ser ainda em alguns casos, local de albergue para os que aí chegam, constituindo assim um espaço dinâmico dentro da urbe medieval<sup>99</sup>. O regulamentar e proteger estes espaços de circulação de pessoas e mercadorias torna-se desde logo uma necessidade, quer pela questão da segurança, quer pelas receitas que os mesmos proporcionavam – receitas de passagem, portagem, dízima ou sisa<sup>100</sup>.

Constituem igualmente mais um espaço de poder, o poder régio, sendo disso exemplo a Casa do Infante no Porto, que vai mais além do espaço da própria alfândega e Casa da Moeda, ao serem construídas ao seu redor casas e edifícios (como o Paço dos Tabeliães e a Bolsa dos Mercadores) quase todos foreiros do rei, construindo por sua vez um “quartirão régio” nesta cidade. De facto, esta ideia de que certos edifícios simbolizam certos poderes dentro de uma cidade medieval (e não só), é algo sobre o qual vale a pena pensar, já que são estes, de uma forma geral, que marcam a paisagem e a organização do próprio território, que causam o maior impacto no visitante e que motivam disputas entre os várias forças que se movem (episcopal, régia e concelhia), e parece-nos também correcto associar certos espaços e construções a poderes episcopais ou senhoriais e concelhios<sup>101</sup>: ao primeiro, os grandes edifícios religiosos como catedrais, os paços episcopais e residências de cónegos e aos segundos, as praças, rossios, ou casas de câmara.

Em Vila do Conde, na zona ribeirinha, cria-se a alfândega régia a mando de D. João II, por carta de 27 Fevereiro de 1487, certamente relacionado com o crescente aumento do comércio marítimo português, mas que não estaria totalmente dependente da alfândega do Porto, mandada construir em 1325 por D. Afonso IV, estando antes numa posição subalterna desta, já que as mercadorias trazidas a Vila do Conde eram

---

<sup>98</sup> LENCASTRE, Francisco Salles de – *Estudo sobre as portagens e as alfândegas em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981. p.1

<sup>99</sup> Idem, *Ibidem*. p.3

<sup>100</sup> COSTA, Paula M. de C. Pinto; CASTRO, Júlia Isabel C. C. Alves de - [Em-linha] “A alfândega de Freixo de Espada-à-Cinta em 1517” in *DOURO – Estudos e Documentos*, vol.III (5), 1998 (1º), (p. 95-108), p.96. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9388.pdf> [consultado em 26/04/2017]

<sup>101</sup> RIBEIRO, M<sup>a</sup> do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa – [Em linha] “A materialização dos poderes no espaço urbano como expressão da memória e identidade urbana medieval” in *Medievalista*, nº 12, Julho-Dezembro 2012.

Disponível em: [http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo\\_ribeiro1207.html](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html) [consultado em 26/04/2017]

despachadas pelo juiz do Porto<sup>102</sup> (situação que só viria a ser contrariada nos últimos anos do século XV). O edifício da alfândega régia de Vila do Conde situava-se (e continua a situar-se) sob um afloramento granítico, em frente ao terreiro que hoje se chama Largo da Alfândega, estando afastada um pouco mais do que um quilómetro da foz do rio Ave, apresentando uma fachada com dois pisos, com marca do reinado de D. Manuel, as duas esferas armilares que ladeiam o portal de entrada principal, recebendo ainda ampliações como forma de adaptação do espaço, ao longo do século XVIII, de forma a colmatar as necessidades do intenso tráfego comercial que então se fazia sentir.



Fig. 10 Vista da alfândega régia de Vila do Conde, actual sede do Museu de Construção Naval. Fonte: [http://www.atlanticurbangardens.com/pages/30/?geo\\_article\\_id=1184](http://www.atlanticurbangardens.com/pages/30/?geo_article_id=1184)

Além disso, espaços como alfândegas que se querem amplos e com uma dimensão considerável, tornam-se também fontes dinamizadoras do comércio local e regional fornecendo um local de encontro entre várias culturas e pessoas, sendo pontos de referência nos eixos viários de uma cidade, por vezes até alterando-os. Mais ainda, e principalmente quando construídos junto a vias fluviais (*portos molhados*) parece existir uma maior probabilidade desses locais conservarem em si vestígios de várias camadas de ocupação, já que, como sabemos, o Homem desde cedo procurou estabelecer-se junto a cursos de água, utilizando-os para consumo próprio, para a agricultura ou mesmo para defesa – é possível observar isso mesmo na Casa do Infante, e nos resultados dos trabalhos arqueológicos que provam que o local terá sido habitado, pelo menos, desde o período tardo-romano<sup>103</sup>.

---

<sup>102</sup>PEREIRA, João Cordeiro – *Para a História das Alfândegas em Portugal no início do século XVI (Vila do Conde – organização e movimento)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1983. p.39

<sup>103</sup> GOMES, Paulo Dordio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; MELO, Maria do Rosário – “O Contributo da Arqueologia para o estudo da Casa do Infante” in *Henrique o Navegador*. Catálogo da Exposição Comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. (4 Março a 4 de Setembro de 1994). Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994. p.151-159

### Capítulo III: Exemplos de arquitectura civil medieval na cidade do Porto

*O Porto é uma cidade grande, feita de casas pequenas – e, aqui e além, alguns raros palácios discretos (...)*<sup>104</sup>

Feito um contexto geral do desenvolvimento e da dinâmica de uma cidade medieval, das suas construções de habitação e de certos edifícios públicos, é hora de enumerar os vários exemplos de arquitectura civil medieval que encontramos actualmente na cidade do Porto. Ainda hoje, e à primeira vista, sobressaem os lotes estreitos e altos, feitos de pedra e taipa dentro do espaço do centro histórico da cidade, numa alusão a tempos mais recuados, onde as construções se acumulavam em pequenas parcelas de terreno, situação que se viria a modificar com maior notoriedade a partir de Quinhentos, quando se preferem espaços mais generosos em largura – muitas das vezes conseguidos através da junção de dois lotes contíguos e de uma nova e uniformizadora fachada. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano já referiam isso mesmo, numa conferência realizada na Casa dos Jornalistas do Porto, em Maio de 1957: (...) *a casa independente, esguia e alta, é, em todo o norte do país, a casa própria do extracto burguês, mais ou menos abastado, da população urbana; como o Porto é essencialmente uma cidade de gente burguesa, próspera e rica, praticamente todas as casas são deste tipo (...)*, continuando esta descrição da edificação da cidade (...) *Pode afirmar-se que até ao século XVI, fora uma ou outra excepção (...), só houve no Porto casas estreitas, burguesas ou mesteirais, híbridas e funcionais (...)*<sup>105</sup>.

Outro aspecto importante a reter do que se pode observar numa passagem nos dias de hoje pelo centro urbano do Porto, é a de que, embora muitas das fachadas, andares e disposições arquitectónicas/construtivas dos edifícios actuais correspondam a cronologias mais avançadas do que a medieval (séculos XVII, XVIII e XIX), certo é que muitas delas reaproveitam bases e estruturas prévias, e mesmo quando não são as estruturas que sobrevivem, é o lote, a delimitação de terreno, que serve de base para um outro edifício. Se existe material em boas condições e solidez para arcar com uma nova

---

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – “Casas do Porto” in *Douro Litoral, Boletim da Comissão de Etnografia e História*. Dir. de Augusto César Pires de Lima, 8ª série, VII-VIII. Porto: Edição da Junta de Província, 1958. p.640

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*. p.646

construção, há que o reaproveitar e não destruir, levando isto a uma outra questão que vale a pena referir: os edifícios e elementos remanescentes que surgem como exemplos de estudo no nosso trabalho são, todos eles, construídos em material pétreo, prolongando-se no tempo e chegando até aos dias de hoje. Há portanto, uma outra faceta, a da construção em materiais mais perecíveis, como a madeira, que nos escapa, não podendo este ser um retrato da arquitectura civil medieval portuense por inteiro, mas apenas uma parte dele.

São estas e outras questões que nos importa estudar e analisar nos exemplos seguintes, entendendo também, quando possível, como estes edifícios e/ou estruturas se adaptaram à contemporaneidade, seja pela sua utilização actual, seja pelas remodelações e intervenções que vão recebendo ao longo do tempo. Para uma melhor compreensão do espaço e organização de trabalho, dividem-se os exemplos por zona e consequentemente por arruamento<sup>106</sup>, traçando paralelamente a evolução urbana da cidade do Porto ao longo do período medieval e nos momentos imediatamente anteriores e posteriores.

### **3.1. Zona da Sé**

O actual espaço envolvente da Sé do Porto apresenta-se como uma zona especialmente rica em matéria de memória arqueológica e histórica, confirmada pela realização de trabalhos arqueológicos desde os anos 80 do século passado<sup>107</sup> e pela pesquisa realizada para a construção da maqueta medieval da cidade, exposta actualmente na Casa do Infante, desenvolvida no âmbito das comemorações do VI Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique em 1994, o que, obrigatoriamente, levou a uma pesquisa profunda dos vários aspectos relacionados com a cidade no período medieval, deixando-nos uma fonte rica em assuntos desta matéria. De facto, estes trabalhos contribuíram, entre outros, para o esclarecimento de uma questão base do urbanismo portuense: onde se iniciaram as primeiras construções? A resposta parece

---

<sup>106</sup> Como já referimos anteriormente, as ruas, praças e becos ou vielas a que nos referimos no trabalho, foram alvo de constante mudança de toponímia. Para um melhor entendimento da cidade de hoje, optámos por referir o nome actual dos arruamentos em questão.

<sup>107</sup> Uma das primeiras intervenções no Morro da Sé é apontada para a data de 1984, sob direcção de Manuel Luís Real. Entre outros, é possível ver que estes trabalhos começaram por explorar a Antiga Casa da Câmara (Paços do Concelho) e a Casa Nº5 da Rua de D. Hugo. Uma análise mais detalhada de como estes primeiros trabalhos arqueológicos se desenvolveram e dos resultados obtidos (ao nível das estruturas, estratigrafia e espólio) pode ser feita através da leitura da separata *Escavações Arqueológicas no Morro da Sé*, da autoria de Manuel Luís Real e edição da Câmara Municipal do Porto, do ano de 1985-86.



ser o Morro da Penaventosa (onde se encontra a Sé) – e não a Cividade, ponto mais alto, e onde por norma, outras povoações se estabelecem –, recuando até ao Bronze Final, possivelmente devido à proximidade face ao rio e às suas defesas naturais<sup>108</sup>.

Estes e outros trabalhos arqueológicos realizados na cidade, trouxeram à luz do dia materiais do séc. V e VI, nomeadamente nas escavações da Casa da Câmara, na Rua de D. Hugo e na Ribeira (quando se dá o abandono do espaço do Morro da Sé, aquando da ocupação romana, prefere-se a zona ribeirinha<sup>109</sup>), notando-se a quase ausência de materiais do período da Reconquista, e levando assim à consideração dos diferentes ritmos de ocupação da cidade do Porto durante a Alta Idade Média<sup>110</sup>: expansão da urbe no séc. VI, retrocesso no séc. VIII (possivelmente relacionado com as invasões muçulmanas), redução da população durante o período vulgarmente chamado da Reconquista, e recuperação no séc. IX (com a intervenção de Vímara Peres e a Presúria). Posteriormente com a concessão do Couto e outorga da Carta de Foral de D. Hugo em 1123, foi-se desenvolvendo uma estratégia de povoamento e desenvolvimento do burgo<sup>111</sup>.



Fig. 11 Porto Medieval (séc. IX) Núcleos urbanos na cidade medieval (assinalados a amarelo) Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

<sup>108</sup> REAL, Manuel Luís – “A construção Medieval no sítio da Sé”. *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. vol. 14, Março de 2001 (p.8-19). p.9

<sup>109</sup> AFONSO, Daniel Braz – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012. p.29

<sup>110</sup> CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Câmara Municipal do Porto, CRUARB/CH – Projecto Municipal para a renovação urbana do Centro Histórico do Porto, Projecto Piloto Urbano da Sé, 1996. p.23

<sup>111</sup> Idem, *Ibidem*. p.25



Durante o séc. XII e até à primeira metade do séc. XIV, o espaço intramuros apresenta-se como o centro da cidade do Porto, sendo as delimitações espaciais um factor importante neste ponto. Estas faziam-se, de maneira geral e à semelhança de tantas outras urbes medievais, através da muralha. No caso do Porto, a construção da muralha dita primitiva (que reaproveitou partes da muralha romana de finais do séc. III d.C., descoberta nas escavações de casas sobre a muralha primitiva voltadas para a Rua de D. Hugo e para o Largo do Colégio<sup>112</sup>) situa-se no período de administração do Bispo D. Hugo, contando com um percurso de cerca de 750 metros, envolvendo e defendendo a colina onde se instala a Sé e a parte inferior da zona das Aldas<sup>113</sup>.

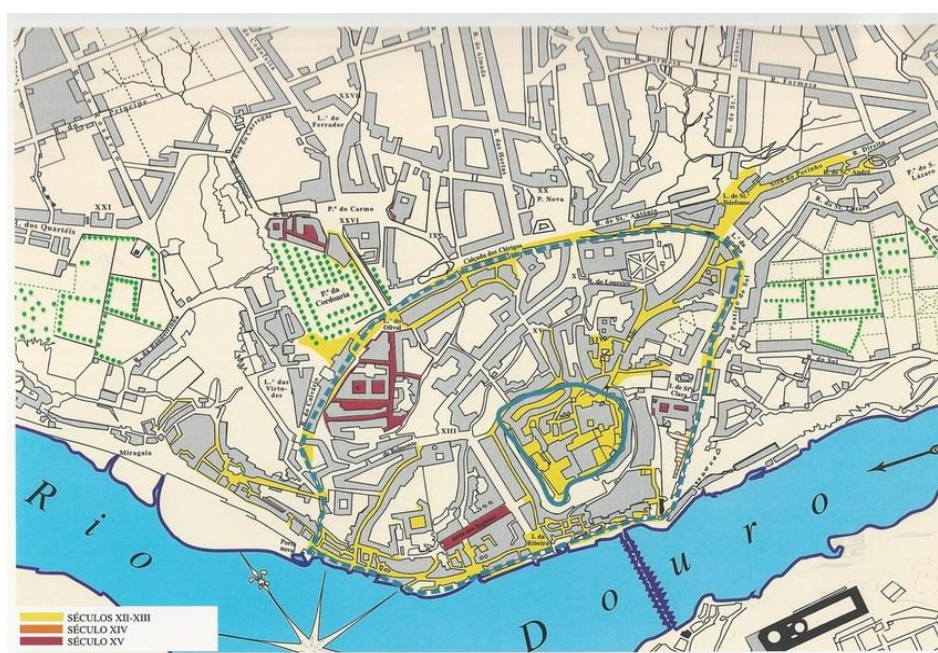


Fig. 12 Porto Medieval (dos sécs. XII/XIII ao século XV) Núcleos urbanos da cidade (encontram-se também assinaladas as duas linhas de muralha da cidade). Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

Os exemplos que se apresentam de seguida foram recolhidos nos arruamentos da zona da Sé, contendo os que estariam dentro do burgo primitivo, mas também alguns que estariam em arruamentos imediatamente fora deste<sup>114</sup>.

<sup>112</sup> Zonas onde se encontraram vestígios de muralha romana: Largo e Rua de Penaventosa, Largo do Colégio, quarteirão da Bainharia e Rua de D. Hugo. Informação e mapeamento das zonas, disponível em: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-muralha-romana.html> [consultado em 20-03-2017].

<sup>113</sup> CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.11.

<sup>114</sup> José Ferrão Afonso na sua tese de doutoramento faz um levantamento de vários prazos relativos a arruamentos ao redor da Sé, onde é possível encontrar algumas características construtivas das casas (nº de sobrados, existência de eixidos...) e dos seus moradores desta zona, ao redor de quinhentos. Apesar de se tratar de uma cronologia mais avançada do que aquela que nos propomos a estudar, vale a pena consultar os quadros com informação sobre os vários arruamentos da zona do Redemoninho e das Tendas (quarteirão arrasado no século XX) – *A Imagem tem de Saltar...* p.841 a 969.

### 3.1.1. Beco dos Redemoinhos e Rua de D. Hugo

No actual Beco dos Redemoinhos encontramos o primeiro exemplo de arquitectura civil habitacional a tratar neste capítulo. Tendo em conta que, de facto, *a importância de uma rua advém-lhe, em grande medida, da sua posição geográfica no respectivo burgo, dos acessos que possuiu, das ruas com que comunica, dos edifícios que tem, e claro, das pessoas que nela habitam*<sup>115</sup>, este espaço sobressai no conjunto de arruamentos ao redor da Sé já que, a antiga Rua dos Redemoinhos (antes das obras da cabeceira da Sé no séc. XVIII que lhe modificaram as formas e limites), ligava duas portas de muralha primitiva<sup>116</sup>, a da Vandoma e a das Mentiras, e servia o acesso ao *atrium* de Santa Maria, espaço ao redor da antiga cabeceira da catedral, onde se situava o cemitério e por onde se chegava ao lado norte do claustro antigo<sup>117</sup>.

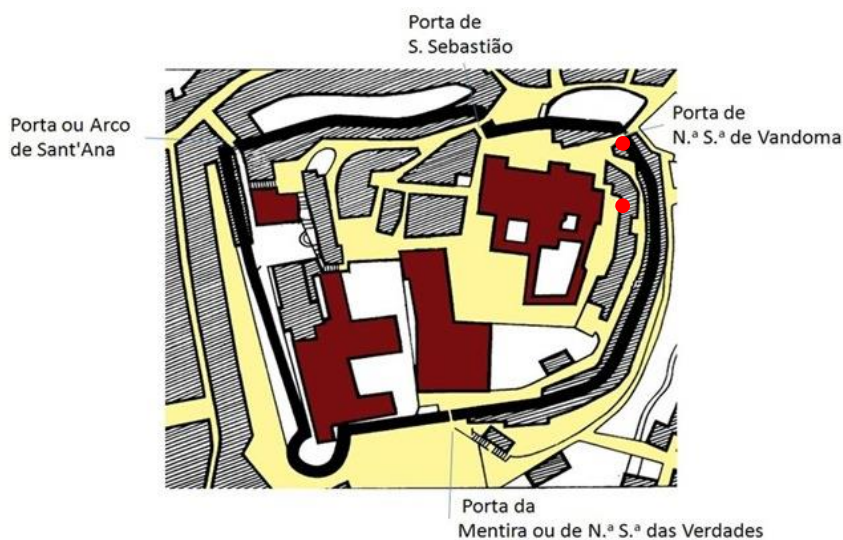


Fig.13 Localização das quatro portas da muralha primitiva e localização aproximada da Casa Nº 5 da Rua de D. Hugo (mais a cima na planta, junto à Porta da Vandoma) e da Casa do Beco dos Redemoinhos.

Fonte (planta): <http://portoarc.blogspot.pt/2012/06/>

Neste arruamento é possível observar ainda hoje uma casa que teve como proprietário o cônego Afonso Luís, que a comprou a 30 de Junho de 1479, e cuja informação é possível consultar nos *Livros de Originais* e nos *Livros de Prazos* do

<sup>115</sup> SILVA, Mª João Oliveira e – “A Viela dos Cônegos: O espaço e os Homens de uma rua do Porto” in *Lusitania Sacra, Revista de Estudos de História Religiosa*. Universidade Católica Portuguesa. Clérigos e Religiosos na Sociedade Medieval, 2ª série, Tomo XVII, 2005. p.96

<sup>116</sup> A Porta da Vandoma foi demolida em 1855, a de S. Sebastião em 1819, a de Santana em 1821, e a das Mentiras demolida algures durante o século XVIII.

<sup>117</sup> SILVA, Mª João Oliveira e – *op. Cit.* p.98

Arquivo Distrital do Porto<sup>118</sup>. Com chaminé ao centro da fachada (motivo pelo qual vários autores consideram esta casa de possível influência flamenga<sup>119</sup>), este imóvel apresenta uma fachada voltada para o beco, possuiria dois vãos de entrada (um deles, o mais à direita, está agora tapado e dá lugar a uma janela), e quatro janelas trilobadas, das quais apenas restam duas<sup>120</sup> (Fig. 14, 15 e 16).



Figs. 14, 15 e 16 Pormenor do vão de entrada elevado, mísula do lado esquerdo da fachada e pormenor das janelas geminadas do 2º piso da Casa do Beco dos Redemoinhos. Fotografias da autora.

Na Rua de D. Hugo, antiga Rua do “Remolinho”, que se diz documentada pela primeira vez em 1221<sup>121</sup>, encontramos vários exemplos de interesse para este trabalho. O primeiro encontra-se na Casa nº5 (actual Arqueossítio e de livre acesso mediante marcação<sup>122</sup>), prédio que se encontra junto ao único troço da primeira linha de muralha visível actualmente, e que por si só, apresenta duas tipologias distintas: a de casa (a casa original, encostada ao único troço visível de cerca primitiva da cidade, seria de traçado gótico mas foi destruída), visto que o actual edifício do séc. XIX conserva parte de uma parede medieval com portal e janelão que daria para uma desaparecida viela, dando origem a que o Arqueossítio contenha dentro de si uma fachada invertida (Fig.18), e a de elemento(s) remanescente(s), já que no interior, o subsolo foi alvo de escavações que revelaram cerca de vinte camadas arqueológicas, com ruínas arquitectónicas e utensílios

<sup>118</sup> *Livro dos Originais*, Cartº do Cabido, 1666(8), fl.35 e *Livro dos Prazos*, Cartº do Cabido, nº511, fl.144v-145, citado em SILVA, Mª João Oliveira e – “A Viela dos Cónegos: O espaço e os Homens de uma rua do Porto” in *Lusitania Sacra, Revista de Estudos de História Religiosa*. Universidade Católica Portuguesa. Clérigos e Religiosos na Sociedade Medieval, 2ª série, Tomo XVII, 2005. p.99

<sup>119</sup> PASSOS, Carlos de – *Guia Histórica e Artística do Porto*. Casa Editora de A. Figueirinhas, Lda: Porto, 1935. p. 286. Nesta obra dos anos 50 do século passado, esta casa é já referida como “em ruína”, tendo o seu estado permanecendo assim até aos dias de hoje.

<sup>120</sup> LOZA, Rui Ramos (coord. projecto); REAL, Manuel Luís (coord. científica) – *op. Cit.*, p.112

<sup>121</sup> FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999. p.175-176

<sup>122</sup> Mais informação sobre a localização, acesso, contactos, imagens e como marcar visitas, disponível em: <http://www.visitporto.travel/visitar/paginas/viagem/DetalhesPOI.aspx?POI=1333> [consultado em 20-03-2017]



desde o séc. IV e III a.C.<sup>123</sup> (Fig.17). Foi também aqui feita a comprovação da existência de um castro proto-histórico (origem do núcleo urbano da cidade), de ocupação romana e alti-medieval.

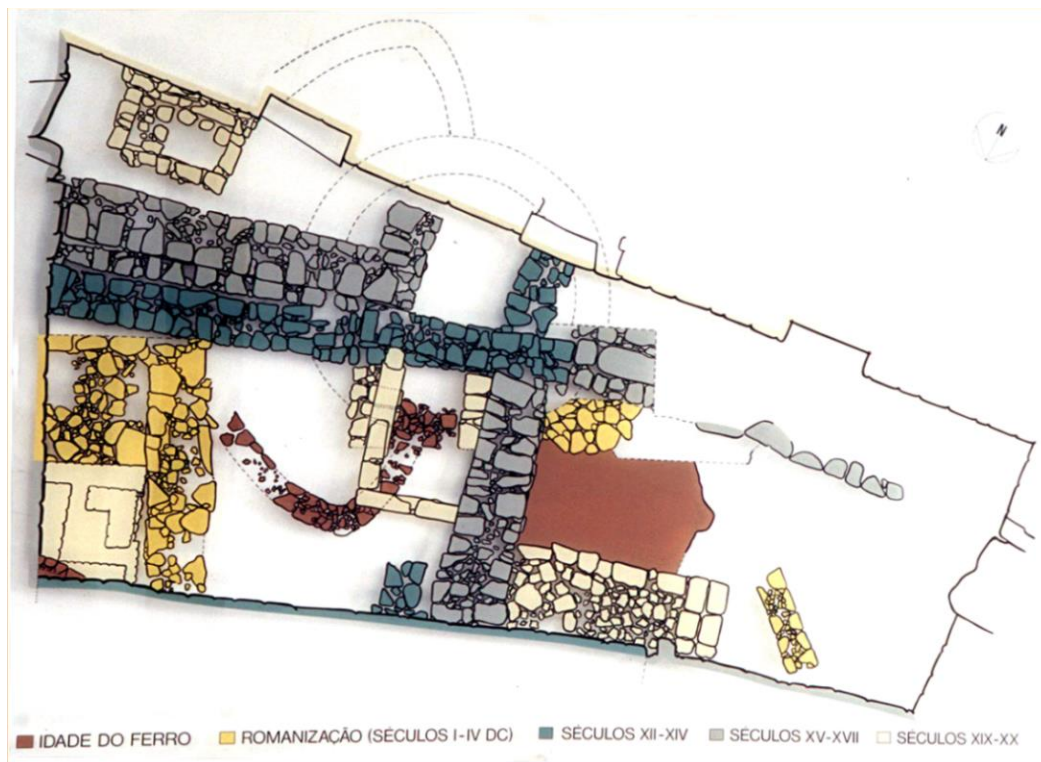


Fig.17 Planta com os vestígios encontrados na Rua de D. Hugo, N°5. Fonte: DMMPC-CMP.



Figs. 18 e 19 Pormenor do vão de entrada e vão de iluminação da casa gótica (fotografia da autora) e vista do lado Norte do actual Arqueossítio, integrada no edifício do século XIX. Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/rua-de-d-hugo.html>

Sendo uma tarefa bastante demorada e complicada elencar todos os vestígios encontrados neste espaço, daremos especial relevo aos da periodização medieval. Esta

<sup>123</sup> OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto (coord) – *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Divisão de Museus e Património Urbana, 1993. p.23

casa gótica seria bastante mais baixa e mais curta do que o prédio onde actualmente se insere. No séc. XVII foi erguida uma outra construção ao lado desta casa<sup>124</sup>, não sendo possível, para já, saber que relação havia entre as duas, sabendo-se contudo, através dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos neste local, da existência de uma pilastra desse século. No séc. XIX, o espaço foi quase todo demolido para aí se construir um novo edifício (avançando a fachada deste até ao limite que vemos hoje da Rua de D. Hugo), com excepção da fachada gótica que foi reaproveitada e incorporada. Aliás, para esse período cronológico, há a existência no Arquivo Municipal Histórico da cidade, de um pedido de licença de obras de Manuel Cardoso Corte Real<sup>125</sup>, que pedia então para construir neste espaço uma cocheira, juntando-se a outros vestígios contemporâneos encontrados no interior como uma chaminé de tijolo e um pequeno tanque<sup>126</sup>.

Ainda no interior deste local, conseguiu-se apurar vários níveis de lajeados datados entre os séculos XIV e XVII, cobrindo um outro, contemporâneo da casa gótica. A parede murária revertida que subsiste da casa gótica (construída algures entre o século XIV e o século XV) apresenta através desta e da dimensão do seu vão de iluminação, um alicerce bastante sólido e potente, que contrasta com o muro medieval encontrado ligeiramente em frente (Fig.20), que se crê pertencer a uma outra casa que também iria de encontro à muralha primitiva, mas de feições mais ligeiras e não tão profundas – os alicerces da casa gótica teriam quase um metro e meio de profundidade, ao passo que os da casa em frente apenas cinquenta centímetros<sup>127</sup>.

O facto deste muro de uma possível casa se encontrar de frente para a fachada da casa gótica (para a fachada voltada para o interior do prédio, visto que como já dissemos anteriormente, a que está visível do exterior é invertida), levou a que se defendesse a existência de alguma via entre elas, um possível caminho ou rua (Fig.21) ligando as casas à muralha, motivado ainda pelo portal de entrada elevado da casa gótica, precedido por degraus.

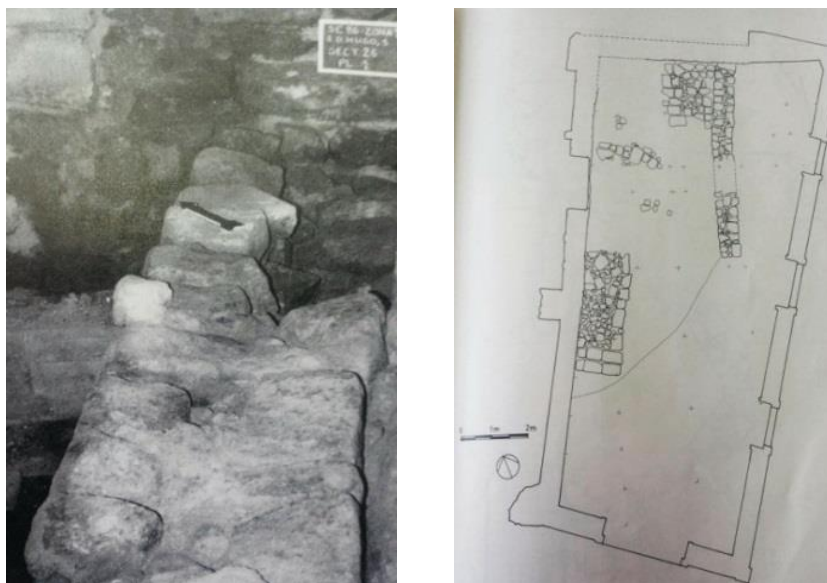
---

<sup>124</sup> REAL, Manuel Luís – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé*.... p.15

<sup>125</sup> Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Plantas de Casas*, Livro 45, fl. 29-31. Neste documento pode le-se: *Eu Manuel Cardozo Corte Real desta cidade que em terreno sito na rua de Traz da Sé, pretendo [...] edificar uma cocheira e um pórtico d'entrada no jardim com forme a planta [...] mas como não pode fazer sem aprimação e licença [...]*

<sup>126</sup> REAL, Manuel Luís – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé*.... p.16

<sup>127</sup> Idem, *Ibidem*. p.17



Figs. 20 e 21 Alicerce da casa do séc.XII/XIII e possível rua medieval ligando a rua de D. Hugo à muralha primitiva. Imagens retiradas do trabalho de Manuel Luís Real<sup>128</sup>.

Na mesma rua encontramos ainda mais um exemplo. Dois vãos de entrada em arco de volta perfeita actualmente fechados e caiados (Fig.22), em lote aparentemente vazio. Sobre os dois vãos que passam quase despercebidos, nada sabemos, apenas que estes se encontram numa zona de vasto potencial arqueológico, e que pela sua dimensão e qualidade construtiva poderiam ser vãos de entrada para uma casa com algum aparato.



Figs. 22 Vãos de entrada (?) na Rua de D. Hugo. Fotografia da autora.

### 3.1.2. Rua de Penaventosa

A Rua de Penaventosa, antiga Rua dos Palhais durante a Idade Média, que corria paralela à muralha do lado interior, contém em si bastantes referências a troços de

<sup>128</sup> REAL, Manuel Luís – *Escavações arqueológicas no Morro da Sé...*

muralha primitiva (do séc. XII), conforme indicam relatórios de escavação a que tivemos acesso e lotes aos quais foi possível aceder e fotografar como o caso do lote com o N.P.73 e 73A (Fig.22), que além de conter no seu interior parte de muralha visível, pode apresentar também parte de estrutura medieval referente a construções/casas, visto que o mesmo lote apresenta pelo menos duas camadas distintas de pano murário e não seria raro a construção de casas sobre este tipo de estruturas.

Além disso, é também nesta rua, e quase de frente para este último exemplo, que encontramos o que Manuel Luís Real classificou como um portal de entrada para os “Açougues do Povo”<sup>129</sup> (Fig.23), justificando esta ideia, entre outras, pelo arco gótico desta rua apresentar aparato suficiente para ser de um edifício público, e com altura necessária para aí passarem homens a cavalo. Esta questão da localização dos “Açougues do Povo” nesta rua é referida, por exemplo, no Tombo do Cabido de 1566, onde se escreve: *a então Rua dos Palhaes começa no arco de S. Sebastião e vai pella Porta dos Açougues do povo e por detrás das casas da Sapataria pera a Rua das Aldas*, acrescentando ainda referência da proximidade das casas face à muralha primitiva: *todas as casas dellas entestão com o muro velho*<sup>130</sup>.



Figs. 22 Interior do lote 73/73 A (primeira camada assinalada a vermelho e segunda a amarelo) Fig. 23 Pormenor do vão de entrada, possível portal para os “Açougues do Povo”. Fotografias da autora.

<sup>129</sup> REAL, Manuel Luís – *Escavações Arqueológicas no Morro da Sé...* p.19

<sup>130</sup> Citado em: CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto...* p.182



O edifício que vemos hoje (lote com o N.P. 36 a 40, sendo que o portal se encontra no 38) foi alvo de reabilitação por parte do CRUARB em 1988, pela mão do arquitecto António Moura<sup>131</sup>, por forma a reconstruir o espaço que iria receber um estabelecimento comercial no rés-do-chão e habitações nos pisos superiores. Todos os documentos referentes ao processo de obras podem ser consultados no A.H.M.P.<sup>132</sup>, e analisando a memória descritiva do mesmo foi possível perceber que, aquando da intervenção de reabilitação, o edifício estava em ruína, atulhada de restos de construção, mantendo apenas as suas paredes exteriores – uma delas onde se encontra o portal, que à data estaria em bom estado de conservação – em alvenaria de granito e uma parede interior de meação que dividia o edifício inicial em duas partes. Refere-se que a fachada principal apresentava uma altura de 11 metros por 8 metros de largura, e que a fachada posterior apresentava a mesma largura por 6 metros de altura, justificando este desnível de alturas com a existência de um pátio situado nas traseiras a uma cota superior face à Rua de Penaventosa. Enumeram-se também os vãos do edifício, a saber: 3 vãos de porta e 7 vãos de janelas/frestas na fachada principal, de construção aparentemente mais recente (relativamente ao portal em arco apontado), e 1 vão de porta e 4 de janelas na fachada posterior.

### 3.1.3. Rua de S. Sebastião e Rua Escura

Na Rua de S. Sebastião, que incorpora parte da antiga Rua da Sapataria, encontramos um dos maiores exemplos de arquitectura civil medieval da cidade do Porto, a Antiga Casa da Câmara. A primitiva terá funcionado numa pequena casa de tabuado, junto à Sé<sup>133</sup>, sendo que mesmo apesar do Porto ter uma *Casa da Rolaçom*, era necessário para os maiores plenários um espaço amplo e vasto, e este seria o alpendre do Mosteiro de S. Domingos<sup>134</sup>. A Casa da Relação que surge no nosso trabalho como exemplo de estudo, não é esta da qual não nos foi possível encontrar, até à data, nenhum vestígio, mas sim a casa-torre com fachadas voltadas para a Rua de S. Sebastião e para o Largo da Sé, actualmente em ruína consolidada e que mereceu um projecto contemporâneo de reabilitação.

---

<sup>131</sup> DELGADO, Ana Paula; VALENÇA, Paulo de Quiróz; GUIMARÃES, Margarida Mesquita (coord. De) – *Morro da Sé. De Porta a Porta*. Porto Vivo SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A., 2ª edição. [s.d.] p. 47

<sup>132</sup> A.H.M.P. Processos de obras do C.R.U.A.R.B, Guia 8/2007, Pastas 1, 2 e 3.

<sup>133</sup> BASTO, A. De Magalhães – “Os Diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto...” p.250

<sup>134</sup> Idem, *Ibidem*. p.247



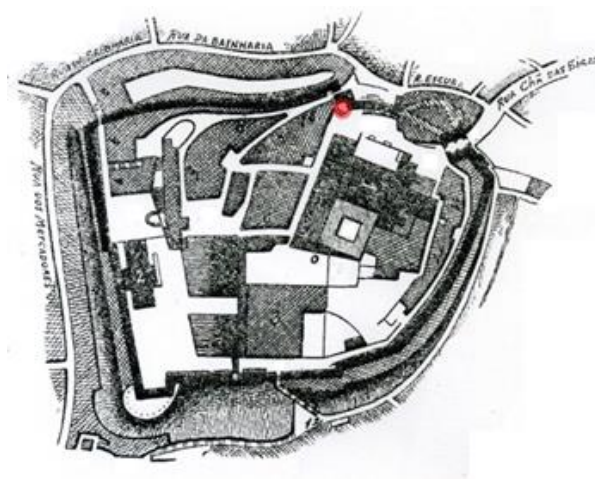


Fig. 24 Localização do edifício dos Antigos Paços do Concelho. Fonte: <http://lh5.ggpht.com/-TDEo31wcr50/T5BOO1j5t7I/AAAAAAAAAYkw/f-SyQUC6cWU/s1600-h/b721s3.jpg>

Esta casa-torre, *Domus Municipalis* até finais do séc. XVIII, terá sido construída no início do século XV<sup>135</sup>, aproveitando parte da cerca primitiva como base e tendo cerca de 100 palmos de altura do lado da Rua de S. Sebastião<sup>136</sup>, sabendo-se, segundo a descrição do edifício por Magalhães Basto, que o seu salão superior apresentaria tecto pintado, dividido a todo o comprimento por um tabique para a existência de uma Câmara de Parlamento à parte, e as janelas viradas para a Sé, apresentariam laçarotes com pendor mourisco, directrizes explícitas no contrato de carpintaria de 1443 entre a Câmara e Gonçalo Domingues, demonstrando por sua vez a presença do gosto mudéjar na cidade<sup>137</sup>.

No sobrado inferior, destinado a Casa do Auditório, existiriam bancadas ao redor de toda a sala, com cadeirais para os Juízes e tabeliães, existindo ainda, no exterior, uma escada de madeira a fazer a ligação entre os dois andares. A porta com acesso através do Largo da Sé seria imponente, com cadeado e fechadura de fora, e com couceiras forradas de ferro, e o edifício teria ainda uma Loja dos Paços do Concelho voltada para a Rua de S. Sebastião<sup>138</sup>. Em 1485, o mesmo autor refere que a Antiga Casa da Câmara,

<sup>135</sup> Magalhães Basto refere o contrato da obra de carpintaria para a nova casa do concelho, datado de 1443 (presente nas *Vereações* de 1390-95), como marco do início da construção deste nosso exemplo de estudo. Contudo, Manuel Real defende que isto não será verdade e que a construção terá tido início bem mais cedo, visto que o documento terá sido datado pela era de César.

<sup>136</sup> REAL, Manuel Luís – *A construção medieval no sítio da Sé...* p.16

<sup>137</sup> SOUSA, Fernando de (coord.); FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (coord) – *Os Paços do Concelho do Porto*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2012. p.20

<sup>138</sup> BASTO, A. De Magalhães – “Os Diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto...” p.254

já estaria terminada, já que a Câmara estaria à procura de arrendatário para o espaço, mas baixo do edifício (a loja), e que depois terá sido aforada a Afonso Ferraz.

No século seguinte à sua construção, o edifício apresentava já problemas. Em 1536-39 foi necessário fazer novas obras, já que o espaço apresentava novamente algumas debilidades. O rei D. João III, manda avançar com as obras de reconsolidação, contudo, o edifício continua em ruínas durante bastante tempo, tendo por isso a Câmara alugado as casas de Jorge Ferraz, junto à Sé, durante um ano, para que as reuniões do Concelho pudessem continuar<sup>139</sup>. Sobre este assunto, foi chamado João de Castilho a dar parecer sobre o edifício, que defendeu não ser necessária a sua demolição e total reconstrução (ao contrário do que vários oficiais da cidade defendiam), afirmando que uma breve obra de consolidação traria ao edifício a estabilidade que há muito se procurava. Ainda assim as obras de requalificação, melhoramento e consolidação continuaram por necessidade constante.

Em 1684 foi pedido novo parecer sobre a situação da Casa da Câmara, conforme indica a Veração de 3 de Junho desse mesmo ano, sendo que para esse efeito foram convocados os mestres-pedreiros António Vieira, Manuel do Couto, Manuel Rodrigues e o engenheiro Manuel Pinto Vila Lobos, este último autor de vasta obra arquitectónica no Minho<sup>140</sup>, sabendo-se que todos defendiam obras urgentes para tornar este espaço seguro, mesmo que isso significasse derrubar a própria torre.

Em 1783 dá-se a Vistoria dos Paços do Concelho e a Câmara obriga a demolir todo o espaço, abandonando o edifício no ano seguinte e instalando-se em parte do Convento de S. Lourenço (conhecido como Convento dos Grilos) durante 11 anos, passando depois para a Casa Pia. Porém o edifício não é demolido na totalidade (permanece o rés-do-chão, arrendado a uma fábrica de refinação de açúcar, e o 1º andar, arrendado à Associação dos Latoeiros<sup>141</sup>) e só com um incêndio em 1875 é que deixam de existir negócios que aí estavam alojados.

---

<sup>139</sup> BASTO, A. De Magalhães – “Os Diversos Paços do Concelho da Cidade do Porto...” p.263

<sup>140</sup> SOUSA, Fernando de (coord.); FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *op. Cit.* p. 20-21

<sup>141</sup> Idem, *Ibidem.* p. 24

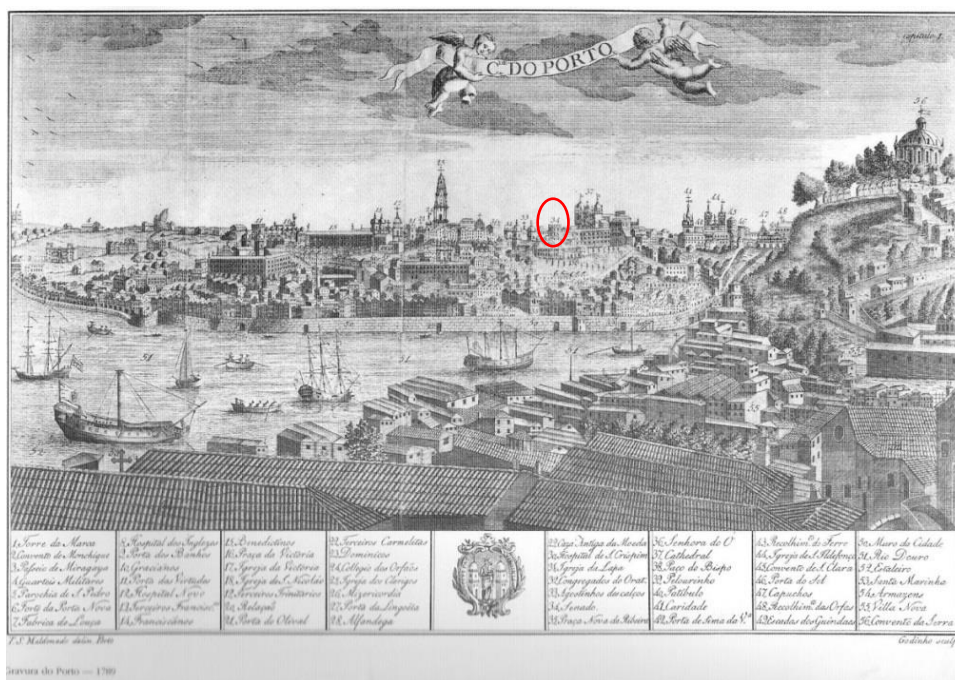


Fig. 25 Vista do Porto a partir de Gaia, por Teodoro Maldonado, 1789. Chama-se a atenção para o edifício 34, a Torre da Relação ou Casa da Câmara. Fonte: <http://portoarc.blogspot.pt/2012/08/>

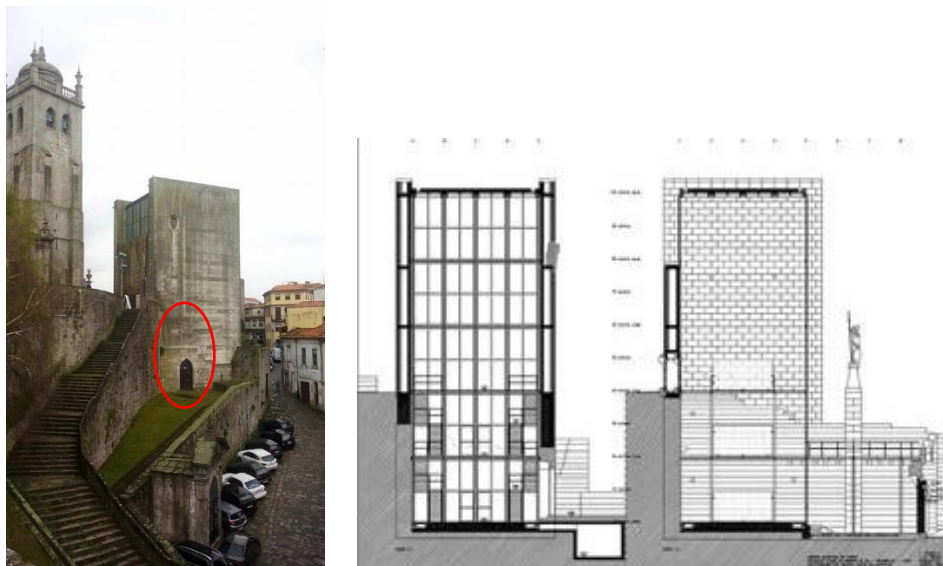
Os trabalhos arqueológicos, da iniciativa do CRUARB, que se realizaram a partir de 1984 neste mesmo edifício, vieram pôr a descoberto (depois da limpeza do interior das ruínas que se apresentavam totalmente atulhadas de pedra e saibro) as suas paredes sigladas e as duas portas góticas que ainda hoje vemos, bem como a existência de um lajeado da entrada lateral, estruturas que confirmaram o derrube de parte de pano de muralha românica que motivou a reconstrução do edifício no séc. XV, e ainda peças de cerâmica tardo-medieval<sup>142</sup>.



Fig. 26 Aspecto das ruínas da Antiga Casa da Câmara e dos edifícios que foram demolidos para a reconstrução do Terreiro da Sé, captado da rua de São Sebastião. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/334975/?q=rua+de+s.+sebasti%C3%A3o>

<sup>142</sup> REAL, Manuel Luís – *Escavações Arqueológicas no Morro da Sé...* p.11

Actualmente, o que resta do edifício gótico, envolve uma construção contemporânea, da autoria de Fernando Távora e projecto de 2002. Conserva ainda o rés-do-chão com os seus muros, e os dois portais em arco apontado, um voltado para a Rua de S. Sebastião e outro, numa plataforma de terreno ligeiramente elevado, voltado para a Avenida da Ponte.



Figs. 27. Apecto actual do edifício, com o vão em arco apontado voltado para a Avenida da Ponte. Fotografia da autora. Fig. 28 "Cortes do Projecto de Execução" de Fernando Távora, 1998. Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/147>

Também na antiga Rua Nova, que em 1404 já se chama Rua Escura<sup>143</sup> (a Rua Nova de então passou a ser a actual Rua do Infante D. Henrique, na zona ribeirinha), foi-nos possível encontrar um lote aparentemente de feição medieval (Figs. 29 e 30), actualmente entaipado e esvaziado, com um vestígio de suporte pétreo para sobrado. Este não será exemplo único na cidade nem em concreto nesta rua, mas poderá servir de exemplo sobre a ideia da constante presença da forma medieval na construção do Porto, neste caso, da forma e dimensão do lote medieval.

<sup>143</sup> FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *op. Cit.* p.136



Figs. 29 e 30 Pormenores do lote de feição medieval com suporte em pedra para sobrado, N.P. 20 e 22 da Rua Escura. Fotografias da autora.

De facto, a presença de lotes aparentemente medievais, estreitos, longos e de feições rectangulares, que definem *à priori* a dimensão e profundidade do espaço (principalmente ao nível do rés-do-chão já que os edifícios podem apresentar posteriormente acrescentos e sobrados em resalto aumentando ligeiramente a sua dimensão e volume inicial), são uma constante na cidade do Porto com especial expressão nos arruamentos com maior longividade, tendo isso mesmo ficado visível ao longo do tempo até à cidade actual (Fig.31). Sobre isso mesmo António Cruz escreve o seguinte<sup>144</sup>: *Se persistirmos no exame atento do casario, devemos adivinhar ainda o traçado medieval dos arruamentos do burgo, com toda a graça primitiva (...)*. Este sistema de loteamento forma assim uma série de quarteirões compactos e bem definidos em fileiras<sup>145</sup>, marcando a paisagem geral da urbe, e que nos chegam até aos dias de hoje. Será aliás característica comum das cidades medievais nortenhas, este loteamento compacto, podendo variar a sua profundidade: maior nas zonas dos arrabaldes e menor nas zonas do interior do burgo.

<sup>144</sup> CRUZ, António – *Velho Burgo. Alguns aspectos, figuras e casos do Porto Antigo*. Porto: Livraria Simões, 1953. p.10

<sup>145</sup> SILVA, Ângela Carina Areias da – *op. Cit.* p.89





Fig. 31 Aspecto actual do centro histórico da cidade e de certos quarteirões e arruamentos que conservam loteamentos medievais: Bainharia/Penaventosa/Pelames (a vermelho), Mercadores (a verde) e Infante D. Henrique (a amarelo) Fonte (maqueta): <http://www.apraca.net/wp-content/uploads/2015/01/CHP-mapa-for-web.jpg>

#### 3.1.4. Calçada de Pedro Pitões

O espaço ao redor da Sé que existe actualmente, não representa o que seria a realidade medieval. Existiram aqui várias intervenções, principalmente nos anos 30 e 40 do século passado com a acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que levaram ao arrasamento do casario em frente ao edifício religioso, a par da abertura da Calçada da Vandoma, da de D. Pedro Pitões e da construção da Avenida da Ponte nos anos 50 (Fig.32), mas que revelaram também a existência de evidências materiais de arquitectura medieval, bem como levaram a reconstruções de edifícios, com mais ou menos sucesso. Estas mesmas intervenções colocaram a descoberto uma série de dados que nos permitem compreender um pouco mais da organização urbana medieval deste espaço em concreto. É disso exemplo o surgimento, de entre o quarteirão das Tendas (quarteirão que foi arrasado no século XX), de um espaço atorreado, uma possível casa-torre medieval (Fig.33).

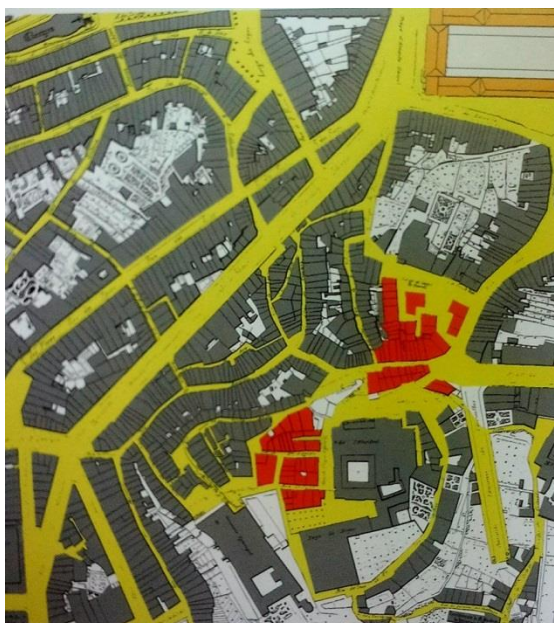
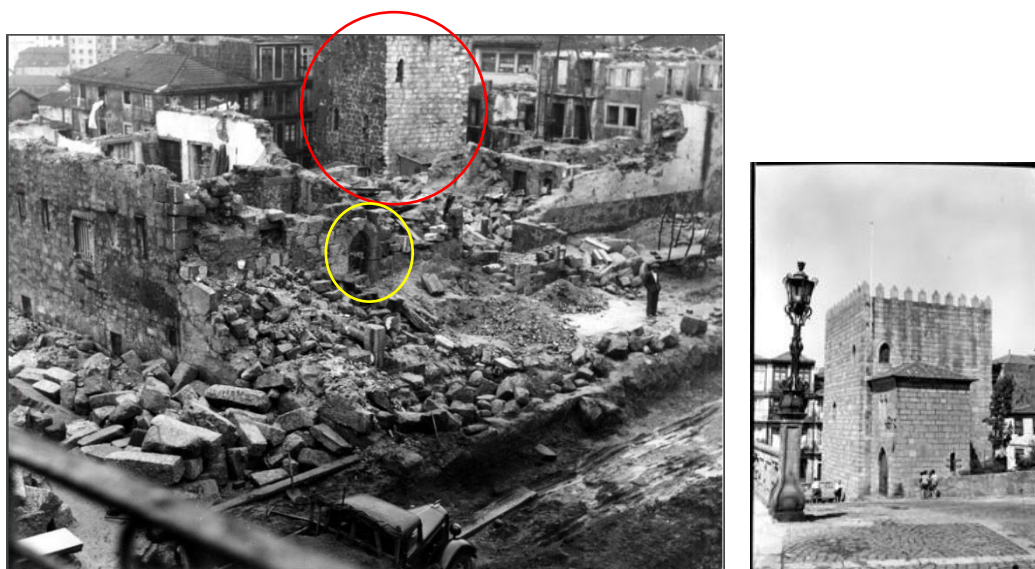


Fig. 32 Pormenor da Planta Topográfica da Cidade do Porto (1892), de A. Teles, com as construções demolidas no fim dos anos 30” (a laranja). Imagem retirada da obra “Bairro da Sé do Porto”<sup>146</sup>.



Figs. 33 e 34 Vista do antigo Largo do Açougue Real, depois do Paço, e mais tarde também chamado de Largo D. Pedro Vitorino (durante as demolições no Terreiro da Sé) vendo-se a casa-torre. Fotografia de Guilherme Bomfim Barreiros, c.1940. Chama-se ainda a atenção para a existência de um vão em arco apontado, na mesma zona (a amarelo). Na imagem da direita, o aspecto depois da reconstrução do edifício, visto do Terreiro da Sé. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto>

Depois de descoberta durante as demolições do casario ao redor da Sé do Porto, esta torre terá sido totalmente reconstruída perto do sítio original (Fig. 34), distanciando certa de 5 metros do mesmo. O edifício atual, que poderá ser considerado uma obra revivalista, conteve em si o Gabinete de História da Cidade (daí lhe advém o nome de

<sup>146</sup> CARVALHO, Teresa Pires; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.96

Torre da Cidade), entre 1940 e 1960, na década seguinte, foi sede do Centro Cultural e Social da Sé, e em 1997 sofre um projecto de reabilitação pela mão do arquitecto Manuel Magalhães, aquando do *Projecto Piloto Urbano do Bairro da Sé*. Nos dias que correm, e desde 1998, é sede de um posto de turismo.

### 3.1.5. Rua dos Pelames e Rua do Souto

A Rua do Souto foi a artéria mais longa do velho burgo em tempos medievais, ligando a Porta do Olival até ao Morro da Sé (actualmente essa ligação ainda existe, mas agora através da Rua do Souto e Rua dos Caldeireiros), até ter sido cortada em duas partes devido à abertura da Rua de Santa Catarina das Flores em 1522. Destaca-se este arruamento por ter contido uma grande concentração de propriedade camarária, visível no trabalho de Luís Carlos Amaral<sup>147</sup>, onde se faz um levantamento dos prazos, vendas, escambos e doações do período medieval para a cidade do Porto (na sua maioria referente ao século XV), com referência a casas, chãos e exidos, e no qual esta Rua é referida mais do que 30 vezes.



Fig. 35 Traçado medieval, aproximado, da Rua do Souto (a vermelho). Fonte (mapa): [http://www.ribatejo.com/hp/base/cgi-bin/ficha\\_imagem.asp?cod\\_imagem=158](http://www.ribatejo.com/hp/base/cgi-bin/ficha_imagem.asp?cod_imagem=158)

Aliás, as casas e edifícios que seriam propriedade/foreiros da Câmara são em parte, ainda hoje, perceptíveis a quem por eles passa, já que muitos apresentam nas suas fachadas (na sua maioria no lintel), a inscrição “F.ACAMARA”, que a par de outros

<sup>147</sup> AMARAL, Luís Carlos – “Subsídios documentais para o estudo da propriedade imobiliária no concelho do Porto no período medieval”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto, 2ª série, vol.5-6, 1987-88 (p.55-132)



símbolos como o Arcanjo de S. Miguel (propriedade foreira do Cabido da Sé e visível por exemplo, no edifício com o N.P. 106 da Rua dos Caldeireiros), a roda das navalhas de Santa Catarina (propriedade foreira da Mitra e que podemos observar na casa com o N.P. 79 da Rua das Flores) e o próprio desenho de uma mitra (também propriedade foreira da Mitra), indicam-nos a quem pertenceria o imóvel.

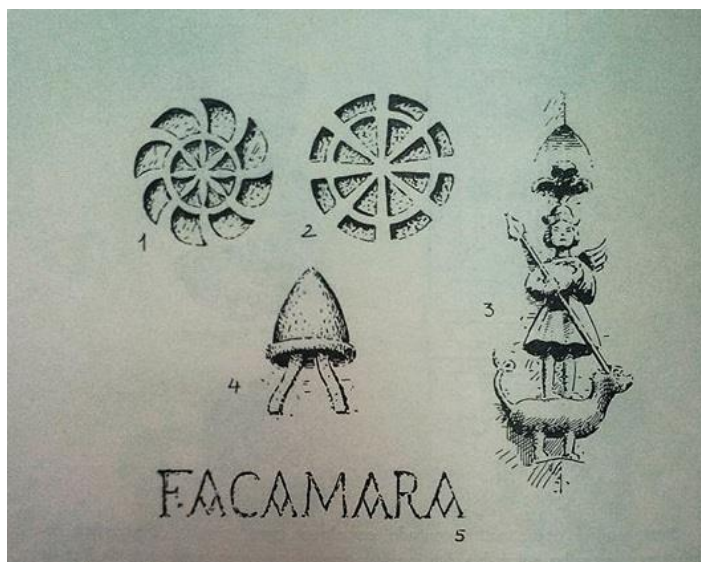


Fig. 36 Símbolos representativos de propriedade. 1 e 2: Propriedade da Mitra. 3: Propriedade do Cabido da Sé. 4: Propriedade da Mitra. 5: Propriedade da Câmara. Imagem retirada do texto “Casas do Porto” da obra *Douro Litoral*<sup>148</sup>.



Fig. 37 Edifício com N.P. 106 da Rua dos Caldeireiros. Fig. 38 Edifício com o N.P. 76 da Rua de Santa Catarina das Flores. Imagens retiradas do texto “Aspectos Arqueológicos e Artísticos da Cidade do Porto”<sup>149</sup>.

<sup>148</sup> OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *op. Cit.* p. 684

<sup>149</sup> BARREIROS, Guilherme Bomfim; FERREIRA, J. A. PINTO – “Aspectos Arqueológicos e Artísticos da Cidade do Porto” in *Documentos de Memórias para a História do Porto*, XIX. Porto: Edições da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1949.

Contudo, e apesar da importância que a Rua do Souto deveria possuir na época medieval em termos de localização, acesso/ligações viárias e propriedade, esta revelou ser fonte de um pequeno número de exemplos para o nosso trabalho<sup>150</sup>. O facto de ser um arruamento constantemente ocupado e reconstruído poderá ter que ver com isso mesmo, não deixando ainda assim de nos mostrar, mais uma vez, a continuidade da delimitação do lote medieval nas construções mais recentes, o uso da taipa em pisos sobrados, vestígios de pano murário nas fachadas e alguns vãos de entrada em chanfro ao nível do rés-do-chão. Encontramos assim, nas casas actualmente habitadas, com os N.P. 11 e 13 (Fig. 39) e N.P. 15 e 17 (Figs. 40 e 41), dois lotes medievais seguidos, com dois vãos de entrada cada um, em chanfro, e pisos superiores em taipa, que se juntam a uma casa, também ela em lote aparentemente medieval, actualmente entaipada, que apresenta pano murário visível na sua fachada, com N.P. 23 e 25 (Fig. 42), à semelhança do que acontece ainda com a casa com o N.P. 16 e 18 (Fig. 43), também com pano murário visível.



Fig. 39 Casa com o N.P. 11-13 da Rua do Souto. Fotografia da autora.



Figs. 40 e 41 Casa com o N.P. 15-17 da Rua do Souto e pormenor dos vãos chanfrados dessa mesma casa. Fotografias da autora.

---

<sup>150</sup> Referimo-nos ao espaço da actual Rua do Souto, consideravelmente mais curta do que no seu período medieval. Na actual Rua dos Caldeireiros, que fazia parte da Rua do Souto neste período, foi-nos possível encontrar mais exemplos.



Fig. 42 Casa com o N.P. 23-25 da Rua do Souto. Fig. 43 Casa com o N.P. 16-18 da mesma rua.  
Fotografias da autora.

Existe ainda mais um exemplo que vale a pena referir, desta vez no cruzamento da Rua dos Pelames com a Travessa do Souto, uma casa habitada com o N.P 55 (Fig. 44), e que apresenta a sua estrutura em lote aparentemente medieval, com base assente em pano murário visível, pisos superiores em taipa, e ainda um vão de entrada rectangular elevado. Este pano murário visível que vemos na imagem abaixo remete-nos para os afloramentos graníticos característicos deste eixo Souto – Pelames – Rio da Vila, não fosse este um local de grande concentração de aloques e pelames medievais, ou seja, de estruturas escavadas na rocha ligadas a actividades de curtimento de peles.



Fig. 44 Casa com o N.P. 55, cruzamento entre a Rua dos Pelames e a Travessa do Souto. Fotografia da autora.



### 3.1.6. Rua de Santana

A antiga Rua das Aldas, actual Rua de Santana, começaria perto da junção das Ruas dos Mercadores e da Bainharia, passando pela Porta de Santana, e penetrando pelo interior do burgo, com vários lances de escadas, de forma a combater os desníveis ao longo de todo o seu percurso. À semelhança do que acontecia com a Rua do Souto, a antiga Rua das Aldas seria de maior extensão no seu período medieval, situação que se veio a modificar, devido à construção do Convento de S. Lourenço<sup>151</sup>. Dada a sua localização é ainda um dos cinco pontos da cidade onde se encontraram vestígios da muralha romana (Fig. 45), posteriormente reutilizada na construção românica (sobre a qual também aqui se construíram casas), que por sua vez tinha uma das suas quatro portas nesta rua, a Porta de Santana. Esta porta faria a ligação com a zona ribeirinha da cidade, abrindo a mesma para a actividade mercantil, tendo, por outro lado, uma importância menor para a actividade religiosa, dado o seu isolamento face a outros arruamentos<sup>152</sup>, com excepção do actual Largo de Penaventosa, isolamento esse aliviado apenas no século XVII com a construção das Escadas do Colégio<sup>153</sup>.

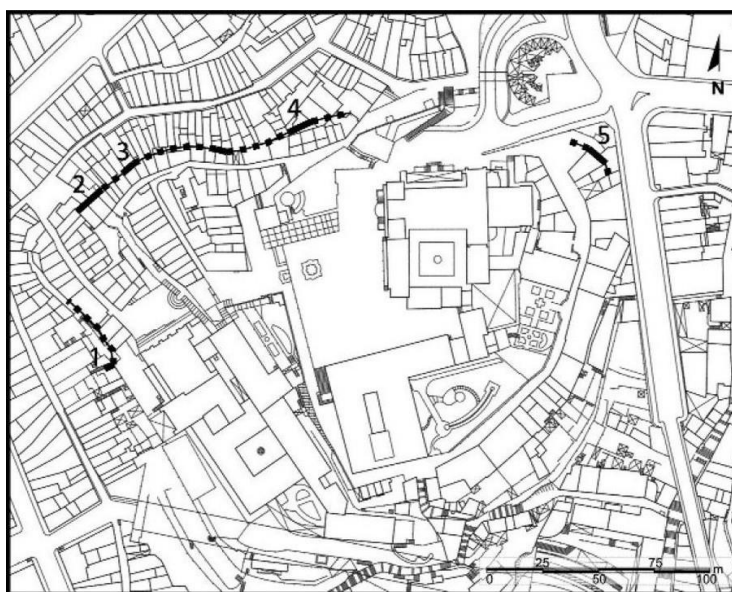


Fig. 45 Locais onde se encontraram troços de muralha romana. 1. Largo do Colégio e Rua de Santana (tardoz das casas voltadas para a actual Viela de S. Lourenço) 2. Largo de Penaventosa. 3. Rua de Penaventosa. 4. Quarteirão da Bainharia. 5. Casa Nº5 da Rua de D. Hugo. Fonte: <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-muralha-romana.html>

<sup>151</sup> A construção do edifício iniciou-se em 1577, pela mão dos Jesuítas, que aí permaneceram até à sua expulsão em 1759, passando então o imóvel para os Frades Descalços de Santo Agostinho até 1832. Actualmente pertence ao Seminário Maior, desde 1834.

<sup>152</sup> CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.211

<sup>153</sup> Idem, *Ibidem.* p.215

Além dos exemplos em estudo no nosso trabalho, enumerados adiante, importa referir também a existência de uma sinagoga, a Sinagoga das Aldas, perto deste arrumamento. Na parte superior desta rua (perto da actual Igreja de S. Lourenço ou vulgarmente chamada de Igreja do Grilos), posteriormente destruída aquando da construção do Colégio dos Jesuítas que já referimos, existiria uma rua, referida segundo documentação do Cabido, como a *rua a que chamon a ssynagoga*<sup>154</sup>, rua essa que se crê indicar a localização da primeira sinagoga do Porto, na Judiaria Velha. No lado oposto, e no local onde esteve em tempos o Arco de Santana, encontramos o nosso primeiro exemplo desta rua. O local apresenta um nicho que esconde uma escada (Fig. 46) que corria dentro da muralha primitiva e que daria acesso à capela de Santana, sendo que esta estaria sobre a porta de muralha com o mesmo nome<sup>155</sup>. O arco (Fig. 48) terá sido demolido em 1821, mas sobrevive esta porta, de setecentos, com o seu nicho, aberta no muro românico.



Fig. 46 Pormenor do nicho com a escada interior. Imagem retirada da obra “Bairro da Sé do Porto”<sup>156</sup>.  
 Fig. 47 Aspecto actual do nicho. Fotografia da autora. Fig. 48 Arco de Santana no começo do Séc. XIX.  
 Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/52824/?q=rua+de+santana>

Do outro lado rua, um pouco acima deste último exemplo (subindo de encontro à Igreja de S. Lourenço), encontramos uma casa, com o N.P. 47 com duas fachadas (uma para a Rua de Santana e outra para a Rua da Bainharia) que apresentam várias camadas construtivas de diferentes cronologias, mas revela, uma vez mais, a construção em taipa em sobrados desnivelados, além de conter parte de um portal possivelmente

<sup>154</sup> A.D.P. Doc. Cabido, 1574, fl. 64, citado em CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge, *op. Cit.*, p.218

<sup>155</sup> AFONSO, José Ferrão – *A Imagem tem de saltar...* p.411

<sup>156</sup> CARVALHO, Teresa Pires; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.217

quinhentista (Fig. 49) – e cuja forma é semelhante a vãos de entrada encontrados na Rua dos Mercadores e na de S. Bento da Vitória – e ainda dois elementos remanescentes, possivelmente reutilizados de outras construções ou de elementos decorativos, actualmente impregnados numa das paredes exteriores deste espaço (Fig. 51 e Fig. 52).



Fig. 49 Vista da casa com o N.P. 47 na Rua de Santana. São visíveis os vários “recortes” dos pisos em taipa, pano murário à vista e ainda metade de um portal possivelmente quinhentista. Fig. 50 Vista do tradoz das casas da Rua de Santana e parte visível de muralha românica (a vermelho). Fotografias da autora.



Fig. 51 Elemento remanescente I, na parede exterior da casa com o N.P. 50, voltada para a Rua de Santana. Fig. 52 Elemento remanescente II, na mesma parede da mesma casa. Fotografias da autora.

Ainda nesta localização, importa chamar a atenção para o tardo das casas da Rua de Santana, que dão para a Viela de S. Lourenço, e que por sua vez, se encontra entre a Rua de Santana e o tardo das casas da Rua dos Mercadores, ainda que a cotas de nível diferentes. Como já foi referido, estas casas assentavam, e parte delas ainda assentam, em pano murário românico, sendo isso ainda hoje visível (Fig. 50).

### 3.1.7. Rua da Bainharia

Esta rua estendia-se da Cruz do Souto (cruzamento entre a Rua dos Pelames e Rua do Souto) até à Rua dos Mercadores, e enquanto que a Rua da Penaventosa corria



paralela à muralha românica do lado de dentro, a Rua da Bainharia fazia o mesmo, mas do lado de fora, numa cota bastante mais baixa, criando assim em conjunto com a Rua dos Mercadores e a Rua Escura, mais um eixo viário bastante importante da cidade. Era também ponto de passagem obrigatório para os que entrassem na urbe através do Rio Douro e seguissem para outras localidades além Porto (por exemplo, Penafiel ou Braga). Mais ainda, este eixo não se cria apenas no período medieval, remontando mesmo ao período romano, visto que a necessidade de atravessar o Morro da Penaventosa para alcançar outros pontos geográficos, por parte dos que chegavam através da via fluvial, era uma realidade já nessa época<sup>157</sup>.



Fig. 53 Pormenor da *Planta topográfica da cidade do Porto*. A. Telles Ferreira, 1892. Assinala-se a Rua da Bainharia (a amarelo) e a localização aproximada dos objectos de estudo (a vermelho).

Neste arruamento encontramos um conjunto de exemplos, em concreto três, que pela sua proximidade (os lotes são seguidos, partilhando paredes de meação dos mesmos) trataremos como um só. Encontramo-los nas casas habitadas com o N.P. 50 e 52, N.P. 46 e 48, N.P. 44 e 42 em lotes aparentemente medievais com elementos de suporte em pedra, entre elas. Todos estes lotes apresentam rés-do-chão em pedra com dois vãos de iluminação cada um, e dois ou três pisos superiores, também em pedra.

<sup>157</sup> CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.143



Fig. 54 Pormenor do suporte pétreo (do lado direito) na casa com o N.P. 50 e 52 da Rua da Bainharia. Fig. 55 Pormenor do pano murário visível da casa com o N.P. 46 e 48 da mesma rua. Fig. 56 Pormenor de outro suporte em pedra na casa com o N.P. 42 e 44 da mesma rua. Fotografias da autora.

### 3.2. Zona Ribeirinha

Para conhecer a evolução da zona ribeirinha (zona baixa), é necessário entendê-la na sua relação com a zona da Sé (zona alta). A posterior expansão da cidade para os arrabaldes a partir do séc. XIII, originou a ocupação da zona ribeirinha, impulsionada pelo surgimento e estabelecimento das Ordens Mendicantes no Porto<sup>158</sup>, dando uma nova dinâmica à cidade, colocando-a com dois pólos de actividade (no que diz respeito a actividades de carácter mercantil, construtivo ou social) e que momentos como a Procissão do *Corpus Christi*<sup>159</sup>, por exemplo, ajudavam a unir.



Fig. 53 Possível imagem da Praça da Ribeira antes da remodelação urbanística do séc. XVIII. Imagem retirada d' *O Tripeiro*<sup>160</sup>.

<sup>158</sup> A fundação do Convento de S. Domingos do Porto teve lugar em 1239, por iniciativa de Sancho II, e a construção das fundações do convento de S. Francisco iniciou-se em 1245.

<sup>159</sup> Manifestação religiosa instituída pelo Papa Urbano IV, em 1264, a decorrer na primeira quinta-feira depois do Domingo da Santíssima Trindade (domingo seguinte ao Pentecostes e que antecede o Corpo de Deus).

<sup>160</sup> BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Espaço nobre dos burgueses do Porto” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXIII, nº12, Dezembro de 2014. p.380



A propriedade residencial intramuros estava dividida grosso modo entre o Cabido e o Concelho: o Cabido detinha campos, azenhas e casas em torno do morro da Sé, bem como nas Ruas do Redemoinho, Pena Ventosa, Cimo de Vila e Lada, ao passo que o Concelho detinha as propriedades do Morro do Olival e zona Ribeirinha, como as zonas dos Banhos, Pelourinho, Lada e Mercadores<sup>161</sup>.

Fig. 54 Planta do Porto (sécs. XIV e XV), com o mapeamento das zonas gerais que compunham a cidade.  
Fonte: [http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo\\_ribeiro1207.html](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html)

<sup>161</sup> AFONSO, Daniel Braz – *op. Cit.* p.40

### 3.2.1. Rua dos Mercadores

A Rua dos Mercadores, juntamente com a Rua da Bainharia e a Rua Escura, formou no período medieval, um dos principais eixos de ligação entre a *vila baixa* e a *vila alta* da cidade do Porto, além de ser conhecida por conter um grande número de casas-torre neste mesmo período e de, à semelhança do que acontecia com a Rua Chã, possuir isenção de aposentadoria, dada por D. Fernando e reafirmada por D. João I<sup>164</sup> (apesar desta rua ser cobiçada por nobres e prelados para aí se instalarem quando se deslocassem ao Porto, notando-se assim que as casas desta rua possuíam bons níveis de conforto). Estendia-se ao longo da zona extra-muros, começando perto da Porta da Vandoma e indo até à Praça da Ribeira e ao Rio Douro, sendo assim um arruamento escolhido por muitos mercadores para aí construírem as suas casas e estabelecimentos de comércio, tornando esta rua numa zona com bastantes habitações próprias, construídas de raiz maioritariamente em pedra (do rés-do-chão aos pisos superiores) pelos seus moradores e não apenas arrendadas, como se verificava noutros arruamentos da cidade.<sup>165</sup>



Fig. 55 Localização actual da Rua dos Mercadores (a amarelo), depois de aberta a Rua de S. João (paralela à Rua dos Mercadores) e que terá cortado parte dos quintais das casas. Fonte: [http://www.portopatrimoniomundial.com/uploads/7/5/5/5/7555524/7373537\\_orig.jpg](http://www.portopatrimoniomundial.com/uploads/7/5/5/5/7555524/7373537_orig.jpg)

<sup>164</sup> CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.160

<sup>165</sup> Idem, *Ibidem.* p.158

Na casa com o N.P. 156-158 encontramos o nosso primeiro exemplo de estudo nesta rua (Fig. 56), uma casa-torre e sobre a qual existe alguma informação que merece ser referida<sup>166</sup>. A retirada do reboco aquando de um projecto de remodelação do edifício em 2004<sup>167</sup>, permitiu ver o que se escondia por trás deste, encontrando-se no 3º andar da parede de meação norte, junto ao tecto, uma “pingadeira” e ainda, no 4º andar da fachada posterior, duas aberturas que poderão ser possíveis fornos<sup>168</sup>, já que seria nestes espaços superiores traseiros que ficariam as cozinhas, devido aos receios de incêndios. Sobre o mesmo imóvel há nota da existência de um pedido de licenciamento camarário com o nº 506, em nome de António Pinto Rezende<sup>169</sup>, aprovado a 20 de Setembro de 1866, referindo-se a troca de janelas góticas geminadas do quarto e último andar por vãos rectangulares simples, aspecto que ainda hoje se verifica (Fig.57).

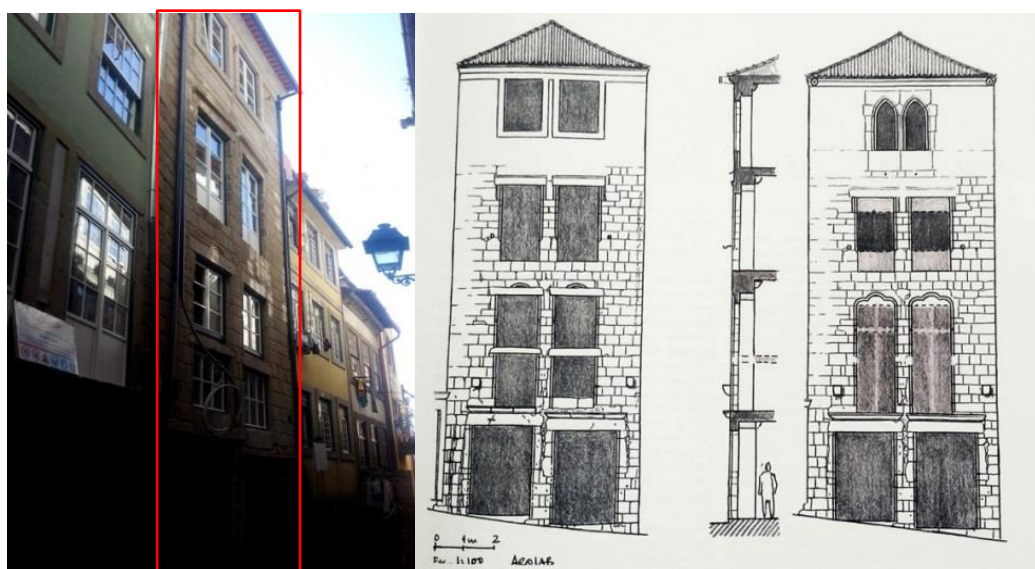


Fig. 56 Fachada actual da casa-torre com o N.P. 156-158 da Rua dos Mercadores. Fotografia da autora. Fig. 57 Fachada existente da casa-torre (à esquerda) e reconstituição da fachada original e corte (à direita). Imagem retirada da revista *O Tripeiro*<sup>170</sup>.

<sup>166</sup> Ver Fig. 5 deste trabalho e possível reconstrução da casa-torre, feita por Luís Aguiar Branco, p.29

<sup>167</sup> BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “A descoberta arquitectónica do ano” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXV, nº6, Junho de 2016. p.173. Este artigo tem continuação no número seguinte: BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXV, nº7, Julho de 2016 (p.215-217)

<sup>168</sup> BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro” ... p.216

<sup>169</sup> Disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal do Porto: *Livro das Plantas de Casas*, nº35, pág.193.

<sup>170</sup> BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro...” p.217





Fig. 58 Pormenor do interior da casa-torre (janelas). Imagem retirada da revista *O Tripeiro*<sup>171</sup>.  
Fig. 59 Pormenor do interior da mesma casa-torre (parede). Fonte: CMP-DMMPC, Arqueologia Fernando Noronha.

O segundo exemplo de estudo desta rua encontra-se na casa com o N.P. 162 e 164 (Fig. 60) uma casa habitada, em lote aparentemente medieval e semelhante ao da casa-torre anteriormente referida, com pano murário visível do lado direito da fachada ao nível do primeiro andar, apresentando ainda os pisos superiores ao rés-do-chão em cimento, indicando uma construção ou reconstrução, dos mesmos, contemporânea. O terceiro e último exemplo encontrado na Rua dos Mercadores consiste em dois vãos de entrada ao nível do rés-do-chão, inseridos num lote com o N.P. 182 e 184 (Fig. 62), actualmente entaipado e esvaziado. A forma dos dois portais de acesso é comum à encontrada no meio portal da casa com o N.P. 47 da Rua de Santana, e de uma outra, que adiante iremos referir, na Rua de S. Bento da Vitória.



Fig. 60 Pormenor do vestígio de pano murário encontrado na casa com o N.P. 162-164 da Rua dos Mercadores. Fotografia da autora. Fig. 61 Aspecto da casa com o N.P. 182-184 da Rua dos Mercadores, em 1996. Imagem retirada da obra *Bairro da Sé do Porto*<sup>172</sup>. Fig. 62 Aspecto actual da mesma casa.

Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1427176,-8.6137376,3a,37.5y,144.46h,91.29t/data=!3m6!1e1!3m4!1sprYHK2CAhHb1nxiPq116Pg!2e0!7i13312!8i6656>

<sup>171</sup> BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “A descoberta arquitectónica do ano...” p.174

<sup>172</sup> CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *op. Cit.* p.168

### 3.2.2. Rua da Reboleira

Esta rua ribeirinha medieval sofreu um corte ao redor de 1870, aquando da abertura da Rua Nova da Alfândega, mas desde logo surgiu como um local propício para a construção de casas-torre como as que ainda hoje sobrevivem. A casa com o N.P. 55 apresenta ao nível da cave, voltado para a Rua do Outeirinho, estruturas medievais que poderão remontar ao século XIV, e na fachada voltada para a Rua da Reboleira permanecem ainda os portais e janelas de finais da Idade Média (Fig. 64), e que, devido à sua simetria, poderão indicar o aglutinamento de dois lotes pré-existentes com vista a conceber um espaço uno maior<sup>173</sup>. Os andares superiores apresentam-se visivelmente transformados, possivelmente nos séculos XVII e XVIII, e os merlões que coroam o edifício (Fig. 65), por exemplo, poderão remontar a esta periodização. Nesta casa viveu António de Sousa Lobo, também conhecido por o "Lobo da Reboleira", figura da sociedade do Porto de oitocentos<sup>174</sup>.



Fig. 63 Gravura representando uma vista da Rua da Reboleira, anterior às demolições de 1872, efetuadas para abertura da Rua Nova da Alfândega. Trata-se da reprodução de uma gravura publicada, em 1887, na obra *O Minho Pittoresco*, da autoria de José Augusto Vieira. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/574533/>. Fig. 64 Pormenor do 1º e 2º piso da fachada voltada para a Rua da Reboleira, da casa-torre com o N.P. 55. Fotografia da autora.



Fig. 65 Pormenor dos merlões da casa-torre. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392493/>

<sup>173</sup> LOZA, Rui Ramos (coord. projecto); REAL, Manuel Luís (coord. científica) – *op. Cit.* p.162

<sup>174</sup> Informação encontrada no *site* do Arquivo Histórico do Porto, disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392493/?q=lobo+da+reboleira> [consultado em 06-06-2017]

No edifício seguinte, com o N.P. 59, do outro lado do cruzamento da Rua do Outeirinho com a Rua da Reboleira, encontramos uma outra casa-torre, actualmente sede de um serviço social, a Associação Social e Cultural de S. Nicolau<sup>175</sup>. Trata-se de uma provável construção do século XIV, com a estrutura praticamente intacta, em particular os vãos de iluminação e pano murário (Fig. 66), apresentando, contudo, a fachada voltada para a Rua da Reboleira bastante modificada por intervenções do período moderno. Todo o edifício apresenta aparelho de granito e é rematado, à semelhança do que acontece com o N.P. 55, com merlões.

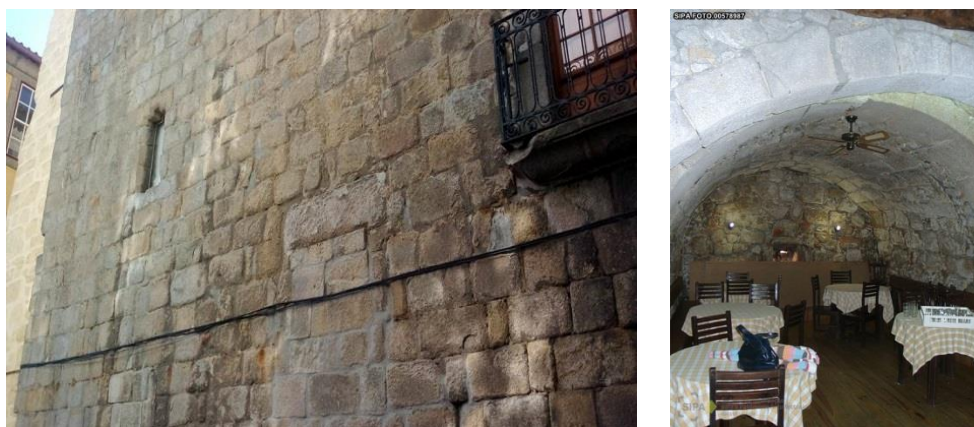


Fig. 66 Pormenor da parede exterior e de um vão de iluminação da fachada voltada para a Rua do Outeirinho. Fotografia da autora. Fig. 67 Interior da casa-torre, rés-do-chão. Fonte: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=20000](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=20000)

### 3.2.3. Rua de Baixo

O exemplo seguinte do nosso trabalho, a Torre do Barredo ou Torre da Rua de Baixo, encontra-se entre a Rua de Baixo e a Viela do Buraco, com o N.P. 5, na zona do Barredo. Esta zona, juntamente com o espaço envolvente da Sé do Porto, foi uma das primeiras a receber intervenções por parte do CRUARB (que depois expandiu a sua acção para outras zonas da cidade e actuou em muitos dos edifícios que vemos hoje), organismo criado com a intenção de reabilitar o centro histórico da cidade, e com uma longa história no que toca a intervenções urbanísticas e patrimoniais<sup>176</sup>.

<sup>175</sup> O espaço foi renovado em 1997, pelo Arquitecto António Moura, para aí se instalar um Lar de Idosos. Há ainda referência a um contrato de 1688 na página do SIPA dedicada a este imóvel, entre o proprietário de então, *Pedrossem*, e um mestre-pedreiro chamado Manuel Mendes, no entanto, não conseguimos comprovar a existência do mesmo, pelo que apenas o referimos em nota.

<sup>176</sup> O CRUARB apresenta trabalhos na área do urbanismo e renovação patrimonial desde 1974, sendo que estes trabalhos caracterizam-se por políticas de reenquadramento social, procurando fixar a população portuense no local onde nasceram. Um entendimento geral do trabalho desenvolvido por este organismo e quais as suas principais preocupações e directrizes, pode ser encontrado na obra comemorativa dos 25 anos do CRUARB – *Porto Património Mundial. CRUARB, 25 anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Edição da Câmara Municipal do Porto, 2000, 1ª edição.



Esta casa-torre, será uma das construções mais antigas deste tipo na cidade, remontando ao século XIII, apresentado por sua vez uma estrutura em granito, dividida em cinco pisos e com fachadas para ambas as ruas. Na fachada voltada para a Rua de Baixo, contém ao nível do rés-do-chão, um vão de entrada rectangular e um de iluminação quadrangular, apresentando no piso superior (1º piso) um portal de acesso em arco de volta perfeita elevado por escadas laterais (Fig. 67), e um vão de iluminação quadrangular. Sobre este piso encontram-se duas mísulas de cunho possivelmente contemporâneo (Fig. 68), que antecedem o 2º piso com dois vãos de iluminação – um quadrangular e outro, mais pequeno e possivelmente mais antigo (Fig. 69), em arco –, e o 3º e último desta fachada com mais dois vãos de iluminação quadrangulares semelhantes aos anteriores referidos, claramente de uma cronologia posterior ao período medieval.



Fig. 67 Pormenor do vão de entrada elevado. Fig. 68 Pormenor das duas mísulas. Fig. 69 Vão de iluminação em arco do 2º piso. Fotografias da autora.

Do outro lado do edifício, na fachada voltada para a Viela do Buraco, é possível encontrar uma parte da casa mais marcada por renovações e acrescentos posteriores. No rés-do-chão encontram-se dois vãos de entrada rectangulares (semelhantes ao do rés-do-chão da outra fachada), no 1º piso encontra-se mais um vão de iluminação rectangular e um vão de iluminação quadrangular (mais uma vez, semelhante aos da outra fachada), e no 2º, 3º e 4º piso - existe um desnível da Viela do Buraco face à Rua de Baixo o que faz com que, deste lado, o edifício apresente mais um piso visível - mais dois vãos de iluminação quadrangulares em cada um. Entre o 3º e o 4º piso, existem novamente duas mísulas semelhantes às presentes na fachada voltada para a Rua de Baixo, mas em pior estado de conservação.

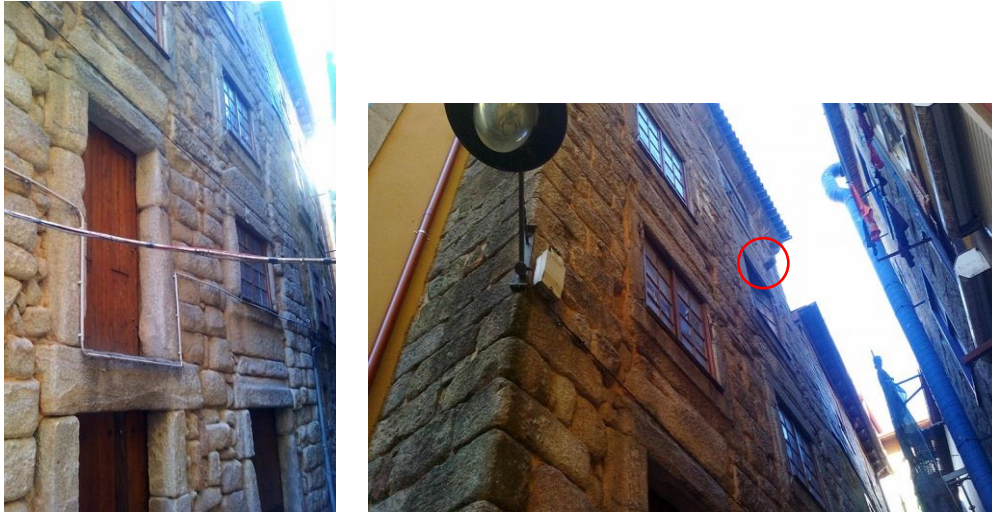


Fig. 70 Vista do rés-do-chão, 1º piso e 2º piso da fachada voltada para a Viela do Buraco. Fig. 71 Pormenor dos vãos de iluminação do 2º e 3º piso e mísula (s) da mesma fachada. Fotografias da autora.

### 3.2.4. Rua da Fonte Taurina

Na Rua da Fonte Taurina, antiga Rua da Fonte Aurina, encontramos um conjunto de lotes com interesse para o nosso trabalho, são eles as casas com o N.P. 18 e 44B (actualmente com entrada pelo Cais da Estiva). A primeira apresenta pano murário visível e apoio pétreo para sobrado, estando inserida num lote entre a Rua da Fonte Taurina e o Postigo do Carvão, sendo que este suporte para sobrado (que poderá apresentar um possível rearranjo das pedras que lhe dá corpo, já que este edifício foi reconstruído nos finais do século XX, aquando das obras de um estabelecimento hoteleiro próximo), surge nas laterais da fachada voltada para a Rua da Fonte Taurina (Fig. 72) e corre ao longo de toda a casa na fachada voltada para o Postigo do Carvão. Abaixo deste elemento encontramos pano murário em granito exposto (Fig. 73), e acima três pisos (superiores ao rés-do-chão) em taipa.



Fig. 72 Vista da fachada da casa com o N.P. 18 voltada para a Rua da Fonte Taurina. Fig. 73 Pormenor do pano murário e do suporte pétreo para sobrado na fachada voltada para o Postigo do Carvão. Fotografias da autora.



Imediatamente a seguir a este lote, encontramos outro exemplo, também ele com duas fachadas (Fonte Taurina e Postigo do Carvão) e que também apresenta um suporte pétreo para sobrado, pisos superiores em taipa, bem como um vão de entrada em arco de volta perfeita. O suporte encontra-se ao nível do 2º piso e nas laterais da fachada voltada para o Postigo do Carvão. O facto destes exemplos se encontrarem junto ao Postigo do Carvão, uma das 18 portas/postigos da muralha gótica, e de relatórios arqueológicos<sup>177</sup> confirmarem material medieval nesta zona, leva-nos a crer que estes exemplos poderão ser eles próprios vestígios da construção deste período.



Fig. 74 Vista da fachada voltada para o Postigo do Carvão e pormenor do suporte pétreo para sobrado.

Fig. 75 Vão de entrada em arco de volta perfeita.



Fig. 76. Localização dos objectos de estudo. 1. Casa com o N.P. 18. 2. Fachada voltada para a Rua da Fonte Taurina. 3. Lote onde se encontra o vão de entrada em arco de volta perfeita e suportes pétreos para sobrado da casa com o N.P. 44 B. Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1405909,-8.6134511,78m/data=!3m1!1e3>

<sup>177</sup> Num dos relatórios arqueológicos a que tivemos acesso na instituição de acolhimento há a referência a várias entrustras medievais encontradas ao redor do local (nº121 a 127 e 243 a 247, entre a Praça da Ribeira, Rua da Fonte Taurina, Beco do Carvão e Muro dos Bacalhoeiros) onde se encontram os nossos dois exemplos, bem como se refere a presença de “edifícios [medievais] de que ainda se conservam as paredes, situados do lado direito do Beco do Carvão”: *Relatório Final de Escavações Arqueológicas na Ribeira (Porto). Intervenção no Porto Carlton Hotel (PCH 96/98)*. Armando Coelho Ferreira da Silva, Rui Manuel Sobral Centeno, Mª Benedita Coelho da Silva de Guinéa Barbosa e João Paulo Coelho da Silva de Guinéa Barbosa. Porto, 1998.

### 3.2.5. Rua da Lada

Também na Rua da Lada é possível observar um lote com interesse para o nosso trabalho, a saber a casa com o N.P.2 (com entrada pela Travessa do Barredo). A casa inserida em lote aparentemente medieval e com uma estrutura quase semelhante a uma casa-torre, é actualmente habitada e possui um estabelecimento comercial no rés-do-chão. Na fachada voltada para a Rua da Lada, apresenta o rés-do-chão e 1º piso em pedra e restantes sobrados em taipa, bem como um suporte pétreo para sobrado na lateral esquerda da fachada e ainda três cachorros sob as janelas do 1º piso.

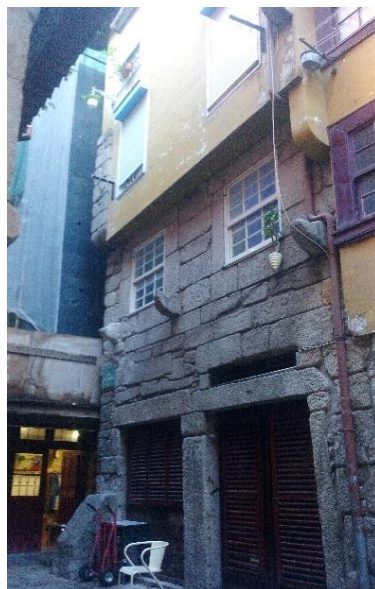


Fig.77 Vista da fachada da casa com o N.P. 2 voltada para a Rua da Lada. Fotografia da autora.

### 3.2.6. Rua Infante D. Henrique, Rua de S. João e Beco do Forno Velho

Chegando a esta zona ribeirinha, outro dos pontos de maior concentração de exemplares de arquitectura civil medieval que chegaram até aos dias de hoje, encontra-se entre a Rua de S. João, Rua do Infante D. Henrique (antiga Rua Nova dos Ingleses e Rua Nova/Formosa) e o Beco do Forno Velho, um conjunto de lotes de grande sensibilidade arqueológica, segundo apontam relatórios aos quais tivemos acesso na instituição de acolhimento. Num pequeno artigo de Manuel Luís Real e Rute Reimão, publicado na revista *Olaria*<sup>178</sup>, apresenta-se uma imagem (Fig. 78) do que terá sido esta zona antes da abertura da Rua de S. João no século XVIII (que levou ao encanamento do Rio da Vila), com base numa planta de finais do século XVIII, no estudo da propriedade a partir dos impostos da décima de 1731 e das expropriações para a

---

<sup>178</sup> REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – *Op. Cit.* p.85

abertura dessa rua, entre 1762 e 1772, permitindo assim uma visão do terreno e do seu parcelamento, mais próxima da cronologia que estudamos, deixando ver também a lembrança de alguns alinhamentos medievais.

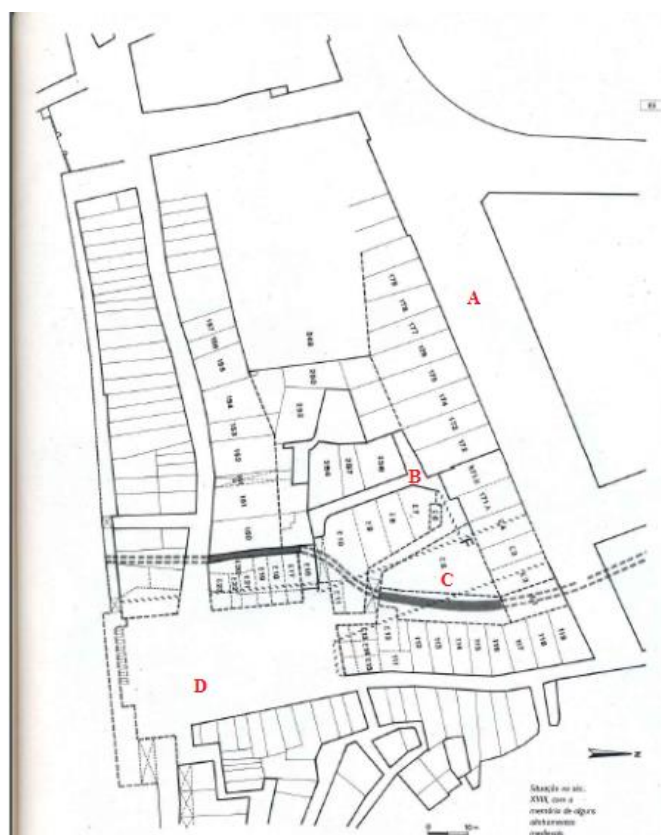


Fig. 78 Zona do Beco do Forno Velho e parte da Rua Nova, antes da abertura da Rua de S. João. Imagem retirada da revista *Olaria*<sup>179</sup>, p.85. Acrescenta-se a seguinte legenda: A – Rua Nova/Infante D. Henrique. B – Beco do Forno Velho. C – Local onde se abriu a Rua de S. João. D – Praça da Ribeira.

Certo é que a construção de uma rua planeada como a antiga Rua Nova ou Rua Formosa, teve obrigatoriamente de criar um impacto considerável na vida urbana da cidade do Porto. A abertura desta rua, iniciada por volta de 1395 e prolongando-se até finais do século seguinte, teve em conta o crescente número de pessoas e mercadorias que afluíam à cidade, bem como o nascimento de uma nova burguesia<sup>180</sup>, a mercantil, criando-se para esse efeito, uma nova artéria uniformizadora e com padrões construtivos pré-definidos (construção de casas em pedra, de escadas, de balcões...), e que, por outro lado vez, representou um local de grande concentração de propriedade régia na cidade. Embora a simetria e regularidade que se pretendia nem sempre fosse fácil de conseguir,

<sup>179</sup> REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – *Op. Cit*

<sup>180</sup> REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – "Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto", in "A Cidade em Portugal: onde se vive", *Povos e Culturas*, nº 2. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 1987. p. 398



com cada casa a possuir um ritmo diferente de construção<sup>181</sup>, este arruamento tornou-se de facto uma via marcante no panorama medieval, quer pelas suas preocupações construtivas, quer pelo seu planeamento urbano, e ainda hoje se distingue na malha urbana portuense.



Fig. 79. Organização medieval da Rua Nova. 1 - Convento de S. Francisco. 2 - Rua Nova. 3 - Chafariz e boticas. 4- Botica das judias. 5 - Rua das Cangostas. 6 - Casa do Arco Grande. 7 - Viela e Rossio do Forno Real. 8 - Torre de Estevão Lourenço. 9 - Torre de João Martins Ferreira. 10 - Rua dos Mercadores. 11 - Casa de Fernão Luis. 12 - Casa dos Caminhas. 13 - Torre estalagem de Diogo Bustamante. 14 - Praça da Ribeira. 15 - Casa da Moeda. 16 - Alfândega. 17 - Casa dos Contos. 18 - Rossio do Cais. 19 - Paço dos Tabeliães e Casa de Ver-do-Peso. 20 - Casa de Rui Pereira (queimada). 21 - Igreja de S. Nicolau. 22 - Rua da Reboleira. 23 - Torre de Álvaro Gonçalves da Maia. 24 - Postigo de Álvaro Gonçalves. Imagem retirada do trabalho de José Ferrão Afonso, p.46<sup>182</sup>.

No local onde hoje se encontram as instalações de um estabelecimento hoteleiro voltado para a Rua Infante D. Henrique com o N.P. 1, além de partes dos seus lotes, principalmente ao nível do rés-do-chão, apresentarem material que poderá remontar ao período medieval (Fig. 80 e 81) – como lajeados e parte de pano murário –, encontraram-se as fundações de uma casa-torre (Fig. 82). Uma outra estrutura relativa a fundações de uma segunda casa-torre, também foi encontrada, mas desta vez no Beco do Forno Velho, num lote que recebe actualmente o restaurante desse mesmo estabelecimento hoteleiro, e que permanece parcialmente visível na sala de refeições.

<sup>181</sup> SANTOS, M<sup>a</sup> Helena Pizarro Paula – *op. Cit.* p.41

<sup>182</sup> Imagem retirada do artigo: AFONSO, José Ferrão – “A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV” in *Museu*, IV série, nº 9, 2000. (p.29-70)

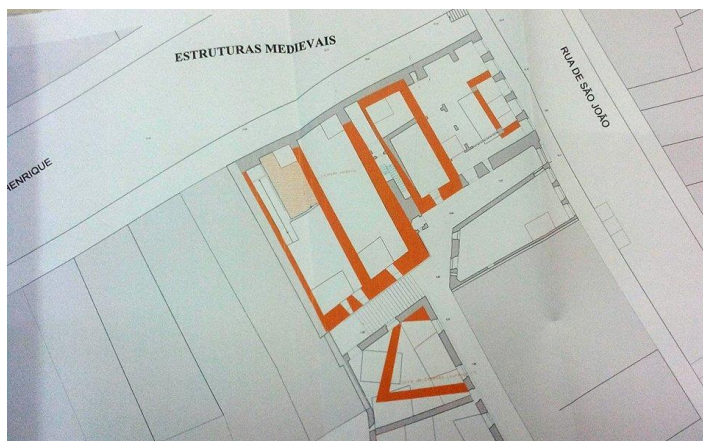
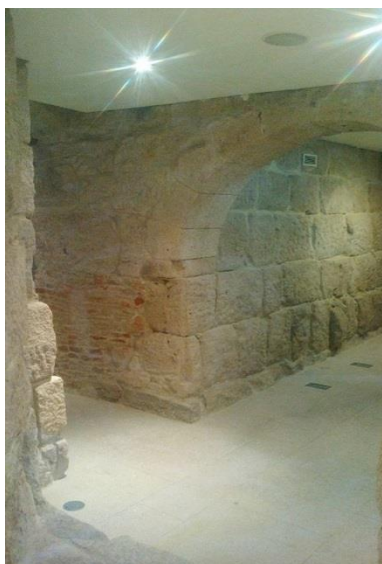


Fig. 80 Pormenor do interior do lote com o N.P. 1 da Rua Infante D. Henrique. Fotografia da autora. Fig. 81 Estruturas medievais encontradas durante os trabalhos arqueológicos nesta zona. Imagem retirada do relatório *Intervenção Arqueológica. Imóveis sitos na Rua Infante D. Henrique, nº1-15 e na Rua de S. João, nº1-39. INF09-09. Estudo Histórico e Relatório Preliminar das Sondagens de Avaliação*. Gabriel Rocha Pereira e José Jorge Arguello Menéndez. Porto, 2009.



Fig. 82 Fundações da casa-torre encontrada dentro do estabelecimento hoteleiro, entretanto desaparecida. Fonte: DMMPC-CMP. Fig. 83 Vista do Beco do Forno Velho e entrada para a sala de refeições do restaurante (a vermelho), onde permanecem parcialmente visíveis as fundações de uma segunda casa-torre nesta zona. Fotografia da autora.

Na actual Rua Infante D. Henrique, antiga Rua Nova, encontramos ainda mais um exemplar cujas partes das estruturas chegaram até aos dias de hoje. Trata-se da Antiga Bolsa dos Comerciantes, localizada nos lotes com o N.P. 47 a 53. A Antiga Bolsa dos Comerciantes, do século XV, foi instalada num espaço cedido aos mercadores da cidade em 1402 pelo Rei D. João I (daí a existência do escudo do rei na fachada do edifício), sendo que posteriormente recebeu uma ligação subterrânea à Casa da Moeda, e actualmente é sede de uma loja de *souvenirs*. No seu interior é ainda hoje visível o seu pano murário em granito e várias marcas de pedreiro (Fig. 86).





Fig. 84 Localização do objecto de estudo. Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1409392,-8.614404,78m/data=!3m1!1e3>



Fig. 85 Fachada do edifício voltada para a Rua Infante D. Henrique. Fig. 86 Parede interior do edifício e pormenor de duas marcas de pedreiro (a vermelho). Fotografias da autora.

Ainda nesta zona, em concreto num conjunto de dois lotes, no cruzamento das ruas de S. João, Mercadores e Clube Fluvial Portuense, foram descobertos dois vãos (possivelmente de suporte de escadas e não de entrada, pela sua largura e profundidade), em arco apontado e pano murário com pelo menos uma marca de pedreiro numa aduela. Contudo, apenas o vão maior poderá apresentar material datável da Baixa Idade Média (o segundo mais baixo e estreito apresenta rearranjo de pedras e uma disposição de silhares diferente, que acreditamos indicar material do período moderno). O material medieval poderá relacionar-se com uma casa-torre de João Martins Ferreira, que viveu na cidade do Porto entre o século XV e o XVI. Este terá sido mercador e desempenhando cargos públicos como vereador, juiz e chanceler, sendo também senhor de um vasto património na cidade, havendo nota ainda de este se ter instalado numa casa-torre da Rua dos Mercadores em finais do século XV<sup>183</sup>.

<sup>183</sup> Referem-se estes aspectos, bem como a existência de um fundo documental constituído por 93 pergaminhos atribuídos à família de João Matins Ferreira, na página do Arquivo Histórico Municipal do Porto, disponível em: <http://gisaweb.cm-porto.pt/creators/19116/> [consultado em 29-05-2017]

Esta descoberta dos elementos arquitectónicos referidos anteriormente deu-se aquando dos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da construção de mais um estabelecimento hoteleiro na cidade do Porto e tem como entrada o lote com o N.P. 15 da Rua do Clube Fluvial Portuense<sup>184</sup>.

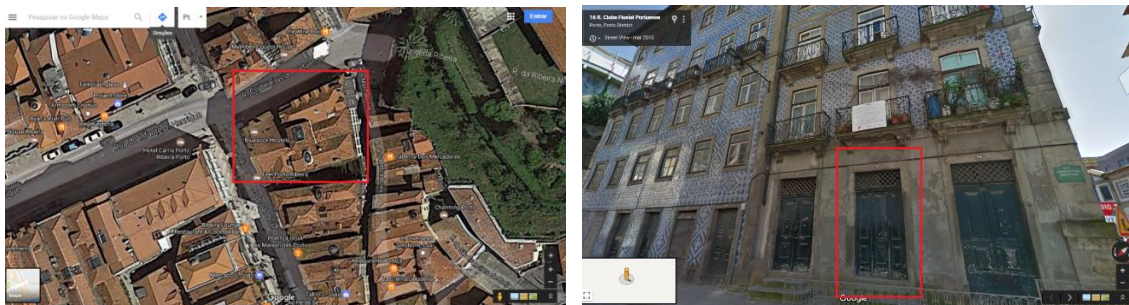


Fig. 87 Localização dos lotes. Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1413273,-8.6132476,78m/data=!3m1!1e3> Fig. 88 Localização da casa com o N.P. 15 da Rua do Clube Fluvial Portuense. Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.141471,-8.6133396,3a,75y,131.57h,108.22t/data=!3m6!1e1!3m4!1soHilAL1KTfnzyLjYgOx0gA!2e0!7i13312!8i6656>



Fig. 89 Dois vãos em arco apontado. O maior (assinalado a vermelho) apresenta pano murário medieval na parede do fundo, parede que parece continuar do outro lado do espaço (mas que não conseguimos ver por inteiro) e pelo menos uma marca de pedreiro. Fig. 90 Pormenor de pano murário acima do vão maior, indicando possivelmente a existência de umas escadas. Actualmente existem escadas acima destes vãos, mas acreditamos que as marcas que agora referimos se relacionam com uma escadaria mais antiga, já que as marcas e as escadas actuais não estão ao mesmo nível. Fotografias da autora.

### 3.2.7. Rua da Alfândega

Prosseguindo para a Rua da Alfândega encontramos um dos exemplares de arquitectura civil portuense mais conhecido, a Casa do Infante, que guarda em si estruturas da Alfândega Velha (iniciada em 1325 e concluída ao redor de 1354) e da antiga Casa da Moeda (construída em finais do século XIV), espaço que é construído a mando do rei D. Afonso IV que decide situar o seu armazém na zona ribeirinha. Sobre o primeiro espaço, sabemos quem foi o autor da obra, através de uma inscrição parcial que se encontra num cunhal do lado noroeste do edifício (estando actualmente dentro de

<sup>184</sup> Embora a entrada actual do estabelecimento hoteiro se faça pela Rua de S. João, nº 40.



uma dependência bancária) onde se refere o nome de João Eanes Melacho, e que terá construído o edifício de uma forma bastante diferente daquela que hoje vemos.

Com efeito, a Casa do Infante que hoje existe, foi fruto de várias construções e reconstruções ao longo dos séculos seguintes ao do seu surgimento, em particular de uma reforma no século XVII que lhe avançou a fachada que hoje vemos, e de um grande restauro nos anos 50 do século XX por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sendo que a planta primitiva apresentar-se-ia sobre a forma de um rectângulo, de cerca de 30 x 10m e limitar-se-ia ao pátio central e dois cobertos/torres adjacentes<sup>185</sup>, sofrendo a sua primeira ampliação (para o lado Oeste) ainda em período medieval, a mando do rei D. Afonso V. Sobre estas torres que ladeavam o pátio central, acredita-se que a do lado Norte se destinava na sua maioria à habitação<sup>186</sup> (do Amoxarife, a título de exemplo), funcionando quase como uma casa-torre independente, e a do lado Sul concentraria os serviços alfandegários. Contudo, este espaço, que conserva também vestígios de ocupação anterior ao século XIV<sup>187</sup>, oferece-nos um grande número de vestígios e estruturas do que seria o edifício tardo-medieval, apresentando elementos bem conservados e visíveis numa breve passagem.



Fig. 91 Possível aspecto da Alfândega Velha, no período medieval. Fonte: <http://3.bp.blogspot.com/-WV78WoRI5Yo/VLvq75kc6cI/AAAAAAAAAnfg/YkJAgGW1WxM/s1600/4.jpg>

Começou por se descobrir alguns elementos góticos aquando das obras de 1924, a saber: uma janela de arco apontado com caneluras, posteriormente convertida em nicho, e parte de uma inscrição, numa das paredes com ligação para a antiga Casa da Moeda (Fig. 92), com o antigo escudo de Portugal<sup>188</sup>. Durante o restauro de 1958 foi

<sup>185</sup> Henrique, *O Navegador*. Exposição Comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. 4 de Março a 4 de Setembro de 1994. Porto: Fundação Eng. António de Almeida. p.140

<sup>186</sup> Idem, *Ibidem*. p.164

<sup>187</sup> Neste espaço onde se enquadra agora a Casa do Infante, há nota da descoberta de muros de construção irregular dos sécs. XIII e início do XIV, e de pavimento tardo-romano, trazendo alguma luz sobre o processo de ocupação da zona ribeirinha.

<sup>188</sup> VITORINO, Pedro – “Notas de Arqueologia Portuense, suplemento ao Vol. III dos Documentos e Memórias para a História do Porto.” (2ª edição) *Documentos e Memórias para a História da Cidade do*

também possível encontrar vários elementos constitutivos medievais que foram alvo de intervenção, em particular vãos de iluminação e de entrada. Com o começo dos trabalhos arqueológicos em 1991, aquando da renovação do espaço para aí se instalar o Arquivo Histórico, há nota também da descoberta de uma soleira de porta (porta principal da Alfândega), e de pano murário medieval em todo o perímetro do 1º piso, e de parte até ao 3º piso, com excepção do pátio, que seria o núcleo gerador de toda a actividade no período medieval, passando depois para apenas um ponto de passagem<sup>189</sup>.



Fig. 92 Vão de iluminação e inscrição. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392648/?q=casa+do+infante>. Fig. 93. O mesmo vão de iluminação e inscrição, na ligação da entrada principal para a antiga Casa da Moeda, antes do restauro. c. 1958 Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/343305/?q=casa+do+infante>

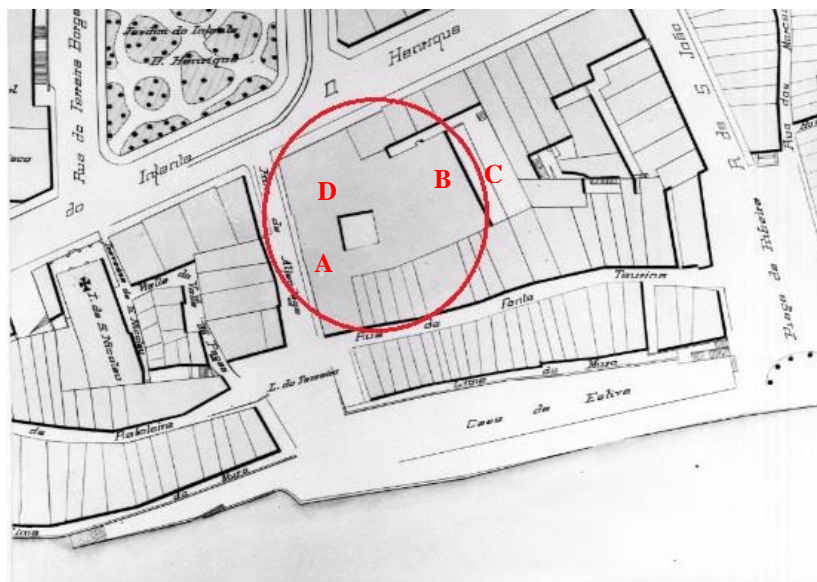


Fig. 94 *Planta Topográfica da Cidade do Porto*, de Teles Ferreira, 1892, representando a zona da Casa do Infante (Alfândega Velha e Casa da Moeda). Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/343737/?q=casa+do+infante>. Acrescenta-se a legenda: A – Alfândega Velha. B – Casa da Moeda. C – Viela. D – Casa dos Brandões Pereira (séc. XVI) [Localizações aproximadas]

Porto – XXVIII. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História Urbana da Cidade, 1958.

<sup>189</sup> Henrique, *O Navegador...* p.144

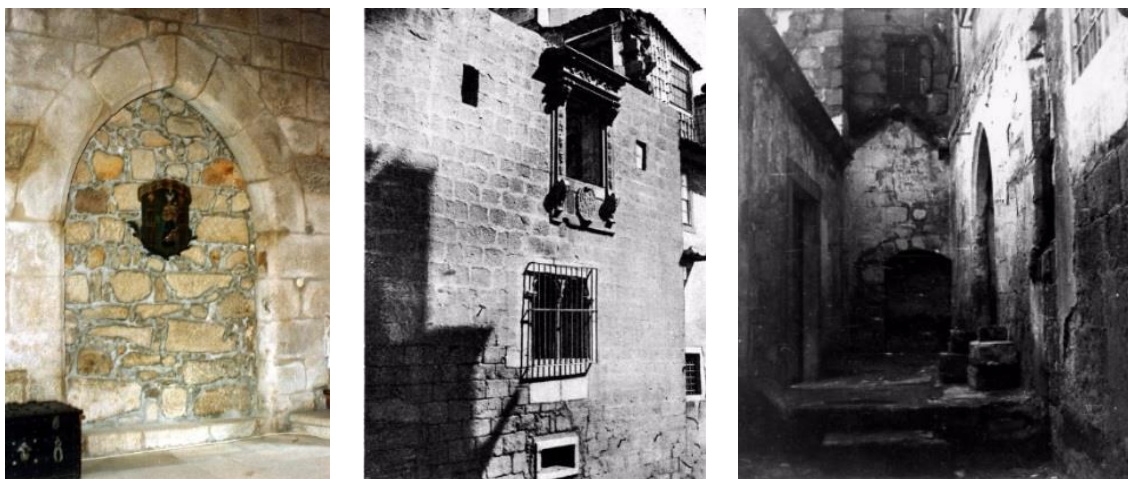


Fig. 94 Pormenor da entrada da casa que pertenceu aos Brandões Pereira, que dava acesso à rua do Infante D. Henrique, e que se encontrava na antiga receção do Arquivo Histórico, actual loja de vendas. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392508/>. Fig. 95 Pormenor de uma janela que existia nessa mesma casa e que dava para a Rua da Alfândega. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/344474/>. Fig. 96 Vista da viela nas traseiras da Casa da Moeda, antes do restauro do séc. XX. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/529255/?q=casa+do+infante>

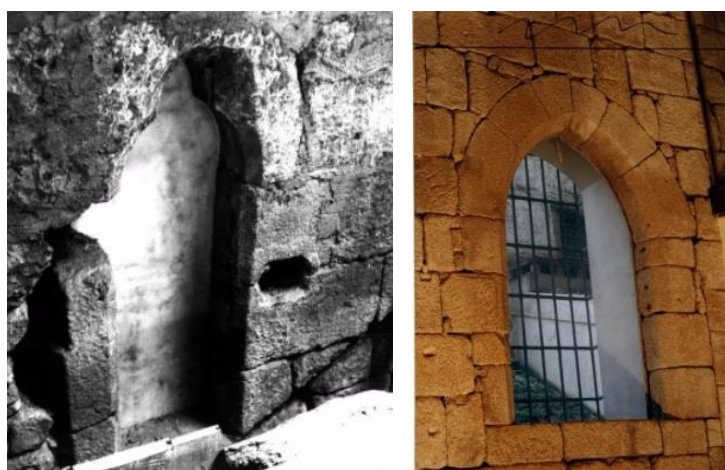


Fig. 97 Pormenor de uma fresta do século XIV num dos muros sobreviventes da torre sul, antes do restauro de 1958. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/529289/?q=casa+do+infante>. Fig. 98 Pormenor de pano murário e do janelão da torre norte, actualmente visível no interior de uma dependência bancária. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/392560/?q=casa+do+infante>

### 3.2.8. Escadas do Recanto/Rua Nova da Alfândega

No cruzamento das Escadas do Recanto com a Calçada do Forno Velho, e voltada para a Rua Nova da Alfândega, encontramos o que é hoje em dia um edifício escolar, pertencente ao Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas, contudo, a escola conserva num dos seus quatro lotes, mais um exemplo de interesse para o nosso trabalho. O lote em questão, sem número, apresenta uma estrutura semelhante a uma casa-torre em contexto urbano, em cantaria de granito exposto (com excepção da fachada voltada



para as Escadas do Recanto com granito pintado), apresentando o lote relativamente estreito e medianamente profundo, com duas fachadas principais: uma voltada para a Calçada do Forno Velho e outra para a Rua Nova da Alfândega.

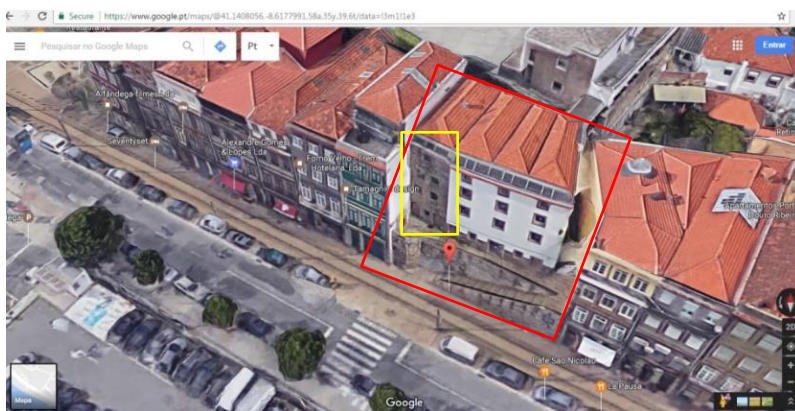


Fig. 99 Localização dos lotes (a vermelho) e pormenor do lote com o exemplo de estudo (a amarelo).

Modelação 3D Google. Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1408056,-8.6177991,58a,35y,39.6t/data=!3m1!1e3>

Na fachada voltada para a Calçada do Forno Velho (Fig. 100), surge um vão de entrada em arco apontado e outro de iluminação quadrangular ao nível do rés-do-chão, e um vão de iluminação também quadrangular no piso imediatamente superior. Na fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega, e aproveitando o desnível de terreno que aqui existe, esta apresenta pelo menos mais um piso. Surgem aqui dois vãos de entrada, um em arco apontado semelhante ao da outra fachada, e outro com padieira tripartida (Fig. 101), juntamente com três níveis de vãos de iluminação nos pisos superiores. As duas janelas do 2º piso desta fachada apresentam um possível rearranjo das pedras e também um possível cunho quinhentista. No 3º piso, o material construtivo surge trabalhado de forma ligeiramente diferente, indicando um possível acrescento desse mesmo piso.

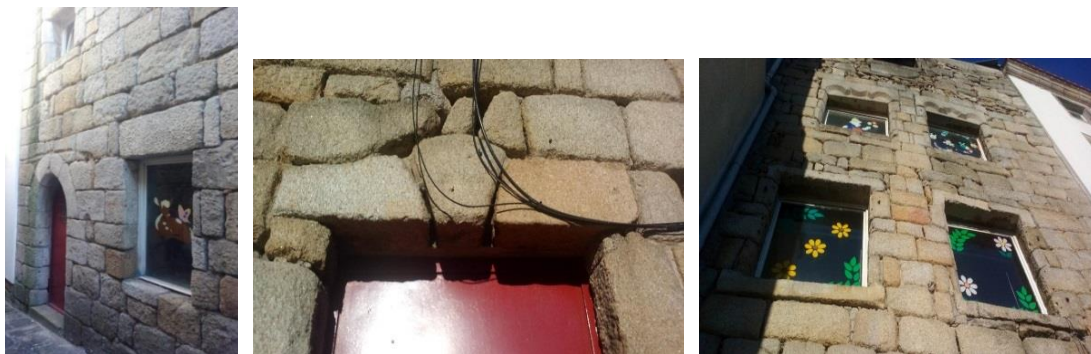


Fig. 100 Fachada voltada para a Calçada do Forno Velho. Fig. 101 Pormenor da padieira do vão de entrada quadrangular da fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega. Fig. 102 Pormenor dos 3 níveis de vãos de iluminação superiores ao rés-do-chão, na fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega.

Fotografias da autora.

### 3.3. Outras localizações

#### 3.3.1. Rua Chã

Aquando da obra de remodelação de dois lotes contíguos na Rua Chã (N.P. 87 e 89), e sendo-nos possível aceder a este local na companhia dos responsáveis da obra, esta veio a pôr a descoberto o que poderá ser uma casa do século XV. Esta casa tem fachada voltada para a Rua Chã mas não está alinhada com este arruamento (situação relativamente comum na Idade Média), e apresenta uma outra fachada nas traseiras, local onde se encontram actualmente vestígios do que terá sido uma ilha. Esta construção, que se crê ser do período medieval, poderá ser um edifício que foi absorvido pelos dois lotes contemporâneos, apresentando uma entrada voltada para uma viela ou rua mais antiga, entretanto desaparecida, do lado oposto à actual Rua Chã.

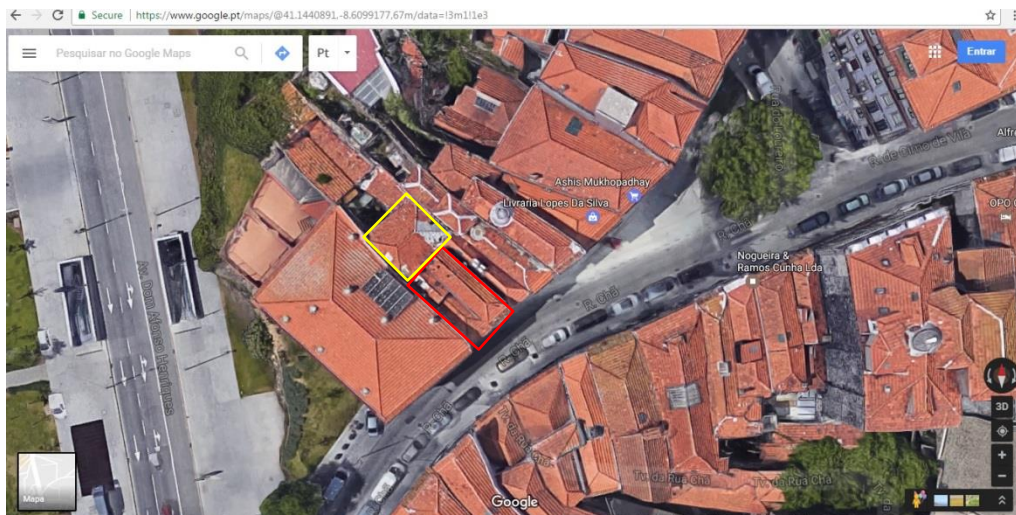


Fig. 103 Localização dos lotes, por onde se acede ao exemplo de estudo (a vermelho). Lote onde se encontra o exemplo de estudo (a amarelo). Fonte: <https://www.google.pt/maps/@41.1440891,-8.6099177,67m/data=!3m1!1e3>

No seu interior é visível, numa das paredes interiores voltada para a actual Rua Chã, uma possível parede em *fachwerk* ainda não datada (Fig. 105). Esta técnica construtiva de materiais leves, mais comum na Alemanha, Inglaterra, Suíça e países ao redor do Danúbio, tem paralelo com uma considerada como mais “portuguesa”, o tabique, mais utilizado nas casas com sobrados salientes, como é possível verificar não neste, mas noutros exemplos aqui tratados. Além dos aspectos construtivos de aparência medieval, e não só, visíveis no imediato, a localização desde objecto de estudo corrobora parcialmente o porquê de se o considerar uma casa gótica, já que a própria Rua Chã possui uma longevidade considerável, passando por um incêndio em finais do

séc. XIV, possivelmente devido a construções maioritariamente em taipa, sendo também uma rua com isenção de aposentadoria, e portanto, apetecível para a construção de casas. As suas formas técnicas e construtivas, e o facto de sabermos que em 1408 a Câmara ordenou a abertura da Porta dos Carros para o transporte da pedra para reconstrução das casas<sup>190</sup>, lançam assim uma dúvida: será esta uma das casas reconstruídas em pedra, pós-incêndio?



Fig. 104 Fachada interior, voltada para a ilha. Fig. 105 Pormenor da parede em *fachwerk*. Fig. 106 Pormenor do encaixe do gonzo, pertencente ao vão de entrada em arco apontado. Fotografias da autora.

### 3.3.2. Rua dos Caldeireiros

Na rua dos Caldeireiros, que em período medieval fazia parte da Rua do Souto, ligando o Morro da Sé à Porta do Olival, encontramos mais dois exemplos. Na casa com os N.P. 69 e 71, surge uma casa habitada, em lote aparentemente medieval e com pano murário visível na fachada (coberto com tinta), apresentando ainda o rés-do-chão em pedra e pisos superiores em taipa (Fig. 107). Na mesma rua, mas na casa com os N.P. 250 e 252, encontramos mais uma casa habitada, também em lote aparentemente medieval, igualmente com rés-do-chão em pedra e três pisos ressaltados em taipa (Fig. 108). A disposição do sobrado em ressalto é aqui neste segundo exemplo bastante evidente, já que cada um dos três pisos superiores avança sobre o anterior, o que, em alguns arruamentos leva à construção de passadiços, quando uma grande quantidade de pisos em ressalto também se verifica nos dois lados da rua.

<sup>190</sup> FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *op. Cit.* p. 102





Fig. 107 Pormenor do pano murário pintado da casa com o N.P. 69-71. Fig. 108 Pormenor da lateral da casa com o N.P. 250-252. Fotografias da autora.

### 3.3.3. Rua de S. Bento da Vitória

O desenvolvimento da zona da Vitória, deve-se em parte à ordem régia que obrigava os judeus do Porto a se instalarem dentro de muralhas, por razões de segurança, o que levou a que estes, nos finais do século XIV, escolham o Monte do Olival e aí construam as suas casas e estruturas, contribuindo assim para um novo “arranjo urbanístico” da cidade. Nasce assim a Judiaria Nova do Olival<sup>191</sup>, no espaço de um antigo olival, organizada ao redor das actuais Rua de S. Bento da Vitoria e Rua de S. Miguel, que seria circunscrita por uma cerca e apresentaria duas portas, uma para o Largo da Porta do Olival, e outra para as Escadas da Esnoga (hoje da Vitória).



Fig. 109 Arruamentos da Judiaria do Olival do Porto. Fonte: <http://questomjudaica.blogspot.pt/2013/12/porto.html>

<sup>191</sup> Esta foi uma das três Judiarias conhecidas do Porto, juntamente com a das Aldas (Judiaria Velha) e a de Monchique, fora de portas, em Miragaia.



Na actual Rua de S. Bento da Vitória encontramos um conjunto de casas habitadas com interesse para o nosso trabalho, que embora pese o facto de estas apresentarem características de uma cronologia mais avançada, julgamos que são exemplos que merecem ser referidos pelas razões que aludimos no subcapítulo deste trabalho dedicado às problemáticas e metodologia. A primeira é a casa com pórtico colunado com o N.P. 68 e 66, que apresenta o rés-do-chão em pedra e dois pisos superiores em taipa (Fig. 110). Além do pórtico colunado na fachada, esta casa apresenta também pano murário visível na lateral esquerda da mesma. A segunda é a casa com o N.P. 62 e 64, que além de também apresentar pano murário visível, contém um vão de entrada com formas muito semelhantes às do vão da casa da Rua de Santana e da Rua dos Mercadores, que referimos nos exemplos anteriores (Fig. 111). O nosso terceiro e último exemplo de estudo nesta rua encontra-se na casa com o N.P. 48 e 52, apresentando suportes em pedra para sobrado ao nível do 1º piso, que por sua vez ladeiam a fachada da casa e que é muito semelhante ao cenário que vamos encontrar no exemplo seguinte, em Belomonte (Fig. 112).

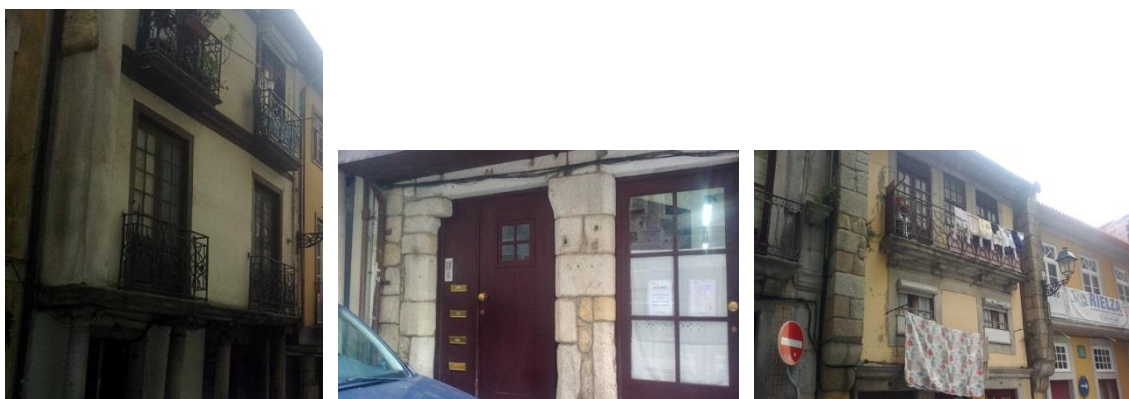


Fig. 110 Fachada da casa com o N.P. 66-68. Fig. 111 Pormenor do vão de entrada da casa com o N.P. 62-64. Fig. 112 Fachada da casa com o N.P. 48-52. Fotografias da autora.

#### 3.3.4. Rua de Belomonte

Na Rua de Belomonte, que deve o seu nome a um cruzeiro localizado no fim da rua, antes de chegar ao largo de São João Novo (padrão de Belmonte), encontramos um outro exemplo muito semelhante ao da casa com o N.P. 48 e 52 da Rua de S. Bento da Vitória, surgindo assim mais uma casa habitada, com o N.P. 90 e 92, com dois suportes pétreos, ao nível do 1º e 2º pisos, que ladeiam a fachada voltada para a Rua de Belomonte. Além disso apresenta também cachorros, possivelmente acrescentos, que rematam e ladeiam o 2º piso, sendo estes pisos superiores ao rés-do-chão em taipa. De

realçar ainda a inscrição que se encontra acima do vão de entrada principal – F. ACAMARA, indicando que a casa seria propriedade da Câmara (Fig. 114).

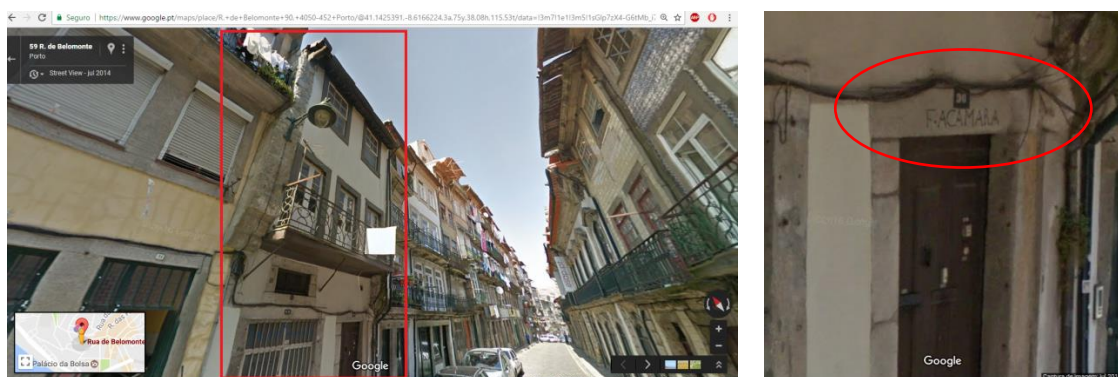


Fig. 113 Localização da casa com o N.P. 90-92 da Rua de Belomonte. Fig. 114. Pormenor da inscrição.

Fonte: [https://www.google.pt/maps/place/R.+de+Belomonte+90,+4050-452+Porto/@41.1425391,-8.6166224,3a,75y,38.22h,104.17t/data=!3m7!1e1!3m5!1sGlp7zX4-G6tMb\\_i79vGA-Q!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DGlp7zX4-G6tMb\\_i79vGA-Q%26output%3Dthumbnail%26cb\\_client%3Dmaps\\_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D62.425667%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656!4m5!3m4!1s0xd24651e1889865d:0x41251a846ca9d40e!8m2!3d41.1425973!4d-8.6165742](https://www.google.pt/maps/place/R.+de+Belomonte+90,+4050-452+Porto/@41.1425391,-8.6166224,3a,75y,38.22h,104.17t/data=!3m7!1e1!3m5!1sGlp7zX4-G6tMb_i79vGA-Q!2e0!6s%2F%2Fgeo0.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3DGlp7zX4-G6tMb_i79vGA-Q%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dmaps_sv.tactile.gps%26thumb%3D2%26w%3D203%26h%3D100%26yaw%3D62.425667%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656!4m5!3m4!1s0xd24651e1889865d:0x41251a846ca9d40e!8m2!3d41.1425973!4d-8.6165742)

### 3.3.5. Rua da Boa Nova

Chegando ao fim da lista dos exemplos de estudo do nosso trabalho, resta-nos referir um, cuja excepcionalidade face a este tema já foi referida, por este exemplo não se encontrar em contexto urbano medieval, mas sim rural, além de se encontrar fora do limite geográfico do centro histórico do Porto. Contudo, a Torre de Pedro Sem, actualmente acoplada ao Palácio dos Terenas (construção do século XVIII), constrói-se segundo o “molde” da casa-torre urbana – em lote estreito e profundo, de forma rectangular, e não de forma quadrangular, forma mais utilizada nas casas-torre do mundo rural.

Terá sido mandada construir por Pedro Sem, nobre e chanceler-mor do Rei D. Afonso IV, no século XIV, numa quinta nos arredores do burgo (conhecida como a Quinta da Boa Vista no século XV), salientando-se na paisagem pela sua volumetria, materiais e remate ameado. Na fachada voltada para a Rua Nova, a única possível de ser vista do exterior, apresenta dois pisos acima do rés-do-chão, sendo que os vãos quadrangulares do primeiro piso surgem como uma intervenção contemporânea (Fig. 116), e os dos segundo e último piso são em tudo semelhantes aos encontrados na Casa do Beco dos Redemoinhos (Fig. 117). Nesta fachada sobressai o vão de entrada ao centro, em arco apontado, e uma outra do lado direito, de forma rectangular, possivelmente aberta posteriormente, além da “malha” de cachorros que cobrem toda a

superfície exterior do edifício. Interiormente o espaço sofreu grandes remodelações, em particular no ano de 1919 quando o imóvel foi comprado pela Diocese do Porto para aí albergar o Paço Episcopal, e sabe-se que nos anos 80, o espaço sofreu mais uma renovação com vista à construção de áreas residenciais (quartos e salas), pela mão do arquitecto Abrunhosa de Brito.

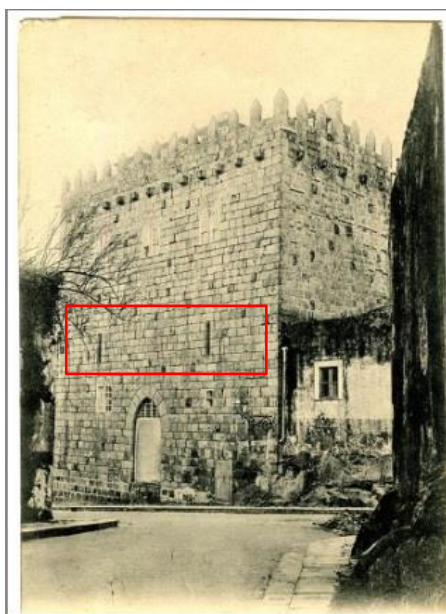


Fig. 115 Fachada da Torre de Pedro Sem, voltada para a Rua Nova. Fotografia da autora. Fig. 116 Aspecto da fachada no início do século XX, vendo-se duas frestas no lugar das janelas quadrangulares do 1º piso acima do rés-do-chão. Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/46468/?q=pedro+sem>



Fig. 117 Pormenor das janelas geminadas da Casa do Beco dos Redeminhos (interior) Fonte: <http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/625585/>. Fig. 118 Pormenor de uma das três janelas geminadas do último piso da Torre de Pedro Sem. Fotografia da autora.

Durante bastante tempo esta Torre foi chamada, erradamente, de Torre da Marca (Fig. 119) e sobre este pequeno equívoco, Magalhães Basto explica eficazmente



na sua obra *Silva de História e Arte* de meados dos anos 40 do século XX, o seguinte: *A Torre da Marca, a verdadeira, a autêntica, essa era outra que lhe ficava relativamente próxima, e que em nada se parecia com a que hoje existe e o vulgo designa pelo mesmo nome. Não se pareciam em nada – nem na forma, nem no destino. A actual [Torre de Pedro Sem] era uma casa de habitação; a que desapareceu, pouco depois do Cêrco, era uma baliza, uma verdadeira e simples “marca”, para utilidade dos navegantes do Douro*<sup>192</sup>. De facto, a construção Torre da Marca apenas teve início em 1542<sup>193</sup>, sendo destruída ao redor de 1833, sendo por isso uma construção bastante posterior face à Torre de Pedro Sem, e que apenas de deve ter proporcionado por uma questão de proximidade geográfica.

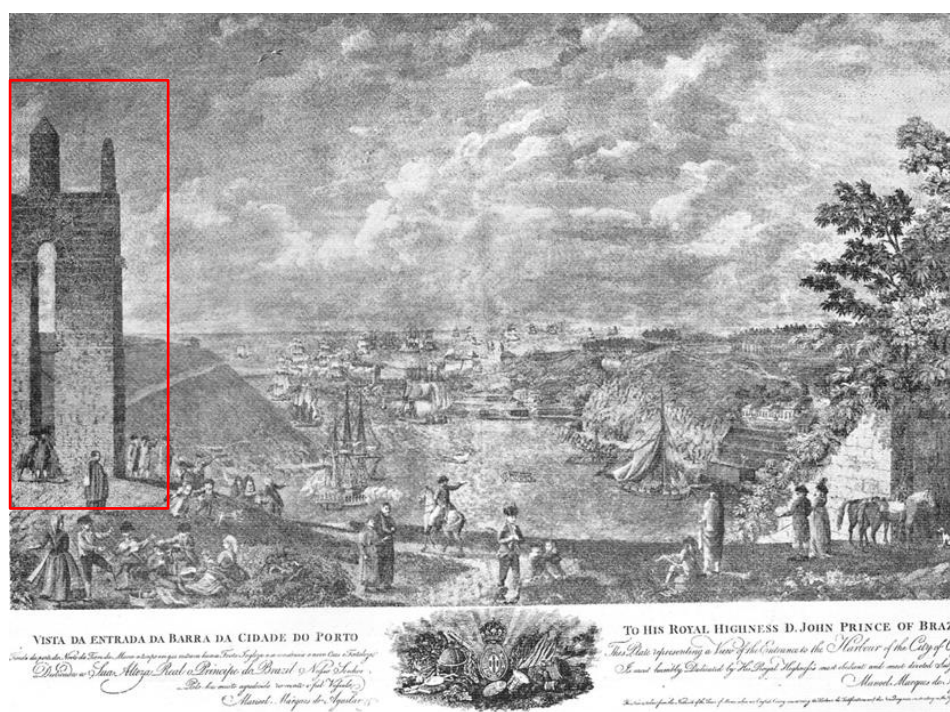


Fig. 119 Pormenor da Torre da Marca. Vista da Entrada da Barra da Cidade do Porto, de Manuel Marques de Aguiar. Séc. XVIII. Fonte: <http://portoarc.blogspot.pt/2016/02/rio-douro-barra-vi.html>

<sup>192</sup> BASTO, A. De Magalhães – *Silva de História e Arte (Notícias Portucalenses)*. Porto: Livraria Progredior, 1945. p.215

<sup>193</sup> BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Torre da Marca, entre o sonho e a realidade” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXIV, nº4, Abril de 2015. p.122. Este artigo tem início no número anterior: BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Sinalizando a estrada de água” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXIV, nº3, Março de 2015 (p.94-96)

## Capítulo IV: Comunicação e transmissão de conhecimento

### 4.1. A cidade como obra de arte: comunicar e proteger património

Chegando a esta fase do trabalho, importa fazer um pequeno exercício que ajudará a introduzir o ponto 4.2.: o entendimento da cidade actual como objecto da natureza, mas também como objecto cultural e artístico. Walter Rossa escrevia já em 2000, numa secção dedicada a “Ensaio e Provocações”<sup>194</sup>, que pensar nas questões do urbanismo era pensar nas questões da arte inconsciente da comunidade: *O urbanismo, mais que um campo pluridisciplinar do conhecimento, é uma prática colectiva. Nesta perspectiva a cidade também pode ser entendida como uma obra de arte, apesar de serem muitas as reservas que se levantam quando nos confrontamos com a sua realidade demasiado inacabada e instável (...) o carácter aberto e sempre orgânico da sua existência. Mesmo com um só enfoque, analisá-la implica fazer múltiplos cortes no tempo e não uma única contextualização histórica*<sup>195</sup>. Também Aldo Rossi havia já recorrido sobre o assunto nos anos 70 do século XX: *Como são relacionáveis os factos urbanos com as obras de arte? Todas as grandes manifestações da vida social têm em comum com a obra de arte o facto de nascerem da vida inconsciente; este nível é colectivo no primeiro caso, individual no segundo; mas a diferença é secundária porque umas são produzidas pelo público, outras para o público: é precisamente o público que lhes fornece um denominador comum*<sup>196</sup>.

Adaptando estes discursos ao nosso trabalho, e com as devidas distâncias, também os exemplos de arquitectura civil medieval que referimos podem ser entendidos como construções urbanas da “vida inconsciente” da população que habitou o Porto medieval. Tomemos então a definição de “vida inconsciente” como o carácter prático e de necessidade que as populações locais apresentam na sua forma mais básica - a construção de habitações e espaços de administração para o normal funcionamento de uma cidade. E estas mesmas construções, ainda que não nos pareça totalmente exacto chamar-lhes património vernáculo, apresentam, contudo, características relacionadas com este. Além de não serem criações de um só arquitecto, são construções que se vão

---

<sup>194</sup> ROSSA, Walter – *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

<sup>195</sup> Idem, *Ibidem*. p.194

<sup>196</sup> ROSSI, ALDO – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977. p.39

criando consoante as necessidades e adoptando formas que se tornam vernaculares, no sentido em que exprimem uma comunhão de formas e técnicas semelhantes entre elas, no tempo e no espaço. Vejamos: *O património construído vernáculo ou tradicional suscita a afeição e o orgulho de todos os povos. Reconhecido como uma criação característica e genuína da sociedade, manifesta-se de forma aparentemente irregular, embora possua uma lógica própria. É utilitário e, ao mesmo tempo, interessante e belo. Reflecte a vida contemporânea e é, simultaneamente, um testemunho da História da sociedade. Apesar de ser obra do Homem, é também uma criação do tempo*<sup>197</sup>.

Assim, seguindo este raciocínio, surge a necessidade de proteger este tipo de construções que consideramos património e uma expressão artística da própria cidade (ela própria obra de arte), como Argan já havia escrito: (...) *ela [a cidade] não é apenas (...) um invólucro ou uma concentração de produtos artísticos, mas um produto artístico ela mesma*<sup>198</sup>. Tendo em conta que para proteger é necessário conhecer, o nosso trabalho e em particular o nosso produto final, apresenta-se como uma ferramenta que pode ajudar nesse campo. Reforçando a importância deste tipo de construções e elementos remanescentes que estudamos, importa referir ainda que a noção de monumento enquanto património não se limita às grandes construções arquitectónicas de um determinado período histórico, facto aliás presente na “Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos”: *A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada bem como o sítio rural ou urbano que testemunhe uma civilização particular, uma evolução significativa ou um acontecimento histórico. Essa noção estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com o tempo um significado cultural*<sup>199</sup>. Os nossos exemplos não serão monumentos históricos *per si*, mas apresentam claramente um carácter e significado cultural adquirido e reforçado com o passar do tempo. Estas questões lançam assim a procura de um formato, público e objectivo, relativamente à divulgação patrimonial dos nossos exemplos, que de seguida explicamos, bem como as directrizes e intenções que basearam todo o processo.

---

<sup>197</sup> Definição encontrada na Introdução da “Carta sobre o Património Construído Vernáculo”, ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999.

<sup>198</sup> ARGAN, Giulio Carlo – *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Ltda, 1989. p.73

<sup>199</sup> Artigo 1º das Definições da “Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos”, Veneza, 25 a 31 de Maio de 1964.



## 4.2. Um Guia de Arquitectura Civil Medieval na Cidade do Porto

### 4.2.1. Produto final – processo criativo

Passadas as fases de estruturação, pesquisa, investigação e análise dos exemplos de estudo (Quadro 1), explanadas ao longo dos capítulos anteriores, seguiu-se para a fase de elaboração do produto final, com duas vertentes adiante definidas. O processo criativo do produto final que agora explicamos em detalhe, guiou-se ele próprio por três questões/directrizes gerais, a saber:

1. Escolha do público-alvo e adaptação do discurso ao mesmo;
2. Relação da comunidade com o património que nos propomos a estudar – património nem sempre visível, não “imediato” e não necessariamente turístico;
3. Contributo do produto – como uma forma de educação e sensibilização patrimonial para a comunidade (e num segundo plano, para quem não pertence a esta, mas visita a cidade), e como um registo organizado dos vários exemplos.

	Out.16	Nov.16	Dez.16	Jan.17	Fev.17	Mar.17	Abr.17	Mai.17	Jun.17
Duração do estágio curricular	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estruturação do projecto	-	-	-						
Pesquisa <i>in loco</i>			-	-	-				
Pesquisa bibliográfica			-	-	-	-	-		
Análise de relatórios (trabalhos arqueológicos)					-	-	-		
Redacção do relatório					-	-	-	-	-
Criação do produto final: duas vertentes								-	-

Quadro 1. Organização do trabalho: divisão de tarefas por mês.

Em relação ao primeiro ponto, tomemos como base a caracterização dos vários níveis de público-alvo, explanado no “Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural”<sup>200</sup>, enquadrando-se assim o nosso trabalho num nível intermédio

<sup>200</sup> FIGUEIRA, Luís Mota – *Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013. p.26

entre o segundo e o terceiro nível, procurando conceber um produto de divulgação, mas com espaço para o aprofundamento de conhecimentos:

- primeiro nível, de **Iniciação**, destinado a públicos pouco relacionados com o objecto de visita e capazes de lidar com um nível de complexidade básica (correspondente, comparativamente até ao 9º ano de escolaridade ou equivalente);
- segundo nível, de **Divulgação**, correspondendo a uma apresentação e interpretação para públicos com capacidade para acolherem a complexidade média na abordagem ao objecto de visita (que corresponde até ao 12º ano ou equivalente);
- terceiro nível, de **Aprofundamento**, destinado a públicos com formação superior ou equivalente, procurando responder a necessidades de uma interpretação mais profunda e detalhada (que corresponde a licenciados, pós-graduados, e auto-didactas com aptidões equivalentes a estes níveis de formação académica);
- quarto nível, de **Investigação**, que se focará nos públicos científicos e técnicos que operam nos domínios onde os objectos de visita se poderão contextualizar, destinado a ilustrar certos aspectos mais específicos e profundos (que toma corpo no que podemos designar por visitas técnico-científica sem sede de I&D16).

Sobre o segundo e terceiro pontos, é importante referir desde logo as zonas da cidade onde se encontraram os exemplos de estudo, bem como a percentagem que estes ocupam no total. A zona da Sé apresenta a grande fatia do total dos exemplos que nos propomos a estudar, logo seguida pela zona ribeirinha, terminando com as outras localizações, com pouco mais de 20%.

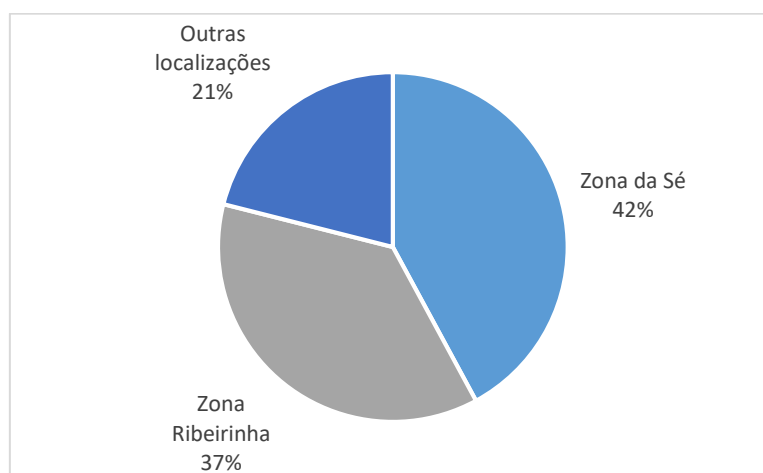


Gráfico 1. Distribuição percentual do total dos objectos de estudo por zonas, dentro dos limites do centro histórico.

As três zonas referidas no gráfico acima funcionam, actualmente, como um “laboratório a céu aberto”, com reabilitações de edifícios e novas construções a acontecerem todos os dias. No entanto, parece-nos importante, mais uma vez, aludir à ligação comunidade local e património, sensibilizando a primeira para o segundo<sup>201</sup>. Assim, e como o mundo virtual é também, e cada vez mais, terreno de divulgação de informação que se quer séria e eficaz, optámos por, além das 38 fichas de inventário que formam o guia em si e que se encontram definidas no ponto 4.2.2., criar também um catálogo *online* com esses mesmos 38 exemplos, com informação mais concentrada, mas não perdendo as linhas gerais que orientam e definem o trabalho escrito. Pretende-se assim produzir e transmitir conhecimento, dando o nosso contributo em três frentes:

a) Relatório de projecto – trabalho mais descritivo, exaustivo e metodológico, de teor académico;

b) Fichas de inventário – trabalho com uma abordagem mais técnica e resumida, de compreensão fácil, mas que exige algum grau de conhecimento prévio na matéria, de teor de divulgação mas com fundamentação académica;

c) Catálogo *online* – trabalho numa plataforma virtual por forma a chegar a mais público, com informação mais concentrada e menos descritiva, de teor de divulgação.

#### 4.2.2. Produto final – proposta

Para dar forma ao produto final, este tomou duas formas ou vertentes, como já referimos anteriormente: Fichas de Inventário e Catálogo *Online*. A primeira passou pela criação de 38 fichas, uma para cada exemplo estudado, baseadas no KIT DO PATRIMÓNIO 0.1<sup>202</sup>, que se define da seguinte forma: *KITS – Património é, justamente, uma colecção de guias práticos de nível básico sobre inventariação de património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, assim como de outro tipo de património cultural de algum modo àquele associado*. Estas fichas, com 13 tópicos a desenvolver de forma breve e esquemática, são apresentadas de seguida<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> De referir a “Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade”, assinada em Faro em Outubro de 2005, e que aludia já à importância desta ligação.

<sup>202</sup> VIEIRA, João (coord. de); LACERDA, Manuel (coord. de) – *Património Arquitectónico – Geral: KIT01*, versão 2.0, documento definitivo. Colecção KITS – Património, IHRU/IGESPAR 2010.

<sup>203</sup> Para uma total compreensão destas fichas de inventário é necessária a consulta de todo o relatório escrito, bem como das fontes de informação que se referem previamente. As imagens de cada exemplo, visto serem mostradas no Capítulo III e no catálogo *online*, não são evidenciadas neste formato.

<b>a) N° Ficha</b>	1
<b>b) Designação</b>	Casa do Beco dos Redemoinhos.
<b>c) Localização</b>	Beco dos Redemoinhos (arruamento imediatamente atrás da Sé).
<b>d) Acesso</b>	Condicionado (beco actualmente fechado)
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Séc. XIV/XV (conjectural).
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional; duas mísulas de cunho oblíquo que ladeiam o 1º nível da fachada, tendo uma delas pelo menos, representação de face humana; possível fecho de um vão de iluminação ou entrada ao nível do rés-do-chão, do lado direito da fachada; portal de entrada elevado; acrescentos modernos: janela central do 2º nível da fachada e janela que ladeia o portal de entrada.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Sem informação.
<b>k) Estado de conservação</b>	Em ruína.
<b>l) Documentação</b>	<i>Livro dos Originais</i> , Cartº Cabido, 1666(8), fl. 35 e <i>Livro dos Prazos</i> , Cartº Cabido, nº511, fl. 144v-145.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	2
<b>b) Designação</b>	Casa N° 5 da Rua de D. Hugo.
<b>c) Localização</b>	Rua de D. Hugo, N.P.5.
<b>d) Acesso</b>	Livre, mediante marcação (através do email: museuguerajunqueiro@cm-porto.pt)
<b>e) Protecção</b>	Incluída no Centro Histórico da Cidade do Porto e na Zona Histórica da Cidade do Porto.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval, Moderna e Contemporânea.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Fachada gótica (invertida), que conserva um vão de entrada e um vão de iluminação.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Sede de associação (Arqueossítio).
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	<i>Plantas de Casas</i> , Livro 45, fl. 29-31.
<b>m) Observações</b>	Local de escavações: 20 camadas arqueológicas, com ruínas arquitectónicas e de objectos, desde os séculos IV e III a.C. Comprovação da existência de um castro proto-histórico, de ocupação romana e alti-medieval.

<b>a) Nº Ficha</b>	3
<b>b) Designação</b>	Dois vãos de entrada
<b>c) Localização</b>	Rua de D. Hugo, s/n.
<b>d) Acesso</b>	Livre, junto a caminho público.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Dois possíveis vãos de entrada entaipados, com arcos de volta perfeita, lado a lado, actualmente caiados.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Sem informação.
<b>j) Utilização actual</b>	Sem informação.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado, embora o lote que os acolha esteja vazio e aparentemente ao abandono.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) Nº Ficha</b>	4
<b>b) Designação</b>	Casa Nº 38 da Rua de Penaventosa.
<b>c) Localização</b>	Rua da Penaventosa, N.P. 36 a 40.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Contemporânea.
<b>g) Descrição</b>	Casa que apresenta da fachada voltada para a Rua da Penaventosa, um vão de entrada em arco apontado.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	António Moura (séc. XX)
<b>i) Utilização inicial</b>	Açougues do Povo (?)
<b>j) Utilização actual</b>	Sede de associação e habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Processos de obras do C.R.U.A.R.B, Guia 8/2007, Pastas 1, 2 e 3.
<b>m) Observações</b>	Edifício alvo de reabilitação por parte do CRUARB em 1988, pela mão do arquitecto António Moura.

<b>a) Nº Ficha</b>	5
<b>b) Designação</b>	Casa com o N.P. 73 e 73 A da Rua de Penaventosa.
<b>c) Localização</b>	Rua da Penaventosa, N.P. 73 e 73 A.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Contemporânea (conjecturais).
<b>g) Descrição</b>	Dois níveis de pano murário visível: do rés-do-chão e outro parcialmente soterrado, possivelmente pano de muralha primitiva.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.

<b>h) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>i) Utilização actual</b>	Nenhuma.
<b>j) Estado de conservação</b>	Em ruína.
<b>k) Documentação</b>	Sem informação.
<b>l) Observações</b>	Escavações no quarteirão da bainharia referem este lote e o lateral direito. Possível construção de casas sobre a muralha, nesta zona.

<b>a) N° Ficha</b>	6
<b>b) Designação</b>	<i>Torre da Rolaçam</i> /Antiga Casa da Câmara
<b>c) Localização</b>	Rua de S. Sebastião, s/n.
<b>d) Acesso</b>	Livre.
<b>e) Protecção</b>	Incluída na Zona Histórica da Cidade do Porto, no Centro Histórico da Cidade do Porto, e na Zona de Protecção da Sé do Porto.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval (séc. XV), Moderna e Contemporânea (2002).
<b>g) Descrição</b>	Tipologia administrativa. Conserva paredes exteriores, lajeado, e dois vão de entrada em arco apontado do período medieval.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Fernando Távora (Séc. XXI)
<b>i) Utilização inicial</b>	Casa da Câmara.
<b>j) Utilização actual</b>	Posto de Turismo.
<b>k) Estado de conservação</b>	Ruína consolidada com projecto contemporâneo no seu interior.
<b>l) Documentação</b>	<i>Vereações.</i>
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	7
<b>b) Designação</b>	Lote medieval na Rua Escura.
<b>c) Localização</b>	N.P. 20 e 22 da Rua Escura.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Suporte pétreo para sobrado na lateral esquerda da fachada. Casa em lote medieval.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Nenhuma.
<b>k) Estado de conservação</b>	Lote entaipado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	8
<b>b) Designação</b>	Torre de Pedro Pitões/Torre da Cidade.



<b>c) Localização</b>	Calçada de Pedro Pitões, N.P. 15.
<b>d) Acesso</b>	Livre.
<b>e) Protecção</b>	Incluída no Centro Histórico da Cidade do Porto, na Zona Histórica da Cidade do Porto, na Zona de Protecção da Sé do Porto e do Paço Episcopal do Porto.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Contemporânea (século XX), com possível reaproveitamento de material medieval.
<b>g) Descrição</b>	Casa-torre revivalista.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Rogério de Azevedo (séc. XX).
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Posto de Turismo.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	-
<b>m) Observações</b>	Descoberta nos trabalhos de demolição do Terreiro da Sé e reconstruída totalmente nos anos 40 do séc. XX. Deslocação do local primitivo, cerca de 5 metros.

<b>a) Nº Ficha</b>	9
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua dos Pelames.
<b>c) Localização</b>	Cruzamento da Rua dos Pelames com a Travessa do Souto, N.P. 55.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas vista da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval (conjectural) e Contemporânea.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa em lote medieval, com base assente em pano murário visível e pisos superiores em taipa. Apresenta um vão de entrada rectangular na fachada principal.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Edifício localizado na zona de curtição de peles na época medieval.

<b>a) Nº Ficha</b>	10
<b>b) Designação</b>	Conjunto de duas casas em lotes medievais, com vãos em chanfro, na Rua do Souto.
<b>c) Localização</b>	Rua do Souto, N.P. 15 e 17 e N.P. 11 e 13
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Dois lotes medievais com dois vãos de entrada cada, em chanfre. Pisos

	superiores em taipa.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) Nº Ficha</b>	11
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua do Souto com pano murário visível I.
<b>c) Localização</b>	Rua do Souto, N.P. 16 e 18
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Vestígio de pano murário visível na fachada, em lote medieval.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Nenhuma.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) Nº Ficha</b>	12
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua do Souto com pano murário visível II.
<b>c) Localização</b>	Rua do Souto, N.P. 23 e 25.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Vestígio de pano murário visível na fachada, em lote medieval.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Nenhuma.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional (conjectural)
<b>k) Estado de conservação</b>	Mau estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Lote entaipado.

<b>a) Nº Ficha</b>	13
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua de Santana.
<b>c) Localização</b>	Rua de Santana, N.P. 47.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Moderna (conjecturais).

<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa com várias camadas de pano murário visível. Dois pisos superiores em taipa, desnivelados. Portal recortado, possivelmente quinhentista, parcial.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Parte de casas desta rua assentes em pano de muralha românica.

<b>a) N° Ficha</b>	14
<b>b) Designação</b>	Vestígios deslocados na casa da Rua de Santana.
<b>c) Localização</b>	Rua de Santana, N.P. 33 e 35.
<b>d) Acesso</b>	Livre (numa parede exterior voltada para a Rua de Santana).
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Elementos remanescentes. Vestígios possivelmente deslocados, colocados na parede da casa anterior, mas com um diferente número de porta. Possíveis aduelas (?)
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Decorativa (?)
<b>j) Utilização actual</b>	Parte de pano murário.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	15
<b>b) Designação</b>	Nicho de Santana.
<b>c) Localização</b>	Rua de Santana, N.P. 37 e 39.
<b>d) Acesso</b>	Livre.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Contemporâneo.
<b>g) Descrição</b>	Elemento remanescente, inserido em casa. Localização junto a porta de muralha românica.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Devocional e defensiva.
<b>j) Utilização actual</b>	Devocional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	16
<b>b) Designação</b>	Conjunto de casas na Rua da Bainharia.
<b>c) Localização</b>	Rua da Bainharia, N.P. 50 e 51, 44 e 42, 40 e 38.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Conjunto de casas que partilham vestígios de suporte em pedra, entre elas. Casas em lotes aparentemente medievais.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional e comercial.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	17
<b>b) Designação</b>	Casa com portal de entrada da Rua dos Mercadores.
<b>c) Localização</b>	Rua dos Mercadores, N.P. 184 e 186.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas portal visto da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Dois vãos de entrada com moldura possivelmente quinhentista. Semelhança com o portal de entrada da casa com o N.P. 62 e 64 da Rua de S. Bento da Vitória e da casa com o N.P. 47 da Rua de Santana.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional (conjectural).
<b>j) Utilização actual</b>	Nenhuma.
<b>k) Estado de conservação</b>	Mau.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Lote onde se encontra o portal actualmente entaipado.

<b>a) N° Ficha</b>	18
<b>b) Designação</b>	Casa com pano murário visível da Rua dos Meradores.
<b>c) Localização</b>	Rua dos Mercadores, N.P. 162 e 164.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa em lote aparentemente medieval, com pano murário visível do lado direito da fachada. Pisos superiores ao rés-do-chão em taipa.

<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	19
<b>b) Designação</b>	Casa-torre da Rua dos Mercadores
<b>c) Localização</b>	Rua dos Mercadores, N.P. 156 e 158.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado (em obras de reabilitação) mas alguns aspectos vistos da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Contemporânea (séc. XIX e XXI)
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa-torre actualmente em obras de recuperação, com pano murário visível na fachada.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Nenhuma (em obras).
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	<i>Livro das Plantas de Casas</i> , nº35, pág.193.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	20
<b>b) Designação</b>	Casa-torre da Rua da Reboleira I.
<b>c) Localização</b>	Rua da Reboleira, N.P. 59.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas alguns elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Incluída na Zona Histórica da Cidade do Porto e no Centro Histórico da Cidade do Porto.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval, Moderna e Contemporânea (Lar).
<b>g) Descrição</b>	Torre em granito rematada com merlões. Vestígios medievais em maior número na fachada voltada à Rua do Outeirinho (vãos de iluminação e pano murário). Vários acrescentos modernos.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	António Moura (renovação do espaço para conversão em Lar em 1997).
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Assistencial (Lar).
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Processos de obras do CRUAR, AHMP.
<b>m) Observações</b>	Foi propriedade de <i>Pedrossem</i> , mercador que habitou a cidade do Porto no período moderno.



<b>a) N° Ficha</b>	21
<b>b) Designação</b>	Casa-torre da Rua da Reboleira II.
<b>c) Localização</b>	Rua da Reboleira, N.P. 55.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas com vestígios visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Incluída na Zona Histórica da Cidade do Porto e no Centro Histórico da Cidade do Porto
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Moderna.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Arcos góticos ao nível do rés-do-chão, mas níveis superiores e remate do edifício com merlões, provavelmente do séc. XVII.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Sem informação.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem documentação.
<b>m) Observações</b>	Foi propriedade do “Lobo da Reboleira”.

<b>a) N° Ficha</b>	22
<b>b) Designação</b>	Casa-torre da Rua de Baixo.
<b>c) Localização</b>	Rua de Baixo, N.P. 5
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval, séc. XIII (conjectural) e Moderna.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Edifício com cinco pisos e fachadas para ambas as ruas. Portal de acesso elevado, voltado para a Rua de Baixo. Possível acrescento de mísulas nas duas fachadas e reconstrução de vãos no período moderno.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Sem informação.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	23
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua da Fonte Taurina I.
<b>c) Localização</b>	Rua da Fonte Taurina, N.P. 18.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Pano murário visível que ladeia a fachada voltada para a Rua da Fonte Taurina. Suporte para sobrado em pedra que dá a volta o lote (do lado voltado para o Postigo do Carvão). 3 pisos superiores ao rés-do-chão em

	taipa.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) Nº Ficha</b>	24
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua da Fonte Taurina II.
<b>c) Localização</b>	Passeio do Cais da Ribeira, N.P. 44 B
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa com suporte pétreo ao nível do 2º piso, nas laterais da fachada voltada para o Postigo do Carvão. Vão de entrada em arco de volta perfeita, junto ao Postigo do Carvão.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) Nº Ficha</b>	25
<b>b) Designação</b>	Casa voltada para a Rua da Lada.
<b>c) Localização</b>	Travessa do Barredo, N.P. 2.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa com pano murário visível do lado esquerdo da fachada. Cachorros junto às janelas do 1º piso. 2º e 3º pisos em taipa.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional e comercial.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) Nº Ficha</b>	26
<b>b) Designação</b>	Espaços do Hotel Carris.
<b>c) Localização</b>	Rua do Infante D. Henrique, N.P. 1
<b>d) Acesso</b>	Condicionado.

<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval, Moderna e Contemporânea.
<b>g) Descrição</b>	Encontradas fundações de duas casas-torre, uma no interior do estabelecimento hoteleiro (desaparecida) e uma segunda no actual espaço do restaurante (visível parcialmente na sala de refeições). Lajeados e pano murário.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional (conjectural).
<b>j) Utilização actual</b>	Hoteleira e comercial.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Neste conjunto de lotes encontram-se enúmeros vestígios de várias épocas: Romana, Medieval, Moderna e Contemporânea (renovação do espaço para albergar o hotel). Inseridos dentro do denominado “quarteirão régio”.

<b>a) N° Ficha</b>	27
<b>b) Designação</b>	Vãos no interior do Hostel BlueSocks.
<b>c) Localização</b>	Rua do Clube Fluvial Portuense, N.P. 15.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval, Moderno e Contemporâneo.
<b>g) Descrição</b>	Vão de entrada em arco apontado e pano murário com pelo menos uma marca de pedreiro. Possível relação com a casa-torre de João Martins Ferreira.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional (conjectural).
<b>j) Utilização actual</b>	Hoteleira.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	28
<b>b) Designação</b>	Antiga Bolsa dos Comerciantes.
<b>c) Localização</b>	Rua do Infante D. Henrique, N.P. 47 e 53.
<b>d) Acesso</b>	Livre.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Moderna.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia administrativa. Apresenta pano murário visível no interior do lote. Várias marcas de pedreiro. Abertura posterior de uma ligação subterrânea à Casa da Moeda.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Administrativa.

<b>j) Utilização actual</b>	Comercial.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	29
<b>b) Designação</b>	Casa do Infante.
<b>c) Localização</b>	Rua da Alfândega, N.P. 10
<b>d) Acesso</b>	Livre.
<b>e) Protecção</b>	Monumento Nacional.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval (séc. XIV), Moderno (Séc. XVIII) e Contemporâneo (séc. XX e XXI).
<b>g) Descrição</b>	Casa do Infante/ Armazém Régio/ Casa da Moeda (complexo de edifícios). Tipologia habitacional e administrativa. Edifício primitivo possivelmente com duas torres desniveladas com um pátio ao meio. Janela gótica da torre norte, visível e voltada para o que é agora o interior do banco BPI na Rua Infante D. Henrique.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	João Eanes Melacho, séc. XIV ( <i>mestre</i> )
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional e Administrativa.
<b>j) Utilização actual</b>	Sede de diversos serviços da cidade do Porto: Museu, Arquivo Histórico, Biblioteca de Assuntos Portuenses, Sala da Memória, Sala de Espectáculos e Auditório.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	A.H.M.P.
<b>m) Observações</b>	Escavação arqueológica de 1991 neste espaço revelou vestígios de ocupação romana, séc. IV e V.

<b>a) N° Ficha</b>	30
<b>b) Designação</b>	Escola das Escadas do Recanto
<b>c) Localização</b>	Escadas do Recanto, s/n.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis do exterior.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval (conjectural), Moderna (conjectural) e Contemporânea.
<b>g) Descrição</b>	Apresenta duas fachadas principais, uma voltada para a Calçada do Forno Velho e outra para a Rua Nova da Alfândega. Fachada do Forno Velho: um vão de entrada em arco apontado + três vãos de iluminação. Fachada da Rua Nova da Alfândega: dois vãos de entrada, um em arco apontado semelhante ao da outra fachada, e outro com padieira tripartida +

	três níveis de vãos de iluminação (2+2+1) Janelas do 2º piso da fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega apresentam “remendos” e possível cunho quinhentista. 3º piso desta fachada com material trabalhado de forma ligeiramente diferente.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional (conjectural).
<b>j) Utilização actual</b>	Escolar.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	31
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua Chã.
<b>c) Localização</b>	Rua Chã, N.P. 87 e 89.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval e Moderna (conjecturais).
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Edifício com a fachada voltada para um pátio interior e não para a Rua Chã. Esta fachada apresenta um portal em arco apontado ladeado por uma janela “namoradeira”, ao nível do actual rés-do-chão. Ao nível do 1º piso a fachada apresenta, ao centro, um vão de iluminação com varanda, possivelmente moderno. No interior do 1º piso há a existência de um armário embutido e de o que poderá ser parte de um forno. Numa das paredes interiores existe ainda um possível frontal, não datado.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional (conjectural).
<b>j) Utilização actual</b>	Hoteleira (no futuro).
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Possível casa reconstruída em pedra após incêndio do séc. XIV.

<b>a) N° Ficha</b>	32
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua dos Caldeireiros I.
<b>c) Localização</b>	Rua dos Caldeireiros, N.P. 69 e 71.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elemento visível da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Pano murário visível na fachada (coberto com tinta), em lote medieval.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.



<b>i) Utilização inicial</b>	Haitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado (recentemente renovada).
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	33
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua dos Caldeireiros II.
<b>c) Localização</b>	Rua dos Caldeireiros, N.P. 250 e 252.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos vistos da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Sem informação.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa em lote medieval com três pisos em resalto e em taipa.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	34
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua de S. Bento da Vitória I.
<b>c) Localização</b>	Rua de S. Bento da Vitória, N.P. 66 e 68.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Séc. XVI (conjectural).
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa com rés-do-chão em pedra com dois pisos superiores em taipa. Pórtico colunado na fachada e pano murário visível na lateral esquerda.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	35
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua de S. Bento da Vitória II.
<b>c) Localização</b>	Rua de S. Bento da Vitória, N.P. 62 e 64.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Séc. XVI (conjectural)
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Vão de entrada ao nível do rés-do-chão recortado e pano murário visível

	do lado direito da fachada.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Semelhança da forma do portal de entrada com outros encontrados em duas casas, uma na Rua de Santana e outra na Rua dos Mercadores.

<b>a) N° Ficha</b>	36
<b>b) Designação</b>	Casa da Rua de S. Bento da Vitória III.
<b>c) Localização</b>	Rua de S. Bento da Vitória, N.P. 48 e 52.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Séc. XVI (conjectural).
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Suportes em pedra para sobrados, ao nível do 1º piso, que ladeiam a fachada da casa.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Semelhança da disposição e forma dos suportes pétreos desta casa, com os suportes da casa de Belomonte.

<b>a) N° Ficha</b>	37
<b>b) Designação</b>	Casa de Belomonte.
<b>c) Localização</b>	Rua de Belomonte, N.P. 90 e 92.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Sem informação.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Séc. XVI (conjectural).
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional. Casa com suportes pétreos a ladear a fachada, ao nível do 2º e 3º pisos. Cachorros a rematar e ladear o 3º piso. Pisos superiores ao rés-do-chão salientes e em taipa.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Sem informação.
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional.
<b>k) Estado de conservação</b>	Razoável.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	-

<b>a) N° Ficha</b>	38
<b>b) Designação</b>	Torre de Pedro Sem/ do Palácio dos Terenas.
<b>c) Localização</b>	Rua da Boa Nova.
<b>d) Acesso</b>	Condicionado, mas alguns elementos visíveis da rua.
<b>e) Protecção</b>	Monumento Nacional.
<b>f) Época(s) de construção</b>	Medieval, Moderna e Contemporânea.
<b>g) Descrição</b>	Tipologia habitacional, em contexto rural, associado a uma quinta. Casa-torre com ameias, cachorros que cobrem todo o seu pano murário.
<b>h) Arquitecto/Construtor</b>	Pedro Sem (séc. XIV) e Abrunhosa de Brito (renovação do espaço no séc. XX).
<b>i) Utilização inicial</b>	Habitacional.
<b>j) Utilização actual</b>	Habitacional e administrativa.
<b>k) Estado de conservação</b>	Bom estado.
<b>l) Documentação</b>	Sem informação.
<b>m) Observações</b>	Esta torre nada tem a ver com a Torre da Marca, tratando-se esta última de uma outra construção nas proximidades da Torre de Pedro Sem.

A segunda vertente passou pela criação de um catálogo<sup>204</sup> *online*, acessível através do seguinte *link*: <http://arquitectura-civil-medieval-na-cidade-do-porto-catalogo.webnode.pt/>. A organização do mesmo divide-se em cinco separadores principais, reaproveitando e adaptando os conteúdos anteriormente produzidos neste trabalho escrito:

- *O Projecto*, onde se faz um breve contexto do projecto de mestrado, refere-se a sua missão, a localização no tempo e espaço, as maiores dificuldades encontradas ao longo do trabalho, os formatos nos quais este projecto se apresenta (relatório, fichas de inventário e o catálogo, salvaguardando a ideia de que este último que se apresenta em formato virtual é apenas parte do total do trabalho desenvolvido), deixando ainda espaço para uma futura disponibilização deste trabalho na íntegra, se assim se justificar (Fig. 120). Este será o separador onde o utilizador encontrará mais texto, contudo, e estando conscientes de que esta parte poderá ser um pouco extensa, torna-se importante abordar as seis questões explanadas, para que se consiga proporcionar uma compreensão total do projecto.

<sup>204</sup> Lista ou relação metódica de coisas (ou pessoas) com breve informação a seu respeito. "Catálogo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/cat%C3%A1logo> [consultado em 06-06-2017].

- *O Catálogo*, onde se introduz a ideia da permanência da construção medieval na cidade do Porto e seguidamente se enumeram os 38 exemplos<sup>205</sup> (Fig. 121). Além da informação sobre o exemplo de estudo e o arruamento onde este se encontra, introduzem-se ainda pequenas curiosidades relacionadas com os mesmos (*Sabia que?*) (Fig. 122), numa tentativa de captar a atenção do utilizador e dinamizar o próprio conteúdo exposto. Através deste separador acede-se aos separadores seguintes, onde os exemplos são apresentados em vagas de três, para um acesso mais facilitado, intuitivo, e não cansativo<sup>206</sup> (Fig. 123).

- *Glossário*, com os termos e definições presentes no Apêndice I deste trabalho, por forma a tornar mais clara alguma linguagem de teor mais técnico e/ou descritiva que possa ter sido utilizada (Fig. 124).

- *Recursos de Pesquisa*, semelhante ao exposto neste trabalho escrito nas Fontes, Bibliografia e Recursos *Online*, com o material utilizado para a realização do mesmo, indicando também ao utilizador material que pode ser consultado a título pessoal, caso o tema lhe interesse e procure aprofundar os seus próprios conhecimentos (Fig. 125).

- *Contactos*, convidando o utilizador a colocar questões a quem produz o *site*, mas também a fornecer informações pertinentes no que ao tema da arquitectura civil medieval diz respeito, contribuindo para a manutenção e melhoramento da plataforma (Fig. 126).



Fig. 120 Separador de Apresentação do Projecto.

<sup>205</sup> As imagens utilizadas no catálogo *online* serão, futuramente, actualizadas, já que estas foram captadas em contexto de trabalho de campo pelo que, por vezes, se apresentam com fraca qualidade.

<sup>206</sup> Nem todos os exemplos apresentam um mapa próprio com a sua localização na cidade, como acontece com os nº 1 a 3 do Catálogo. Assumindo-se que este formato é um *work in progress*, a intenção será a de completar este aspecto no futuro, de forma a clarificar a posição geográfica dos nossos objectos de estudo.



Fig. 121 Separador da introdução ao Catálogo.

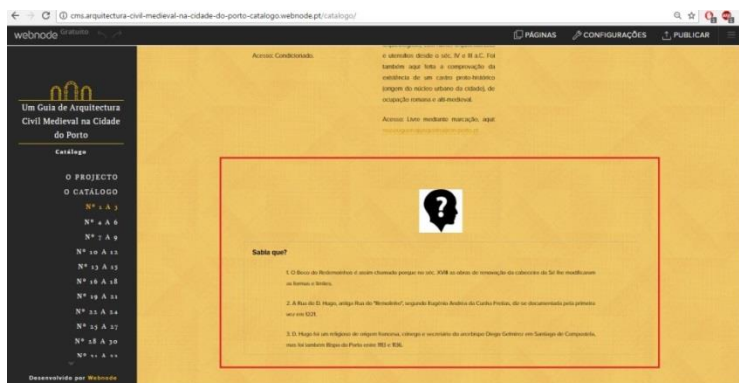


Fig. 122 Pormenor das três curiosidades (Sabia que?) relativas aos exemplos da Rua de D. Hugo.



Fig. 123 Organização dos três primeiros exemplos de estudo.



Fig. 124 Separador do Glossário.



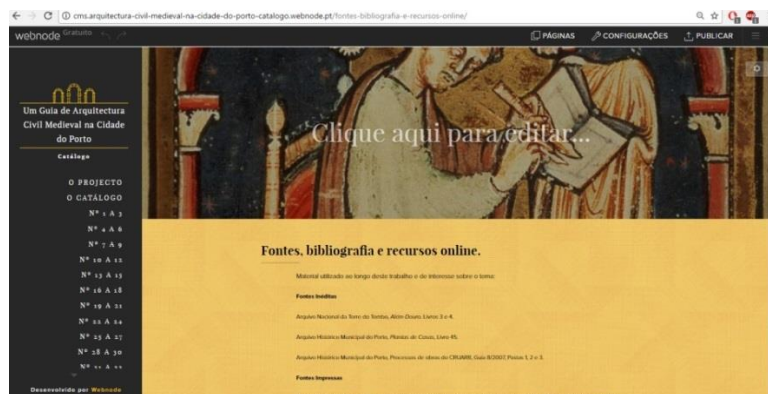


Fig. 125 Separador das Fontes, Bibliografia e Recursos *online*.



Fig. 126 Separador dos Contactos.

Em relação ao aspecto do próprio catálogo *online*, procurou-se criar uma plataforma com conteúdos simples, tentando sempre que possível, reduzir o volume de texto e apostar nas imagens, tanto as que encabeçam os separadores principais, como as que retratam os exemplos do catálogo – as fotografias de cada exemplo de estudo encontram-se a preto e branco, numa tentativa de chamar a atenção para os elementos referidos no texto que as descreve. As cores, semelhantes em todos os separadores, foram escolhidas de forma a criar um certo contraste visual, mas de contornos suaves, oferecendo também uma linha de continuidade cromática, conseguida pelos amarelos-torrados, brancos e cinzas. Importa ainda referir que este trabalho, no seu todo, mas em particular o desenvolvido na plataforma virtual, não é um projecto acabado e muito nos agradaria continuar com o mesmo no futuro, melhorando e actualizando os conteúdos que foram introduzidos até à data<sup>207</sup>.

<sup>207</sup> Estamos em crer que o Glossário, por exemplo, resultará melhor se for ilustrado. Devido aos termos específicos, a sua ilustração passará, possivelmente, por desenhos e esquemas feitos por nós, o que levará o seu tempo a concretizar, mas poderá ser algo a desenvolver num futuro próximo.

## Considerações finais

A arquitectura que observamos hoje, como forma de arte que se pratica, ocupa e vive, será sempre uma forma de olhar para o passado. O caso da cidade do Porto não é diferente, e aqui a memória do período em que a identidade do burgo portugalense se define é ainda bastante notória, e também parte fundamental na manutenção do carácter de uma urbe em permanente mutação. O risco, calculado, que se corre ao enumerar os trinta e oito exemplos de estudo de arquitectura civil medieval no Porto reafirma isso mesmo, e reforça a ideia da permanência da construção medieval, da sua transformação, e da sua adaptação a espaços de cronologias posteriores. Este trabalho não se esgota no lote de exemplos aqui apontado. O número de existências semelhantes será muito superior, persistindo muitos deles ocultos aos olhos de especialistas, habitantes e visitantes.

Vivemos um período particularmente interessante: a renovação massiva que o coração do Porto está a atravessar representa, em simultâneo, uma oportunidade e uma ameaça. Dezenas de vestígios são expostos diariamente, mas o risco de destruição, provocada pelo desconhecimento, pelo risco que uma descoberta pode representar para o prosseguimento de uma obra ou pela pressão especulativa que recai sobre uma cidade perigosamente dependente de um crescente movimento turístico, é cada vez mais sensível. E é aqui, também, que reside a necessidade de um levantamento como o que foi feito nestas páginas. Registrar, interpretar e divulgar: caminhos fundamentais no estudo e identificação dos elementos materiais da memória urbana e, não menos relevante, na disponibilização dessa memória àqueles que a mantêm viva, com ou sem consciência de o fazerem – os portuenses.

Será legítimo aspirar a “educar” um habitante de uma cidade sobre o local onde nasceu, cresceu e viveu? Poderá ser interpretado como um acto de arrogância académica a oferta de uma nova visão sobre uma identidade que mantêm viva e pulsante? É mais um risco deste projecto, e não está isento de crítica. Contudo, também o público-alvo não se limita à comunidade local. Estas matérias serão do interesse de quem visita a cidade e quer saber mais sobre ela, já que, não são apenas as construções de grandes dimensões (construtivas, operativas ou visuais) que marcam uma paisagem urbana, nem tampouco, as definem, caracterizam e compõem.

Este será apenas um primeiro passo para um maior entendimento da cidade medieval, em concreto dos espaços de habitação e administração da cidade do Porto, ainda que seja um registo algo limitado pelos próprios vestígios que nos chegam, havendo outras facetas que permanecem desconhecidas, simplesmente porque não perduraram no tempo. Este trabalho, não é, nem pode ser, um registo total no que à arquitectura civil medieval da cidade diz respeito, mas sim uma janela para os assuntos já referidos desse mesmo período. “O caminho faz-se caminhando” e este projecto representa apenas o início da jornada.

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes Inéditas**

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Além-Douro*. Livros 3 e 4.

Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Plantas de Casas*, Livro 45.

Arquivo Histórico Municipal do Porto, Processos de obras do CRUARB, Guia 8/2007, Pastas 1, 2 e 3.

### **Fontes Impressas**

*Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto, por Agostinho Rebelo da Costa. H.G. 5505 P, que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, datada de 1788. 3ª Edição, Lisboa: Frenesi. Junho MMI.*

*Vereações. Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo. Comentário e notas de Artur de Magalhães Basto, Documentos e Memórias para a História do Porto. Vol II. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade., 1973.*

### **Cartografia**

*Planta topográfica da cidade do Porto. A. Teles Ferreira, 1892.*

### **Bibliografia**

AFONSO, Daniel Braz – *A rua na construção da forma urbana medieval: Porto, 1386-1521*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

AFONSO, José Ferrão – “A construção de um novo centro cívico: Notas para a História da Rua Nova e da zona ribeirinha do Porto no século XV” in *Museu*, IV série, nº 9, 2000. (p.29-70)

AFONSO, José Ferrão – *A Imagem Tem que Saltar: a Igreja e o Porto no Século XVI, 1499-1606. Um estudo de história urbana*. Dissertação de doutoramento em

arquitectura, apresentada à Universidade Politécnica de Catalunya. Fundação Calouste Gunbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia: Lisboa, 2013.

AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no Século XVI - Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto: Porto, 2004.

ALARCÃO, Jorge de (coord. geral de); BARROCA, Mário (coord. geral de) – *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Figueirinhas: Porto, 2012.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal. O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

AMARAL, Luís Carlos – “Subsídios documentais para o estudo da propriedade imobiliária no concelho do Porto no período medieval”. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto, 2ª série, vol.5-6, 1987-88 (p.55-132)

AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel – *Os homens que pagaram a Rua Nova (Formalidade, Sociedade e Ordenamento Territorial do Porto Quatrocentista)*. FLUP: Revista de História, Vol. 6, 1985. (p.7-96)

ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

ARGAN, Giulio Carlo – *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, Ltda, 1989.

ARMAS, Duarte d` – *Livro das Fortalezas*. Lisboa: Edições Inapa, 2006.

AZEVEDO, Rogério – “As Implicações Antecedentes da Arquitectura Medieval Portucalense (Cale, Portucale e Porto)”, Separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Vol. XXXI, fasc. 3-4. Porto: Livraria Fernando Machado, 1968.

BARREIROS, Guilherme Bomfim; FERREIRA, J. A. PINTO – “Aspectos Arqueológicos e Artísticos da Cidade do Porto” in *Documentos de Memórias para a*



*História do Porto*, XIX. Porto: Edições da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1949.

BARROCA, Mário Jorge – *Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)*. Coimbra: Rev. de Hist. das Ideias, 1997.

BASTO, A. De Magalhães – “O Pôrto Medieval (ensaio topográfico)” in *Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso de História Medieval (II Congresso)*. Congresso do Mundo Português Publicações, II volume. Secção de Congressos, 1940.

BASTO, A. De Magalhães – *Silva de História e Arte (Notícias Portucalenses)*. Porto: Livraria Progredior, 1945.

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha – *Évora na Idade Média*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Espaço nobre dos burgueses do Porto” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXIII, nº12, Dezembro de 2014. (p.380-283)

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Sinalizando a estrada de água” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXIV, nº3, Março de 2015 (p.94-96)

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Torre da Marca, entre o sonho e a realidade” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXIV, nº4, Abril de 2015 (p.122-124)

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “A descoberta arquitectónica do ano” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXV, nº6, Junho de 2016 (p.173-175)

BRANCO, Luís Bourbon Aguiar; CARDOSO, Pedro Vasconcelos – Porto Património: “Aproveitar a oportunidade para emendar o erro” in *O Tripeiro*, 7ª série, ano de XXXV, nº7, Julho de 2016 (p.215-217)

CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos; BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto. Contributo para a sua caracterização histórica*. Câmara Municipal do Porto, CRUARB/CH – Projecto Municipal para a renovação urbana do Centro Histórico do Porto, “Projecto Piloto Urbano da Sé”, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2011.

COSTA, Paula M. de C. Pinto; CASTRO, Júlia Isabel C. C. Alves de – [Em-linha] “A alfândega de Freixo de Espada-à-Cinta em 1517” in *DOURO – Estudos e Documentos*, vol.III (5), 1998 (1º), (p. 95-108), p.96. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9388.pdf>

CRUZ, António – “Os mesteres do Porto no século XV. Aspectos da sua actividade e taxas de ofícios mecânicos” in *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.III, fasc. I, 1940.

CRUZ, António – *Velho Burgo. Alguns aspectos, figuras e casos do Porto Antigo*. Porto: Livraria Simões, 1953.

DELGADO, Ana Paula; VALENÇA, Paulo de Quiróz; GUIMARÃES, Margarida Mesquita (coord. De) – *Morro da Sé. De Porta a Porta*. Porto Vivo SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A., 2ª edição. [s.d.]

DUARTE, Luís Miguel – “Quando as casas se queriam pequenas (Espaço e Medidas na Idade Média)”. *Arquitectando espaços: da natureza à metapolis*. Porto: Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003. (p.183-192)

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – “Construção corrente em Santarém, no século XV: Alguns exemplos” in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques* / coord. Luís A. de Oliveira Ramos, Jorge Martins Ribeiro, Amélia Polónia. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. (p.459-473)

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: duas vilas, um só povo. Estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Co-edição do CITCEM e da Universidade do Minho (ICS), 2010.

FERREIRA, Sérgio Carlos – “Salários e níveis de vida dos construtores em Portugal na Baixa Idade Média”. in *História da Construção: Os Construtores*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.205-227)

FIGUEIRA, Luís Mota – *Manual para a Elaboração de Roteiros de Turismo Cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2013.

FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha – *Toponímia Portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999.

GOMES, Rita Costa – *A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)*. Cadernos da Revista de História Económica e Social, nº 9-10. Lisboa: Câmara Municipal da Guarda, Livraria Sá da Costa Editora, 1987.

*Henrique o Navegador*. Catálogo da Exposição Comemorativa do 6º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. (4 de Março a 4 de Setembro de 1994). Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1994.

LENCASTRE, Francisco Salles de – *Estudo sobre as portagens e as alfândegas em Portugal (séculos XII-XVI)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1981.

LOZA, Rui Ramos (coord. projecto); REAL, Manuel Luís (coord. científica) – *Porto a Património Mundial. Processo de candidatura da Cidade do Porto à classificação pela UNESCO como Património da Humanidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1993.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa” in *Bracara Augusta, Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. vol. XXXV, ano de 1981 (Janeiro – Dezembro), nº 79-80 (92-93), 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “A Casa” in *Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*. 6ª edição. Lisboa: A Esfera do Livros, 2010 (p.89-113)

MARQUES, José – “Património Régio na Cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV. Subsídios para o seu estudo” in *Separata da Revista de História*, vol.III. Porto: Faculdade de Letras, 1982. (p.73-97)

MELO, Arnaldo de Sousa (coord); RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os Construtores das Cidades: Braga e Porto (séculos XIV a XVI)” in *História da Construção: Os Construtores*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.99-123)

MELO, Arnaldo de Sousa (coord); RIBEIRO, Maria do Carmo – “Os Materiais empregues nas construções urbanas medievais. Contributo preliminar para o estudo da região do Entre Douro e Minho” in *História da Construção: Os Materiais*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.127-162).

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – “Sistemas de construção com madeira e materiais leves. Um tipo de *Fachwerk* em Portugal” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Centro de Estudos de Etnologia Peninsular. Vol. XVIII, fasc. 3-4 (Nova série da Sociedade e do Centro) Instituto de Antropologia – Faculdade de Ciências (1961-62) (p. 347-353)

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando – *Casas do Porto* in “Douro Litoral, Boletim da Comissão de Etnografia e História.” Dir. de Augusto César Pires de Lima, 8ª série, VII-VIII. Porto: Edição da Junta de Província, 1958 (p.637-687)

OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azaredo Pinto – *Cidade, plano e território. Urbanização do plano intra-muros do Porto (séculos XIII- 1ª metade XIV)*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. I e II, 1994.

OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto (coord) – *O Porto das Mil Idades. Arqueologia na Cidade*. Porto: Câmara Municipal do Porto. Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico. Gabinete de Arqueologia Urbana, 1993.

PASSOS, Carlos de – *Guia Histórica e Artística do Porto*. Casa Editora de A. Figueirinhas, Lda: Porto, 1935.

PEREIRA, João Cordeiro – *Para a História das Alfândegas em Portugal no início do século XVI (Vila do Conde – organização e movimento)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1983.

*Porto Património Mundial. CRUARB, 25 anos de Reabilitação Urbana*. Porto: Edição da Câmara Municipal do Porto, 2000, 1ª edição.

REAL, Manuel Luís – “A construção Medieval no sítio da Sé”. *Monumentos. Revista Semestral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. vol. 14, Março de 2001 (p. 8-19)

REAL, Manuel Luís – “Escavações Arqueológicas no Morro da Sé” in *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2º Série – vol. 3/4, 1985-86.

REAL, Manuel Luís; REIMÃO, Rute – “As Origens da produção de Faiança na cidade do Porto” in *Olaria. Estudos Arqueológicos, Históricos e Etnológicos*. Dezembro de 1996. (p. 79-85)

REAL, Manuel Luís; TAVARES, Rui – “Bases para a compreensão do desenvolvimento urbanístico do Porto”, in “A Cidade em Portugal: onde se vive”, *Povos e Culturas*, nº 2. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 1987.

RIBEIRO, Maria do Carmo (coord); MELO, Arnaldo de Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa” in *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade de Economia*. Porto: CITCEM e LAMOP, 2012. (p.159-163)

RIBEIRO, M<sup>a</sup> do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa – [Em linha] “A materialização dos poderes no espaço urbano como expressão da memória e identidade urbana medieval” in *Medievalista*, nº 12, Julho - Dezembro 2012. Disponível em: [http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo\\_ribeiro1207.html](http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12/melo_ribeiro1207.html)

RODRIGO ESTEVAN, Maria Luz – “La Vivenda Urbana Bajomedieval: Arquitecturas, Conflictos Vecinales y Mercado Inmobiliario (Daroca, Siglo XV)” in *STVDIVM. Revista de Humanidades*, 11 (2005) pp. 39-74

ROLAND, Bechmann – *Villard de Honnecourt : la pensée technique au XIIIe siècle et sa communication*. Paris: Picard, 1991.

ROSSA, Walter – *A Urbe e o Traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

ROSSI, ALDO – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 1977.



SANTOS, M<sup>a</sup> Helena Pizarro Paula – *A Rua Nova do Porto (1395-1520): Sociedade, Construção e Urbanismo*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

SILVA, Ângela Carina Areias da - *Entre Propriedades e Casas Perfeitas: Um estudo da casa corrente na Guimarães dos finais da Idade Média*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

SILVA, António Manuel S. P. – “As muralhas romanas do Porto: um balanço arqueológico” in *Portugália – Nova Série*, vol. 31-32 (2010/2011), (p. 43-64).

SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida – *Dicionário de termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença, 2005.

SILVA, M<sup>a</sup> João Oliveira e – “A Viela dos Cónegos: O espaço e os Homens de uma rua do Porto” in *Lusitania Sacra, Revista de Estudos de História Religiosa*. Universidade Católica Portuguesa. Clérigos e Religiosos na Sociedade Medieval, 2<sup>a</sup> série, Tomo XVII, 2005. (p.96-116)

SOUSA, Fernando de (coord.); FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. (coord) – *Os Paços do Concelho do Porto*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2012.

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Helena Lopes – *Porto, 1114-1518. A construção da cidade medieval*. Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

TRINDADE, Luísa – *A casa corrente em Coimbra dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

TRINDADE, Luísa – “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na Cidade Tardo-Medieval Portuguesa” in *Evolução da Paisagem Urbana. Sociedade e*

*Economia*. (coord. Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo) Braga: CITCEM, 2012. (p. 209-227)

VIEIRA, João (coord. de); LACERDA, Manuel (coord. de) – *Património Arquitectónico – Geral: KIT01*, versão 2.0, documento definitivo. Coleção KITS – Património, IHRU/IGESPAR 2010.

VITORINO, Pedro – “Notas de Arqueologia Portuense, suplemento ao Vol. III dos Documentos e Memórias para a História do Porto.” (2ª edição) *Documentos e Memórias para a História da Cidade do Porto – XXVIII*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto. Gabinete de História Urbana da Cidade, 1958.

### **Recursos online**

*Arquivo Municipal do Porto*: <http://gisaweb.cm-porto.pt/>

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo* – DGLAB: <http://antt.dglab.gov.pt/>

*Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos*, Veneza, 25 a 31 de Maio de 1964. [Consulta on-line, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>]

*Carta sobre o Património Construído Vernáculo*, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999. [Consulta on-line, disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>]

*Centro Histórico do Porto. Património Mundial* (a cidade medieval): <http://www.portopatrimoniomundial.com/a-cidade-medieval.html>

*Google Maps*: <https://www.google.pt/maps>

*MatrizNet* - DGPC: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Home.aspx>

*Património Cultural*: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

*Portal do Arqueólogo* – DGPC: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=home>

*Sistema de Informação para o Património Arquitectónico:* <http://www.monumentos.pt>

## Apêndices

### I - Termos construtivos de arquitectura medieval: algumas definições<sup>208</sup>

**Açoteira** – Cobertura; espécie de abóbada mais comum nas construções das cidades do Vale do Tejo.

**Adobe** – Barro cru amassado com palha e areia, em formato de paralelepípedo, que seca ao sol e ao ar; para construção de paredes.

**Aduela** – Lanço ou fiada interior das pedras, por exemplo de um arco.

**Adufa** – Balcão de madeira em forma de caixa, que se lança sobre a rua.

**Aljube** – Construção sem abertura para o exterior. Também sinónimo de prisão, de espaço de encarceramento.

**Ameias** – Aberturas entre merlões.

**Argamassa** – Cal, água e areia; material para assentamento e revestimento de alvenarias.

**Alvenaria** – Construção de estruturas e paredes utilizando unidades unidas entre si por argamassa; unidades essas que podem ser de blocos de cerâmica e/ou pedra.

**Alvenaria miúda** – Fragmentos de tijolo, olaria, pedras pequenas e argamassa; usado como enchimento.

**Caibral** – Prego grande, para pregar toros grossos.

**Casa (com um piso único com duas divisões)** – Habitação com um piso dividido entre “casa dianteira” e “casa de dentro”/”câmara”/”celeiro”.

---

<sup>208</sup>Os termos e definições que aqui se apresentam resultam da adaptação de significados encontrados na bibliografia utilizada, nomeadamente do *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, do *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, e de outros encontrados nos trabalhos de Sílvio Conde, pretendendo ser apenas um simples meio de compreensão de termos técnicos utilizados no trabalho final. Para uma compreensão mais exaustiva sobre esta matéria, consultar, por exemplo, a obra de Eugène Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle*, Édition BANCE — MOREL de 1854 à 1868. Disponível em:

[https://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire\\_raisonn%C3%A9\\_de\\_l%E2%80%99architecture\\_fran%C3%A7aise\\_du\\_XIe\\_a\\_XVIe\\_si%C3%A8cle](https://fr.wikisource.org/wiki/Dictionnaire_raisonn%C3%A9_de_l%E2%80%99architecture_fran%C3%A7aise_du_XIe_a_XVIe_si%C3%A8cle).

**Casa (com dois pisos e duas divisões)** – Habitação com “casa térrea” ou “loja” e um sobrado.

**Casa (com dois ou mais pisos e duas ou mais divisões)** – Fusão de tipologias habitacionais anteriores; habitação mais comum em construções urbanas, de maiores dimensões.

**Casa sobrada** – Habitação com um ou mais acrescentos superiores ao piso térreo.

**Casa sobrada sobre arcos** ou **Casa armada sobre arcos** – Habitação com piso superior ressaltado, que necessita de apoio ao nível do rés-do-chão para o suportar; utilização de suportes pétreos ou de madeira (arcos); o mesmo que: “Casa de Arcadas” ou “Casa Alpendrada”.

**Casa térrea** – Habitação de um só piso e uma só divisão.

**Eirado** – Espécie de terraço; remate de casas; alternativa a telhados de águas.

**Fachwerk** – Revestimento por sectores, construído em madeira e materiais leves; parede composta por barrotes verticais, horizontais e oblíquos, formando uma armação com padrões geométricos, cujos vazios se preenchem com tijolos ou outros materiais semelhantes. Técnica mais comum na Alemanha e países ao redor do Danúbio.

**Forro** – Revestimento para isolamento térmico/acústico; composto por canas, cortiça ou madeiras (castanho e /ou pinho).

**Frontal** – Estrutura de vigas de madeira, formando uma armação flexível, com enchimento em alvenaria miúda.

**Gonzo** – Saliência nas últimas pedras do pé direito ou saiméis, com cavidades para o encaixe dos pivôs das portas; para movimentação de portas.

**Lintel** – Peça geralmente em madeira ou pedra, colocada horizontalmente sobre as ombreiras de portas ou janelas.

**Loja** – Piso térreo de uma habitação que serve para armazenamento ou para apoio às actividades agrícolas e/ou comerciais.

**Merlões** – Saliência, parte de muro entre ameias. Na arquitectura civil são utilizados como remates de edifícios, mais comum em casas-torre.



**Olivel** – Revestimento vegetal para tectos ou pisos de habitação, em madeiras, cortiça ou canas.

**Palmar** – Prego muito grande, do tamanho de um palmo.

**Pontal** – Prego de secção quadrada, para pregar ferragem a madeira.

**Quintal** – Segmento não construído do lote onde se encontrava a habitação; espaço que dilatava para as traseiras o espaço doméstico; eventual reserva para prolongamento da construção inicial.

**Ressalto** – Piso superior de uma habitação que ultrapassa (para a rua) as dimensões do piso térreo; por vezes podendo fazer-se a ligação com a casa de frente (quando o proprietário fosse o mesmo) formava-se um passadiço entre as habitações, acima do nível da rua (mais comum em Lisboa do séc.XIV); o mesmo que *sobrado ladroum*.

**Revato** – Limiar de porta; degrau para combater as infiltrações pluviais; por vezes também assento para o proprietário da casa.

**Ripado** – Gradeamento de tiras de madeira longas e estreitas (ripas); estrutura utilizada nos telhados.

**Sotano** – Na Idade Média designa uma cave, normalmente com acesso directo à rua, ou um rés-do-chão de casa, onde poderia existir um espaço para comércio (o mesmo que loja).


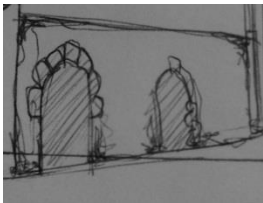

**Taipa** – Junção de terra crua comprimida, com cofragem de madeira; para construção de paredes e divisórias.

**Tabique** – Parede feita de tábuas grosseiras, não ultrapassando os 3cm de largura, dispostas ao alto, pregadas nas extremidades aos barrotes do soalho. Técnica comum para revestimentos de sobrados salientes.

**Telha Vã** – Telha assente directamente no ripado, sem argamassa.

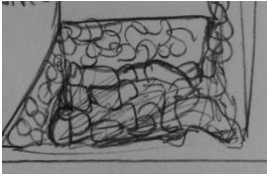



**Tardo** – Parte do edifício que se opõe ao lado ou à fachada do lado da rua/ fachada principal. Parede traseira.


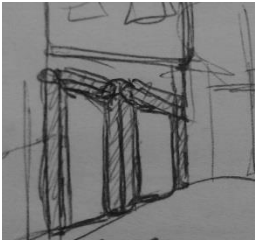
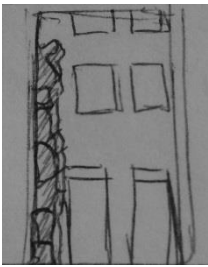
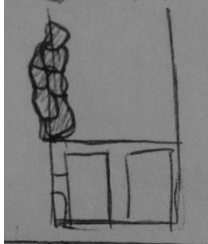
## II - Índice dos exemplos estudados de arquitectura civil medieval na cidade do Porto: tabelas de trabalho<sup>209</sup>


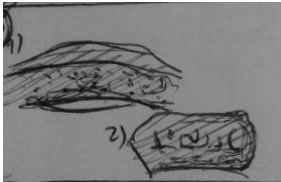
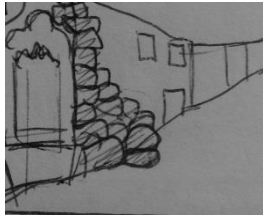

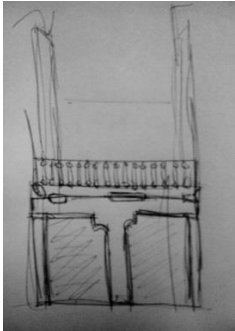
Nº	Nome Definição Cronologia	N.P. Localização actual Acesso	Observações Ref. Documentais
<b>1.</b>  Vista do Beco dos Redemoinhos <sup>210</sup>	Casa do Beco dos Redemoinhos. - construção provável da 1ª metade do séc. XIV, com influência flamenga.	- <b>Beco dos Redemoinhos</b> , antigo largo que foi suprimido pela nova cabeceira moderna da Sé. - Em ruína/sem utilização.	- tipologia habitacional. - duas mísulas de cunho oblíquo que ladeiam o 1º nível da fachada, tendo uma delas pelo menos, representação de face humana. - possível fecho de um vão de iluminação ou entrada ao nível do rés-do-chão, do lado direito da fachada. - portal de entrada elevado. - acrescentos modernos: janela central do 2º nível da fachada e janela que ladeia o portal de entrada.
<b>3.</b>  Vista da Rua de D. Hugo	- dois arcos fechados em muro	- <b>Rua de D. Hugo</b> . - lote vazio actualmente, com pano murário de fachada apenas, caído.	- elemento remanescente. - possivelmente lote de casa, e vãos seriam de entrada para esta.
<b>4.</b>  Vista da Rua da Penaventosa	Casa com Arco Gótico – Penaventosa - provavelmente construção do séc. XV. - lote onde se insere não parece ser medieval.	- <b>Rua da Penaventosa</b> , N.P. 40 e 38.	- elemento remanescente; - possível entrada para os “Açougue do Povo”. - portal em arco apontado.

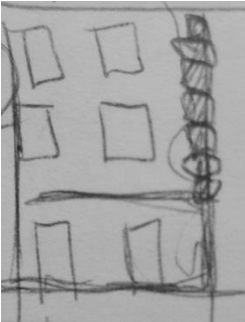
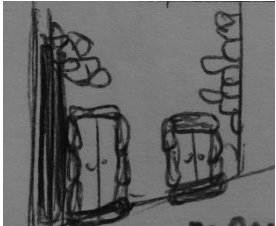


<sup>209</sup> A tabela que se apresenta resulta do trabalho de pesquisa *in loco*, tratando e sistematizando informações breves recolhidas durante o contacto directo com o objecto de estudo, percorrendo as ruas da cidade do Porto. Estes primeiros apontamentos são devidamente aprofundados e organizados no Capítulo III deste trabalho.

<sup>210</sup> Todos os desenhos/vistas aqui apresentados são da nossa autoria.


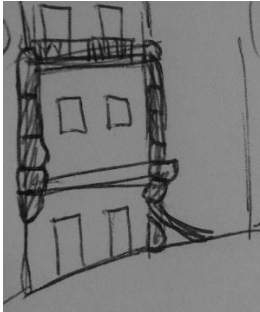

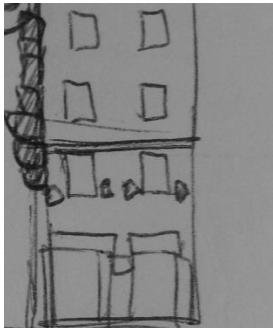
<p><b>5.</b></p>  <p>Vista do interior do lote</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- interior de lote com duas camadas de pano murário medieval.</li> <li>- possivelmente, parte de muralha primitiva visível aqui.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua da Penaventosa</b>, N.P.73 e 73 A.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- elementos remanescentes;</li> <li>- dois níveis de pano murário visível: do rés-do-chão e outro parcialmente soterrado, possivelmente pano de muralha primitiva.</li> <li>- escavações no quarteirão da bainharia referem este lote e o lateral direito.</li> <li>- possível construção de casas sobre a muralha, nesta zona.</li> </ul>
<p><b>6.</b></p>  <p>Vista da Rua de S. Sebastião</p>	<p><i>Torre da Rolaçam</i>, antiga Casa da Câmara do Porto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- construída no séc. XV, junto à muralha primitiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- junto à Sé do Porto, num nível abaixo, <b>Rua de S. Sebastião</b>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia administrativa.</li> <li>- em ruína consolidada, com projecto de 2002 de Fernando Távora. reaproveita o espaço para construção de uma torre contemporânea.</li> <li>- edifício com sucessivas reconstruções;</li> <li>- existência de uma loja ao nível do rés-do-chão durante o período medieval;</li> <li>- referida nas <i>Vereações</i>.</li> </ul>
<p><b>7.</b></p>  <p>Vista da Rua Escura</p>	<p>Casa em lote aparentemente medieval – Rua Escura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua Escura</b>, N.P.20 e 22.</li> <li>- fachada em ruína e entaipada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- suporte para sobrado do lado esquerdo da fachada.</li> </ul>
<p><b>8.</b></p>  <p>Vista da Calçada de Pedro Pitões</p>	<p>Casa-Torre de Pedro Pitões.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- descoberta nos trabalhos de demolição do Terreiro da Sé e reconstruída totalmente nos anos 40 do séc. XX.</li> <li>- deslocação do local primitivo, cerca de 15 metros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Calçada de Pedro Pitões</b>, N.P. 15.</li> <li>- Atualmente sede do Posto de Turismo da cidade (até 1960 funcionava neste espaço o Gabinete de História da Cidade).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- carácter revivalista.</li> </ul>

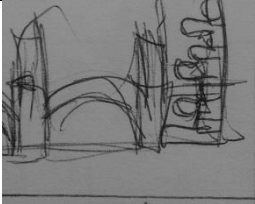
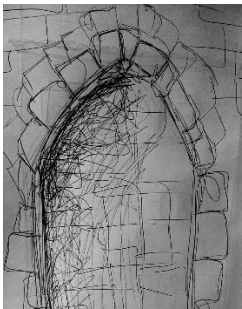
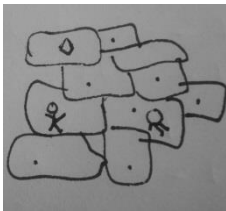

<p><b>9.</b></p>  <p>Vista do cruzamento entre a Rua dos Pelames e a Travessa do Souto</p>	<p>Casa em lote medieval e sobre pano murário visível – Rua dos Pelames.</p>	<p>- Cruzamento entre a <b>Rua dos Pelames</b> a Travessa do Souto, N.P. 55. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - casa em lote medieval, com base assente em pano murário visível e pisos superiores em taipa. - vão de entrada rectangular.</p>
<p><b>10.</b></p>  <p>Vista da Rua do Souto</p>	<p>Casa em lote medieval com vãos em chanfro – Rua do Souto.</p>	<p>- <b>Rua do Souto</b>, N.P. 15 e 17 e N.P. 11 e 13 - casas habitadas.</p>	<p>- tipologia habitacional. - dois lotes medievais com dois vãos de entrada cada um, em chanfre. - pisos superiores em taipa.</p>
<p><b>11.</b></p>  <p>Vista da Rua do Souto</p>	<p>Casa com pano murário visível I – Rua do Souto.</p>	<p>- <b>Rua do Souto</b>, N.P.16 e 18.</p>	<p>- tipologia habitacional. - vestígio de pano murário visível na fachada, em lote medieval.</p>
<p><b>12.</b></p>  <p>Vista da Rua do Souto</p>	<p>Casa com pano murário visível II – Rua do Souto.</p>	<p>- <b>Rua do Souto</b>, N.P.23 e 25. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - vestígio pano murário visível na fachada, em lote medieval. - lote entaipado.</p>



<p><b>13.</b></p>  <p>Vista da Rua de Santana</p>	<p>Casa da Rua de Santana.</p>	<p>- <b>Rua de Santana</b>, N.P. 47. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - casa com várias camadas de pano murário visível. - dois pisos superiores em taipa, desnivelados. - portal recortado, possivelmente quinhentista, apenas com metade visível.</p>
<p><b>14.</b></p>  <p>Casa nº 33 e 35, Rua de Santana</p>	<p>- dois vestígios com motivos decorativos embutidos numa parede de casa.</p>	<p>- <b>Rua de Santana</b>, N.P. 33 e 35</p>	<p>- elementos remanescentes. - vestígios possivelmente deslocados. - colocados na parede da casa anterior mas com um diferente número de porta.</p>
<p><b>15.</b></p>  <p>Vista da Rua de Santana</p>	<p>- pano murário de casa onde se inscreve o Oratório de Santana.</p>	<p>- <b>Rua de Santana</b>, N.P. 37 e 39</p>	<p>- elemento remanescente, inserido em casa; - relação com a porta de muralha românica.</p>
<p><b>16.</b></p>  <p>Vista da Rua da Bainharia</p>	<p>Conjunto de casas seguidas que partilham os mesmos vestígios de suporte – Rua da Bainharia.</p>	<p>- <b>Rua da Bainharia</b>, N.P. 50 e 51, 44 e 42, 40 e 38. - casas habitadas.</p>	<p>- tipologia habitacional. - casas em lotes aparentemente medievais com elementos de suporte em pedra, entre elas.</p>
<p><b>17.</b></p>  <p>Vista da Rua dos Mercadores</p>	<p>Lote com vãos de entrada – Rua dos Mercadores</p>	<p>- <b>Rua dos Mercadores</b>, N.P. 184 e 186. - lote entaipado.</p>	<p>- tipologia habitacional. - dois vãos de entrada com moldura possivelmente quinhentista. - semelhança com o portal de entrada da casa com o N.P. 62 e 64 da Rua de S. Bento da Vitória.</p>

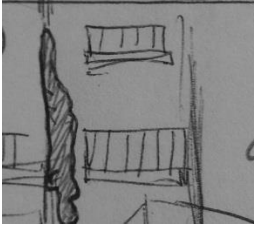

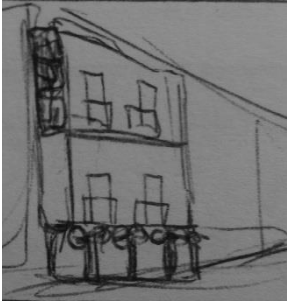
<p><b>18.</b></p>  <p>Vista da Rua dos Mercadores</p>	<p>Casa com pano murário visível – Rua dos Mercadores.</p>	<p>- <b>Rua dos Mercadores</b>, N.P. 162 e 164. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - casa em lote aparentemente medieval, com pano murário visível do lado direito da fachada. - pisos superiores ao rés-do-chão em taipa.</p>
<p><b>19.</b></p>  <p>Vista da Rua dos Mercadores</p>	<p>Casa-torre com vãos de entrada e pano murário visível – Rua dos Mercadores.</p>	<p>- <b>Rua dos Mercadores</b>, N.P. 156 a 158.</p>	<p>- tipologia habitacional. - casa-torre actualmente em obras de recuperação. - existência de um pedido de licença de obras no A.H.M.P.</p>
<p><b>20.</b></p>  <p>Vista da Rua do Outeirinho</p>	<p>Torre da Reboleira nº1 (Pedro Sem) - provável construção do séc. XIV. - estrutura praticamente intacta mas fachada voltada para a Rua da Reboleira bastante modificada no período moderno.</p>	<p>- cruzamento da Rua do Outeirinho com a <b>Rua da Reboleira</b>, N.P.59. - actual edifício da Associação Social e Cultural de S. Nicolau.</p>	<p>- tipologia habitacional. - torre em granito rematada com merlões. - vestígios medievais mais presentes na fachada voltada à Rua do Outeirinho (vãos de iluminação e pano murário).</p>
<p><b>21.</b></p>  <p>Vista da Rua da Reboleira</p>	<p>Torre da Reboleira nº2 (Lobo da Reboleira) - construção inicial provavelmente do séc. XIV ou XV mas com elementos do século XVI e reconstruções de períodos seguintes.</p>	<p>- Cruzamento da Rua do Outeirinho com a <b>Rua da Reboleira</b>, N.P.55. - edifício fechado, aparentemente sem utilização.</p>	<p>- tipologia habitacional. - arcos góticos ao nível do rés-do-chão, mas níveis superiores e remate do edifício com merlões, provavelmente do séc. XVII.</p>
<p><b>22.</b></p>	<p>Torre da Rua de Baixo (Torre do Barredo) - construção inicial provavelmente do</p>	<p>- cruzamento entre a <b>Rua de Baixo</b> e a Viela do Buraco, N.P.5. - propriedade</p>	<p>- tipologia habitacional. - edifício com cinco pisos e fachadas para ambas as ruas; - portal de acesso</p>


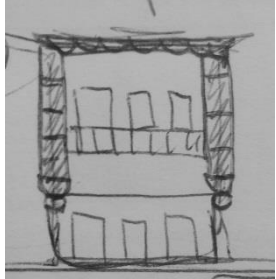
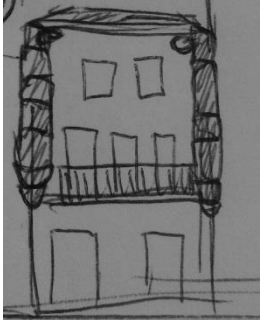



 <p>Vista da Rua de Baixo</p>	séc. XIII.	privada.	elevado, voltado para a Rua de Baixo. - possível acrescento de duas mísulas no 3º piso voltado para a Viela do Buraco.
<p><b>23.</b></p>  <p>Vista da Rua da Fonte Taurina</p>	Casa com pano murário visível e apoio pétreo para sobrado – Rua da Fonte Taurina.	- <b>Rua da Fonte Taurina</b> , N.P. 18 - lote entre a Rua da Fonte Taurina e o Postigo do Carvão.	- tipologia habitacional. - pano murário visível que ladeia a fachada voltada para a Rua da Fonte Taurina. - suporte para sobrado em pedra que dá a volta o lote (do lado voltado para o Postigo do Carvão, possível rearranjo das pedras). - 3 pisos superiores ao rés-do-chão em taipa.
<p><b>24.</b></p>  <p>Vista da Rua da Fonte Taurina</p>	Casa com suporte pétreo e arco – Rua da Fonte Taurina.	- Passeio do Cais da Ribeira (entrada), N.P. 44B. (voltada para a <b>Rua da Fonte Taurina</b> )	- tipologia habitacional. - casa com suporte pétreo ao nível do 2º piso, nas laterais da fachada voltada para o Postigo do Carvão. - vão de entrada em arco de volta perfeita, junto ao Postigo do Carvão.
<p><b>25.</b></p>  <p>Vista da Rua da Lada</p>	Casa com pano murário visível – voltada para a Rua da Lada.	- Travessa do Barredo (entrada), N.P.2. ( <b>voltada para a Rua da Lada</b> ) - casa habitada e com negócio no rés-do-chão.	- tipologia habitacional. - casa com pano murário visível do lado esquerdo da fachada. - cachorros sob as janelas do 1º piso. - 2º e 3º pisos em taipa.
<p><b>26.</b></p>	- conjunto de lotes com interesse (Hotel Carris) - aparelho murário à vista.	- Cruzamento da <b>Rua do Infante D. Henrique com a Rua de S. João</b> , N.P.1	- tipologia habitacional. - existência de relatórios de escavação nesta mesma área (espaço actualmente sede de um

 <p>Vista do interior do Hotel Carris</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- arcaria.</li> <li>- lajeado.</li> </ul>		<p>estabelecimento hoteleiro);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- fundações de uma casa-torre encontrada num lote do Beco do Forno Velho, que actualmente faz parte do estabelecimento hoteleiro.</li> </ul>
<p><b>27.</b></p> 	<p>Arco gótico e pano murário no interior de dois lotes, descobertos em trabalhos arqueológicos de sondagem e acompanhamento.</p>	<p>- Cruzamento da <b>Rua de S. João, Mercadores e Clube Fluvial Portuense</b>, N.P.15.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- descoberta de um vão de entrada em arco apontado e de pano murário com pelo menos uma marca de pedreiro, datáveis de finais da Idade Média</li> <li>- a entrada para estes vestígios faz-se através do N.P. 15 da Rua do Clube Fluvial Portuense, anteriormente entaipada.</li> <li>- possível relação com a casa-torre de João Martins Ferreira (?).</li> </ul>
<p><b>28.</b></p>  <p>Parede interior do edifício.</p>	<p>Antiga Bolsa dos Comerciantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- séc. XV ( espaço cedido aos mercadores da cidade em 1402 pelo Rei D. João I)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua Infante D. Henrique</b>, N.P. 47 a 53.</li> <li>- actualmente loja de "souvenirs".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia administrativa</li> <li>- pano murário visível no interior do lote.</li> <li>- várias marcas de pedreiro.</li> <li>- abertura posterior de uma ligação subterrânea à Casa da Moeda.</li> </ul>
<p><b>29.</b></p>  <p>Vista da Rua da Alfândega</p>	<p>Casa do Infante/ Armazém Régio/ Casa da Moeda (complexo de edifícios)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1325: D. Afonso IV manda construir o armazém régio.</li> <li>- 1369: início do funcionamento da Casa da Moeda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua da Alfândega</b>, N.P.10.</li> <li>- actualmente sede de diversos serviços da cidade do Porto: Museu, Arquivo Histórico, Biblioteca de Assuntos Portuenses, Sala da Memória, Sala de Espectáculos e Auditório.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional e administrativa.</li> <li>- escavação de 1991 neste espaço revelou vestígios de ocupação romana, séc. IV e V.</li> <li>- edifício primitivo possivelmente com duas torres desniveladas com um pátio ao meio.</li> <li>- janela gótica da torre norte, visível e voltada para o que é agora o interior do banco BPI na Rua Infante D. Henrique.</li> <li>- MN em 1924.</li> </ul>
<p><b>30.</b></p>	<p>Escola das Escadas do Recanto</p>	<p>- Cruzamento das Escadas do Recanto com a Calçada do</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- actualmente edifício escolar de S. Nicolau,</li> </ul>

		<p>Forno Velho, voltada para a <b>Rua Nova da Alfândega</b>, s/n</p>	<p>pertencente ao Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- duas fachadas principais, uma voltada para a Calçada do Forno Velho e outra para a Rua Nova da Alfândega.</li> <li>- fachada do Forno Velho: um vão de entrada em arco apontado + três vãos de iluminação.</li> <li>Fachada da Rua Nova da Alfândega: dois vãos de entrada, um em arco apontado semelhante ao da outra fachada, e outro com padieira tripartida + três níveis de vãos de iluminação (2+2+1)</li> <li>- janelas do 2º piso da fachada voltada para a Rua Nova da Alfândega apresentam “remendos” e possível cunho quinhentista.</li> <li>- 3º piso desta fachada com material trabalhado de forma ligeiramente diferente, possível acrescento?</li> <li>- edifício com as duas fachadas anteriores em cantaria de granito exposto, e a voltada para as Escadas do Recanto com granito pintado.</li> </ul>
<p><b>31.</b></p>  <p>Vista da fachada voltada para o pátio interior</p>	<p>Casa da Rua Chã - provavelmente do séc. XV.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua Chã</b>, N.P. 87 e 89.</li> <li>- casa no interior de dois lotes (possivelmente de alinhamento medieval) com edificação contemporânea.</li> <li>- casa mais recuada face à actual localização da Rua Chã e parcialmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- edifício de dois pisos visíveis.</li> <li>- fachada principal da casa parece ser a voltada para o pátio interior e não a voltada para a Rua Chã (recuada).</li> <li>- fachada voltada para o pátio interior com portal em arco apontado ladeado por uma janela “namoradeira”, ao nível</li> </ul>

		<p>soterrada.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- edifício junto a um conjunto de ilhas distribuídas em redor de um pátio interior.</li> <li>- actualmente em obras e escavações para posteriormente ser sede de um projecto hoteleiro.</li> </ul>	<p>do actual rés-do-chão. Ao nível do 1º piso a fachada apresenta, ao centro um vão de iluminação com varanda.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- no interior do 1º piso existência de um “armário embutido” e de o que poderá ser parte de um forno.</li> <li>- numa das paredes interiores voltada para a actual Rua Chã, existe ainda um possível frontal, não datado.</li> </ul>
<p><b>32.</b></p>  <p>Vista da Rua dos Caldeireiros</p>	<p>Casa com pano murário visível – Rua dos Caldeireiros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua dos Caldeireiros</b>, N.P. 69 e 71.</li> <li>- casa habitada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- pano murário visível na fachada (coberto com tinta), em lote medieval.</li> </ul>
<p><b>33.</b></p>  <p>Vista do cruzamento entre a Rua dos Caldeireiros e a Rua de S. Bento da Vitória</p>	<p>Casa em lote medieval com pisos em ressalto – Rua dos Caldeireiros.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua dos Caldeireiros</b>, N.P. 250 e 252.</li> <li>- casa habitada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- casa em lote medieval com três pisos ressaltados em taipa.</li> </ul>
<p><b>34.</b></p>  <p>Vista da Rua de S. Bento da Vitória</p>	<p>Casa com pórtico colunado – Rua de S. Bento da Vitória.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rua de S. Bento da Vitória</b>, N.P. 68 e 66.</li> <li>- casa habitada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tipologia habitacional.</li> <li>- casa com rés-do-chão em pedra com dois pisos superiores em taipa.</li> <li>- pórtico colunado na fachada e pano murário visível na lateral esquerda da fachada.</li> <li>- possíveis elementos quinhentistas.</li> </ul>

<p><b>35.</b></p>  <p>Vista da Rua de S. Bento da Vitória</p>	<p>Casa com pórtico e pano murário visível – Rua de S. Bento da Vitória.</p>	<p>- <b>Rua de S. Bento da Vitória</b>, N.P. 62 e 64. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - vão de entrada ao nível do rés-do-chão recortado e pano murário visível do lado direito da fachada. - possíveis elementos quinhentistas.</p>
<p><b>36.</b></p>  <p>Vista da Rua de S. Bento da Vitória</p>	<p>Casa com pano murário visível a ladear a fachada – Rua de S. Bento da Vitória.</p>	<p><b>Rua de S. Bento da Vitória</b>, N.P.48 e 52. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - suportes em pedra, ao nível do 1º piso, que ladeiam a fachada da casa. - possíveis elementos quinhentistas.</p>
<p><b>37.</b></p>  <p>Vista da Rua de Belomonte</p>	<p>Casa com suportes pétreos a ladear a fachada – Rua de Belomonte.</p>	<p>- <b>Rua da Belomonte</b>, N.P. 90 e 92. - casa habitada.</p>	<p>- tipologia habitacional. - casa com suportes pétreos a ladear a fachada, ao nível do 2º e 3º pisos. - cachorros a rematar e ladear o 3º piso. - pisos superiores ao rés-do-chão salientes e em taipa.</p>
<p><b>38.</b></p>  <p>Vista da Rua da Boa Nova</p>	<p>Casa-torre de Pedro Sem (Palácio dos Terenas) - Início da construção no Séc. XIV, por Pedro Sem, nobre e chanceler-mor de Afonso IV.</p>	<p>- cruzamento entre a <b>Rua da Boa Nova</b> e a Rua de D. Manuel II (em frente ao Palácio de Cristal).</p>	<p>- tipologia habitacional, em contexto rural, associado a uma quinta. - casa-torre com ameias, cachorros que cobrem todo o seu pano murário. - MN em 1910.</p>

**III - Índice dos relatórios de trabalhos arqueológicos consultados na instituição de acolhimento com informações pertinentes para este trabalho<sup>211</sup>**

<b>Relatório</b>	<b>Motivo</b>	<b>Trabalhos</b>	<b>Ruas/Zona</b>	<b>Resultados/Obs.</b>
<p><i>Relatório de Progresso: Quarteirão da Bainharia, Sé. BAI.09. Porto-2009 (Arqueologia e Património)</i></p> <p><u>Ter em conta:</u> Relatório não final, com escavações ainda em curso aquando da sua escrita.</p>	<p>Construção de uma residência de estudantes e espaços comerciais no quarteirão da Bainharia.</p>	<p>Sondagens arqueológicas, acompanhamento arqueológico de obra e registo tipológico do edificado.</p>	<p>S. Sebastião, Pena Ventosa, Bainharia e Rua Escura.</p>	<p>- Sondagem 1, Parcela 36 da Rua de S. Sebastião: “...existência de <b>muralha românica</b> no alinhamento das paredes traseiras dos edifícios virados à Rua de S. Sebastião e Pena Ventosa.”</p> <p>- Sondagem 5, Parcela 36: “localizada num dos maiores compartimentos do aljube...”, “<b>dois vãos entaipados</b> nas paredes NO e NE do edifício” – janelas;</p> <p>- Sondagem 18, Parcela 1 da Rua da Bainharia: “...<b>estrutura</b> (...) mais antiga, em pedra granítica e argamassa alaranjada, bastante compacta, que apesar de se encontrar ao nível dos alicerces, permite a leitura de alguns silhares bem faceados, remetendo-os para cronologias da época medieval.”</p> <p>- Referência ao lote com NP 73 e 73A:</p>

<sup>211</sup>A tabela que se apresenta baseia-se na leitura e análise próprias, das versões policopiadas dos relatórios de trabalhos arqueológicos acedidos na instituição de acolhimento. Dos vários relatórios que foram lidos, apenas referimos os que apresentaram um maior número de informação pertinente para o nosso trabalho, quer pela tipologia (arquitectura civil medieval), quer pela localização (centro histórico). Saliente-se que nem todos os relatórios referidos nesta tabela apresentam resultados finais (por não terem sido ainda realizados ou por nos ter sido impossível analisá-los, até à data da escrita deste trabalho), sendo que alguns apenas referem considerações preliminares, carecendo de confirmação final.



				<p>“Zona interior do povoado castrejo, posteriormente romanizado e sucessivamente ocupado...; (...) parcelas encostam-se ao alinhamento da muralha e consolidam volumetrias em sucessivas ampliações e transformações”; fachada do séc. XIX e interior ainda em elaboração.</p>
<p><i>Relatório das Sondagens de Avaliação Arqueológica na Rua de Santana, 25, Porto. SNT25.97/SNT2 5.99. António Manuel S. P. Silva, Manuela C. S. Ribeiro, Sandra C. P. Barbosa. Direcção Municipal de Cultura, Gabinete de Arqueologia Urbana, Porto, 2006.</i></p>	<p>Intervenção arqueológica no âmbito do programa de reabilitação arquitectónica de imóveis degradados da Zona Histórica do Porto.</p>	<p>Intervenção e sondagem arqueológica.</p>	<p>Rua de Santana, N° 25</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- fragmentos de cerâmica de várias épocas;</li> <li>- troço de <b>muralha românica</b>;</li> <li>- 3 fases de resultados: séc. XX, séc. XIX/início do XX, e tardo-romana.</li> </ul>
<p><i>Intervenção Arqueológica. Imóveis sitos na Rua Infante D. Henrique, nº1-15 e na Rua de S. João, nº1-39. INF09-09. Estudo Histórico e Relatório Preliminar das Sondagens de Avaliação. Gabriel Rocha</i></p>	<p>Reabilitação de um conjunto de imóveis situados entre a Rua do Infante D. Henrique e a Rua de S. João.</p>	<p>Pré-avaliação arqueológica; Estudo histórico-espacial preliminar; Sondagens arqueológicas.</p>	<p>Rua Infante D. Henrique nº 1-15 e Rua de S. João nº1-39.</p>	<p>- <b>vestígios ao nível do rés-do-chão</b> (arcaria no interior do hotel e parte do lote ao lado no Beco do Forno Velho) poderão ser dos sécs. XIV/XV; neste local, há a informação documental da existência em tempos de casas de “senhores” e pensa-se que existirá <b>fundações de uma casa-torre do séc.</b></p>

<i>Pereira e José Jorge Arguello Menéndez. Porto, 2009.</i>				<b>XIV</b> (Vicente Estevão); - ocupação do local sécs. XIV e XV: habitações construídas pós-abertura da Rua Nova; cinco casas ocupariam este local – identificação de 4. - <u>Planta com estruturas medievais.</u>
<i>Relatório de Progresso dos trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito da construção do Hotel Carris, Porto, Ribeira. Sofia Alexandra da Silva Teixeira, 2010.</i>	Construção de estabelecimento hoteleiro.	Acompanhamento arqueológico do complexo E, a oeste da Viela do Forno Velho, paralela à Rua de S. João – espaço da cozinha e restaurante do Hotel.	Cruzamento da Rua Infante D. Henrique com a Rua de S. João.	- <b>calçada e muro medieval;</b> - <b>fundações da torre medieval;</b> - <u>Fotografia das fundações da casa-torre.</u>
<i>Relatório final das sondagens de avaliação arqueológica. Largo da Pena Ventosa, 21. Porto. PNV21.02. António Manuel S. P. Silva, Sandra Barbosa, Anabela de Sá, Susana Borges e Manuela C. S. Ribeiro. UNIACH, Direcção Municipal de Cultura e Turismo, Gabinete de Arqueologia Urbana, Porto, 2006.</i>	Reabilitação arquitectónica de imóveis.	Intervenção arqueológica no imóvel nº 17-21.	Largo da Pena Ventosa, Sé.	- vestígios da época castreja-romana até ao século XX; - medieval: <b>estrutura de fundação/muro;</b>
<i>Relatório Final da Sondagem de Avaliação</i>	Reabilitação arquitectónica de imóveis.	Intervenção arqueológica no imóvel nº 25-27	Rua da Penaventosa, Sé.	- cerâmica medieval; - existência de um nível, de derrube, com

<p><i>Arqueológica, Rua de Penaventosa, 27 PVN27.03. António Manuel S. P. Silva, Manuela Ribeiro, Sandra Barbosa, Lúdia Lopes e Susana Guimarães.</i></p>				<p>“grandes blocos de pedra que poderão relacionar-se com a eventual demolição da cerca românica para dar lugar a outras construções...”.</p>
<p><i>Relatório das Sondagens de Avaliação Arqueológica. Rua dos Mercadores, 162. MCR162.03. António Manuel S. P. Silva, Anabela Pereira de Sá e Susana Cristina S. Borges. Câmara Municipal do Porto, DMC-DMPC-DPC, Gabinete de Arqueologia Urbana. Porto, 2005.</i></p>	<p>Reabilitação de imóveis degradados no centro histórico, Fundação para o Desenvolvimento do Centro Histórico do Porto.</p>	<p>Avaliação arqueológica do subsolo do imóvel nº 160-162.</p>	<p>Rua dos Mercadores, S. Nicolau.</p>	<p>- época tardo-medieval: “alçado sudeste do imóvel, que corresponde à <b>face exterior da parede de uma casa-torre vizinha</b>, com cronologia em torno do séc. XV. Trata-se de um muro de cantaria bem aparelhada, com fiadas pseudo-isódomas, com silhares de média e grande dimensão de juntas muito próximas, possuindo alguns deles entalhes, para colocação de traves para assentamento de soalhos de madeira.” - <u>Fotografia da parede sudeste.</u></p>
<p><i>Relatório das Escavações no Morro da Sé (Porto). Manuel Luís Real, Mário Jorge Barroca e Rui Tavares. Porto, 1984.</i></p>	<p>Iniciativa do CRUARB.</p>	<p>Escavações arqueológicas no interior da casa nº5 da Rua de D. Hugo e no átrio lateral da Antiga Casa da Câmara.</p>	<p>Morro da Sé.</p>	<p>Estruturas Zona 1 (<b>interior da casa nº5</b>): -ruínas de uma antiga cocheira da habitação e chaminé em tijolo, construída posteriormente com a adaptação de uma pequena unidade fabril...; - casa que remonta ao séc. XVIII mas que reaproveita estruturas</p>

				<p>anteriores, de finais da Idade Média; sofre uma reforma no séc. XIX, passando a fazer parte de um conjunto mais amplo incluindo o prédio vizinho do lado sul;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- muro do séc. XV, reaproveitado em metade da parede do lado norte (limite exterior de uma casa gótica já desaparecida – inversão da actual parede com uma porta e uma janela primitivas);</li> <li>- lajeado do séc. XV;</li> </ul> <p>Estruturas Zona 2 (<b>área de acesso à porta lateral dos Antigos Paços do Concelho</b>):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- cerâmica tardo-medieval.</li> </ul>
<i>Relatório das Escavações no Morro da Sé (Porto). Manuel Luís Real. Porto, 1986.</i>	Iniciativa do CRUARB.	Escavações arqueológicas no interior da casa nº5 da Rua de D. Hugo (continuação)	Rua de D Hugo, Morro da Sé.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- continuação da escavação anterior (1984):</li> <li>- <u>Planta com o levantamento geral das estruturas.</u></li> </ul>
<i>Relatório Final de Escavações Arqueológicas na Ribeira (Porto). Intervenção no Porto Carlton Hotel (PCH 96/98). Armando Coelho Ferreira da Silva, Rui Manuel Sobral Centeno, M<sup>a</sup> Benedita Coelho da Silva de Guineia Barbosa e João Paulo</i>	Construção de estabelecimento hoteleiro.	Intervenções arqueológicas nas parcelas municipais nº121 a 127 e 243 a 247, entre a Praça da Ribeira, Rua da Fonte Taurina, Beco do Carvão e Muro dos Bacalhoeiros.	Ribeira, S. Nicolau	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <u>Planta com as zonas escavadas.</u></li> </ul> <p><b>Estruturas do séc. XV</b> (sector A, nº243 a 247):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- “dois <b>muros</b> largos com fiadas de pedra paralelas que formam entre si um ângulo recto”</li> <li>- <b>lajeado</b>;</li> <li>- “muro de aparelho helicoidal sem argamassa com pedras picadas”.</li> <li>- “...edifícios de que ainda se conservam as paredes, situados do</li> </ul>

<i>Coelho da Silva de Guinea Barbosa. Porto, 1998.</i>				lado direito do Beco do Carvão”. Estruturas do sector B, junto ao Postigo do Carvão): - soleira primitiva do postigo e degraus iniciais de uma <b>escada de acesso ao pano de muralha do séc. XIV</b> . Estruturas do sector C (Muro dos Bacalhoeiros): - cerâmicas medievais.
<i>Relatório dos Trabalhos de 1995 (CMGJ.95) Intervenção Arqueológica na Casa-Museu Guerra Junqueiro (Porto). DMPHA, CMP, GAU. Maria Isabel Pinto Osório e António Manuel S. P. Silva. Porto, 1996.</i>	Remodelação arquitectónica do edifício.	Intervenção arqueológica na Casa-Museu Guerra Junqueiro.	Rua de D. Hugo.	- Ter em conta: os trabalhos arqueológicos referidos neste relatório foram interrompidos sendo escavadas apenas 2 (plataforma ajardinada + mirante em frente a casa, a sul, e a área traseira da casa, a norte) das 4 zonas iniciais. - confina com parte das dependências da Sé do Porto e com o beco onde se encontra a Casa do Beco do Redemoinho; - cerâmicas do séc. XI e XII; - <b>estrutura (restos de construção) medieval</b> ou tardo-medieval encontrada na zona 1.
<i>Arqueologia no Porto. Sondagem de Avaliação Prévia. Rua da Reboleira, 12/14. S.Nicolau –Porto (REB12.07) Relatório Final. João Paulo</i>	Avaliação de potencial arqueológico do imóvel a reabilitar.	Sondagens arqueológicas no imóvel 12/14.	Travessa de S. Nicolau, freguesia de S. Nicolau (fachada traseira)	- informação sobre a rua em si, com chamada de atenção para as duas casas-torre (55 e 59); - o edifício revelou apenas vestígios dos séculos XIX e XX.

Barbosa, Logiark. Março de 2010.				
Relatório Final dos trabalhos arqueológicos de Requalificação da Frente da Ribeira, Porto. ERA Arqueologia S.A., GOP – Gestão das Obras Públicas, 2003.	Requalificação da Frente Ribeirinha	Trabalhos de escavação e acompanhament o arqueológico, divididos por zonas.	Entre o Cais da Estiva e a Ponte Luís I, freguesia de S. Nicolau.	<p><u>Zona A: Cais da Estiva</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- pano de muralha do séc. XIV;</li> <li>- <b>lajeados</b> juntos à muralha, que serão posteriores a esta (possivelmente do séc. XV);</li> <li>- <b>estrutura pétrea</b> de grandes dimensões a Este do Postigo do Carvão (possivelmente relacionada com o alinhamento do cais no séc. XV)</li> </ul> <p><u>Zona B: Praça da Ribeira:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>estruturas do séc. XIV</b> e uma outra (estrutura em alvenaria – muro NO-SE) que terá de ser anterior a estas, já que o seu desenvolvimento tem uma orientação diferente;</li> <li>- hipóteses funcionais para estas estruturas:</li> </ul> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Remanescentes da Porta da Ribeira</b> ou</li> <li>2. Parte de muralha com estruturas (casas?) adossadas;</li> </ol> <p><u>Ter em conta:</u> as torres que ladeavam a Porta da Ribeira seriam espaços utilizados – se estas estruturas pertencerem à Porta da Ribeira (torreões), escavações comprovam a ocupação interior desses espaços através</p>



				<p>dos muros que constroem um espaço fechado e também do reboco com argamassa descoberto num paramento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- soleiras (com marcas de gonços) e lajeados anteriores a 1760 (renovação na Praça por Whitehead) e possivelmente correspondendo a <b>estruturas habitacionais</b> tardo-medievais ou modernas.</li> </ul> <p><u>ZONA D: área do Novo Mercado/Ponte Pênsil:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- troço de muralha do séc. XIV;</li> <li>- estruturas pertencentes ao alinhamento de uma casa, com entrada pelo Beco das Penelas, com acesso através de umas escadas, anteriores ao séc. XX (abertura do Túnel da Ribeira).</li> </ul>
<p><i>Processo de construção do Hotel Bluesock – Alfaway Hotels. Rua Clube Fluvial Portuense 1/17, Rua de S. João 34/42, Rua dos Mercadores 35/39, Ribeira do Porto. Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, CMJ14, Porto, 2016.</i></p>	<p>Construção de um estabelecimento hoteleiro.</p>	<p>Sondagens e acompanhamento o arqueológico.</p>	<p>Cruzamentos das ruas de S. João, Mercadores, e Fluvial Portuense – Ribeira, Freguesia de S. Nicolau.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- intervenção em dois edifícios;</li> <li>- <u>Sondagem 2</u>: arco e parede medieval, possivelmente do séc. XIV – possíveis elementos de uma casa-torre do mercador João Ferreira (acesso pelo N.P. 15 da Rua do Clube Fluvial Portuense, anteriormente entapada).</li> </ul>

